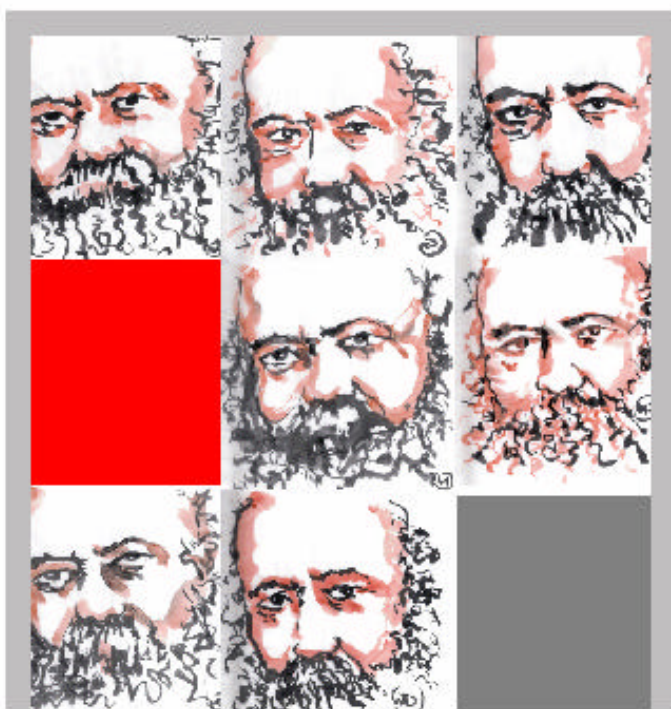


MOURAO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital • Ano 2 • N°3 • Julho de 2010

Editorial • Formas de Luta de Estratégia • Armamentismo e Capitalismo Tardio
A Revolução Mexicana de 1910 • A Luta de Classes na Revolução Mexicana de 1910
A Atualidade de Mariátegui • Encruzilhada: Reformismo Social e Disputa de Hegemonia
Caldeira e sua Leitura de Caio Prado Júnior • Caio Prado Júnior e o Socialismo • Hegemonia
e Democracia: Ensaio sobre o PT no seu trigésimo aniversário • Resenha: Os Ditadores: a
Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler • Resenha: Simón Bolívar por Karl Marx
Poema: O Senhor da Verdade



MOURO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital



IDEO
graphos

MOURO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital

ISSN 2175-4519

www.mouro.com.br

contato@mouro.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Lincoln Secco, Agnaldo dos Santos, José Rodrigues Mão Júnior,
Luiz Eduardo Simões de Souza, Marisa Midori Deaecto,
Heitor Sândalo, Paul Singer, Eduardo Bellandi,
Marianne Reizewitz, Maria Reizewitz, Ana Lúcia Sanches,
Luís Fernando Franco, Francisco de Souza, Carlos César Felix,
Francisco del Moral, Walcir Previtalo Bruno.

COMITÊ EDITORIAL

Marisa Yamashiro, Lígia Yamasato, Ciro Yoshiyasse

ILUSTRAÇÕES

Ciro Yoshiyasse

PROJETO GRÁFICO

Labor Design Editorial

DIAGRAMAÇÃO

Lígia Yamasato

Julho de 2010

SUMÁRIO

EDITORIAL 5

MARXISMO

Formas de Luta e Estratégia.....7
Wilson do Nascimento Barbosa

Armamentismo e Capitalismo Tardio.....21
Sandro Wambier

DOSSIÊ

A Revolução Mexicana de 1910
vista desde a longa duração histórica.....31
Carlos Antonio Aguirre Rojas

A Luta de Classes na Revolução
Mexicana de 1910.....59
Everaldo de Oliveira Andrade

A Atualidade de Mariátegui:
(ou da crítica ao racionalismo infeliz).....77
Yuri Martins Fontes

Encruzilhada: Reformismo social e
Disputa de Hegemonia.....101
Francisco Hidalgo Flor

DEBATE

Caldeira e sua Leitura de Caio Prado Júnior:
uma crítica fora do lugar..... 121
Francisco José Soares Teixeira

Caio Prado Júnior e o Socialismo..... 147
Luiz Bernardo Pericás

POLÍTICA

Hegemonia e Democracia: Ensaio sobre o
PT no seu trigésimo aniversário..... 169
Eduardo Bellandi

RESENHA

Os Ditadores: a Rússia de Stalin e
a Alemanha de Hitler..... 177
Nadia Saito

Simón Bolívar por Karl Marx..... 183
Agnaldo dos Santos

POEMA

O Senhor da Verdade..... 187
Wilson do Nascimento Barbosa

Editorial

Este terceiro número da Revista Mouro faz uma homenagem ao historiador Wilson do Nascimento Barbosa. Nascido no Rio de Janeiro em 1941, ele é antes de tudo poeta e lutador. Escreveu inúmeras poesias (em sua maioria ainda inéditas).

Sua formação inicial se deu no curso de História na antiga Universidade do Brasil. Ele também se graduou em Economia e Estatística na Universidade de Lund (Suécia), onde obteve seu doutorado em História Econômica. Trabalhou no Ministério dos Transportes do Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Atualmente, é professor Titular de História Econômica na USP. Especializou-se em Economia Internacional e História Econômica e formou uma miríade de alunos em nível de graduação e de pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH- USP).

Nesta edição publicamos um de seus textos acerca das formas de luta e uma poesia de sua lavra.

Trazemos ainda artigos internacionais escritos especialmente para Mouro pelo estudioso equatoriano Francisco Hidalgo e pelo professor da UNAM (México) Carlos Aguirre Rojas. Por fim, as ilustrações, resenhas e outros artigos tematizando criticamente os trinta anos do Partido dos Trabalhadores, o centenário da Revolução Mexicana e outros assuntos da história do marxismo fecham esta nova contribuição de uma nova revista marxista.

Mouro não aceita artigos para publicação. A revista é financiada exclusivamente pelas vendas e pelos editores (cujo trabalho é voluntário). Como não temos profissionais para análise de artigos enviados e emissão de pareceres, a comissão de redação estabelece os dossiês e convida os autores de acordo com o seu interesse. Mouro não mantém estoque (vide Vol. II de O Capital) de artigos. Atua *just in time*.



Wilson Barbosa

Formas de luta e Estratégia

Wilson do Nascimento Barbosa
Professor titular de História Econômica do
Departamento de História da USP

“De três caminhos possíveis, deixamos ao inimigo apenas duas possibilidades: em uma, ele perde; na outra, nós vencemos”.

(Ho Chi Min)

Introdução

Para os fundadores do marxismo, o método marxista é uma determinação. Isto quer dizer que eles (Marx, Engels, Lenine, Stalin, Mao Tse Tung, e outros) entendem as transformações do mundo como resultado de necessidades profundas, determinadas por leis que podem ser conhecidas. A descoberta ou conhecimento dessas leis permitiria segundo eles conhecer o desdobramento da realidade, porque entendem que a casualidade é apenas uma necessidade parcialmente encoberta por uma aparência fenomênica nova. Isto posto, implica dizer que para eles o método marxista permite conhecer a realidade, tal qual ela é, não havendo mascaramentos que possam torná-la inacessível a uma abordagem rigorosamente científica e sistemática. É importante dizer isso porque nos últimos cinquenta anos surgiram diversas correntes de opinião que não acreditam que o método marxista seja científico, apresentando-o como uma utopia, mas, ao mesmo tempo, declaram-se os partidários dessas correntes, como seguidores e aperfeiçoadores do método de Marx.

Sem querer, neste momento, ingressar nesta polêmica, apresentarei o ponto de vista dos próprios marxistas acerca das formas de luta e da estratégia, ignorando a opinião dos seus supostos revisores.

A forma de luta

Que se pode entender da expressão “forma de luta”? Trata-se de uma maneira de agir, praticada por certo coletivo, para enfrentar uma agressão externa ou impor sua vontade em determinado espaço. A primeira caracterização de uma ou várias formas de luta deve basear-se em sua natureza. Deste ponto de vista, elas podem ser pacíficas ou violentas. A vontade se impõe por negociação ou pelo uso da força. Por exemplo, veja-se um esquema com algumas formas de luta:

Pacíficas	Violentas
Reunião	Luta corporal
Manifestação:	Luta de ruas
Desfile	Golpes de mão (ações armadas)
Comício	Ações de terror
Reivindicação	Luta guerrilheira
Etc.	Formas de guerra
Organização classista	Etc.
Organização política	
Luta parlamentar	
Etc.	

Dessa maneira, pode-se compreender que o interesse do marxismo pela luta de classes e pelas formas violentas de luta é uma imposição da vida, que resulta do caráter objetivo das lutas e não de um suposto desvio psicológico dos marxistas. Declarou Lênine em *Socialismo e Guerra* (1915):

“Os socialistas têm sempre definido a guerra entre os povos como uma questão bárbara”.

A observação histórica indica que essas formas de luta expressam a defesa de interesses, muitas vezes uma luta pela sobrevivência, desde a ação de um indivíduo ou grupo de indivíduos, da família, de grupos de famílias, de forças sociais mais amplas, de classes sociais, de blocos de classes etc. Engels produziu uma escala de formas de luta desde as “mais baixas” (mais espontâneas) até as “mais elevadas” (de organização complexa).

Para os marxistas, é de grande importância observar que as formas de luta se combinam para expressar as necessidades de uma certa forma de embate social. Nesse caso, elas tendem a apresentar-se combinadas, em um “pacote” que se denomina *método de luta*. Por exemplo, a *luta guerrilheira*, que apresenta diferentes formas, pode ser agrupada de um modo preferencial considerado eficaz, criando assim, um *método de luta guerrilheiro*, do qual deve necessariamente decorrer uma *tática* ou uma *estratégia*, ou ambas.

Assim, para os fundadores do marxismo, à medida que as formas de luta geram métodos de luta, aprofunda-se o *caráter social* da luta em curso. Dada estratégia, dadas táticas, dados métodos de luta, tendem a expressar uma natureza de classe, definindo o caráter da luta em curso. Assim, a história indica que há formas de luta camponesas, operárias, pequeno-burguesas, burguesas etc. Os métodos de luta daí decorrentes expressam os interesses de classe em jogo. O conhecimento da experiência histórica também permite aos organizadores de classe aprenderem fora da sua própria experiência, incorporando os ensinamentos deixados por lutas atuais ou passadas.

Para os fundadores do marxismo, uma classe dominante jamais renunciará à sua dominação. Ela nem mesmo fará concessões sem que estas lhes sejam arrancadas por uma forma de luta ou por um método de luta cujo custo para derrotar seja demasiado alto para a dominação aceitar.

Lênine disse: *“a classe dominante, o proletariado, se realmente quer e vai dominar, deve prová-lo também com a sua organização militar”*.

(V. I. Lenine, *Obras Completas*, 5a.Ed., tomo 38, p. 139)

Ou seja, Lênine considerava o problema do exercício do poder pelos trabalhadores como necessariamente devendo assumir uma postura de classe dominante, capaz inclusive de opor-se de forma violenta às manobras de seus adversários e/ou inimigos.

A observação histórica indica que as formas de luta expressam a defesa de interesses. Portanto, os interesses dos trabalhadores, ainda que majoritários, poderiam, após a conquista do poder ser questionados pela burguesia, em aliança com outros setores. Isso ficou evidente na guerra civil que se seguiu à revolução soviética.

Como afirmou L. Trotsky, enfatizando a unidade política e militar da estratégia soviética:

“O marxismo não dá receitas prontas. Menos ainda em questões de ordem militar. Deu-nos, porém, os métodos. Se é verdadeiro que a guerra é a continuação da política, unicamente por outros meios, então, o exército é a continuação e o coroamento de toda organização social do Estado, somente com a superioridade das baionetas”.

(L. Trotsky, in *O exército vermelho e o prosseguimento da revolução*, vol.2, 1921, p. 206)

Forma de luta e métodos de luta

Pode-se ter, portanto, seguindo os fundadores do marxismo, bases de classe para os métodos de luta. Tais seriam:

Camponês
Operário
Pequeno-burguês
Latifundiário
Burguês

Os métodos de luta se expressam como generalidade na condição de *estratégias*, as quais se desdobram, através de superações negativas, como táticas. Segundo Lênine, só pode haver uma de três naturezas na estratégia ou na tática:

Ofensiva
De equilíbrio
Defensiva

No entanto, cada estratégia ou tática se desdobra em movimento contraditório:

Ofensiva

Generalizada
Particularizada (parcial)

De equilíbrio

Geral
Parcial

Defensiva

Ativa
Passiva

Em cada *ação tática* ou *ação estratégica* predomina um método de luta. Em cada método de luta predomina uma forma de luta. Desse modo, para Engels e Lênine e seus seguidores é possível, a partir da *análise do quadro de forças*, prever quais são os métodos de luta de cada campo social em presença. E, portanto, prevê quais ações podem levar à vitória deste ou daquele campo.

O conceito leninista de quadro de forças é a maneira de expressar a análise das forças sociais em presença, em dado evento. Para Lênine, é importante determinar as forças apresentadas e acumuladas pelos diferentes grupos e classes sociais, sob a forma de ação política potencial ou efetuada. O conceito de *relação de forças* apresenta-se como o elemento central da ciência política leninista. Para Lênine, as forças sociais nunca se apresentam em estado puro nos movimentos sociais e na arena política. Elas se apresentam de acordo com certas circunstâncias históricas, emaranhadas com outras, com formas muitas vezes contrárias aos seus próprios interesses de classe. No processo de manifestar-se politicamente e no modo consequente de apresentar-se, utilizando esta ou aquela forma de luta, as diferentes classes sociais mascaram consciente ou inconscientemente os seus interesses reais, sob formas da moralidade vigente, da ideologia política dominante e da ideologia social apoiada pela maioria. Estas complicações requerem do analista político uma judiciosa avaliação das forças em presença, o que se dá pelo que Lênine chamou o *balanço da relação de forças*.

Ele portanto expressa uma estimativa global da situação em jogo, indicando as possibilidades de manobra das diferentes forças organizadas política e institucionalmente e indica para onde pende ou pode pender o desfecho da luta imediata, a favor de quê adversário. É a análise da relação de forças que permite à direção política definir a etapa estratégica e o aspecto central da tática, a ser aplicada naquela conjuntura.

As formas de luta podem ser descritas como reações contra o outro que se mostraram, portanto, basicamente úteis. Nos povos das primeiras sociedades havia luta pelo controle de certos ambientes geográficos, que facilitariam a sobrevivência do grupo que ali se alojasse. Na mesopotâmia, na bacia indo-gangética, nas montanhas do Peru, nas selvas do Congo, da Guatemala ou do Brasil, diferentes grupos humanos disputaram o acesso a certas

áreas preferenciais, em que a vida podia fazer-se mais vantajosa. Os historiadores costumam recorrer ao exemplo tradicional da sociedade egípcia como que ela se formou, desde as contínuas invasões propiciadas pelo rápido e progressivo ressecamento do Saara, hoje região desértica. O Saara era, há vinte mil anos, um paraíso terrestre, onde viviam dezenas de milhares de indivíduos, com ambiente semelhante ao do Brasil hoje. No entanto, a cada ano, a cada geração, a temperatura foi se elevando, como resultado do fim do último glaciário. Então, as condições de vida tornaram-se cada vez piores e – no curso de uma mesma geração – foi necessário emigrar várias vezes, para escapar ao crescente ressecamento. Essas populações migraram predominantemente para o Egito e a Nigéria, praticamente a única saída. De sua realocação nasceu a sociedade egípcia antiga, entre outras. O Egito foi uma das primeiras grandes civilizações. Num ambiente onde antes havia uma aldeia egípcia com trezentos ou até dois mil habitantes, em virtude da migração surgiram dez aldeias a compartilhar suas terras e a competir com elas. Isso já caracteriza uma situação de conflito. Não era possível impedir a chegada de outros. Mesmo lançando mão da guerra, não era possível eliminá-los a todos. Portanto, o conflito requeria uma nova solução, uma nova forma de poder, que expressaria a vitória de um novo método de luta.

Vê-se nas tumbas faraônicas o desfile de sua polícia, principal força repressiva anterior à criação do exército. São negros armados de bastões, com os quais a elite mantinha a ordem estabelecida. A experiência histórica havia elaborado uma sucessão interminável de formas de luta até chegar-se, há seis mil anos atrás, à experiência e ao conceito, num nível do poder político, de *força policial*. A força policial era, àquela época, a força de choque mais avançada da história, capaz de vistoriar cada aldeia, prender os dissidentes e assegurar o pagamento imediato dos impostos. Nessas condições, surgiu uma classe dominante. Esta força prevaleceria no Egito até a época das invasões estrangeiras, lideradas pelos hicsos. Para rechaçar os hicsos foi necessário formar um exército, algo que ainda não havia aí existido. Este caminho jamais permitiria o retorno à “inocência” da época das forças policiais.

Quando se visitam os textos homéricos, vê-se a predominância – similar ao Egito – da escravidão doméstica e da força policial. Como no Egito, a condição guerreira da elite pôde ser

explorada para formar uma força de choque, uma variante primitiva de exército, capaz de servir de força local de defesa, ou embrião de uma expedição punitiva. Essa força policial evoluiu rapidamente; e já trezentos anos mais tarde apenas que no caso egípcio, também na Grécia surgiria, em sua substituição, o exército.

O exemplo poderia ser detalhado ao longo de toda a história da sociedade, até os tempos atuais, demonstrando que, com a crescente divisão social do trabalho, torna-se necessário, para assegurar a dominação de uma classe social, estabelecer profissões policiais e militares, com a exclusiva função de espionar, sabotar, reprimir e até eliminar fisicamente membros ou grupos das classes subjugadas. Maldade original da condição humana? Os fundadores do marxismo não se interessam por esse aspecto moral, pois consideram a moralidade o produto dos interesses reais das forças sociais. Eles consideram mais provável que as classes dominantes tenham expressado historicamente suas atividades repressivas como um instrumento para garantir a sua própria sobrevivência. O exército, elemento popular para conquista do território do outro, tornou-se pouco a pouco simples instrumento de dominação interna. Seu papel repressivo externo decorria das necessidades internas, com o reforço das forças dominadoras em presença. Evidencia-se aqui uma vez mais o caráter objetivo da dominação. Ela não depende da opinião de pessoas mas expressa uma luta surda por interesses de sobrevivência à qual as pessoas forçosamente deveram se adaptar.

Sendo a dominação como é, dela só podem resultar condições negativas, um bloqueio quase que completo da elevação da consciência dos dominados ou à satisfação dos seus interesses, mesmo básicos. As elites ou classes dominantes não se preocupam com outros interesses distintos dos seus. Sua postura é deixar de considerar como seres humanos os membros da multidão, trabalhadores ou não, em todos os seus aspectos.

Portanto, devido ao caráter objetivo da luta de classes, as crises do sistema do capital que se dão ciclicamente devem levar a conjunturas revolucionárias, de intensidade variável. Algumas dessas crises da dominação resultarão em crises revolucionárias, onde forças sociais tradicionalmente dominadas podem ter a oportunidade de escrever uma história diferente. Não se pode nesse sentido, desprezar a experiência alheia, particularmente quando o outro,

em outra realidade, ocupa uma função social bastante semelhante àquela em que se encontra o observador, em sua própria realidade. Operários são operários e patrões são patrões, não importa em que região do mundo. Seria mera ilusão acreditar em comportamento muito diferente dos dominadores desta ou daquela parte, quando seus interesses verdadeiros forem postos sob risco. A revolução dá-se assim, como frisou Lênine, como um fenômeno global, embora a sua forma concreta seja uma revolução que, pelo desenvolvimento desigual, deva se expressar sob uma forma nacional. Disse Lênine:

“A nossa revolução confirmou mais do que outra qualquer a lei segundo a qual a força da revolução, a força do ímpeto, a energia, a disposição e a sua vitória intensificam ao mesmo tempo a força de resistência por parte da burguesia. Quanto mais vitórias obtemos, tanto mais os exploradores capitalistas aprendem a se unir e passam contra nós com maior obstinação à ofensiva”.

(V. I. Lênine, *Obras Completas*, 5a. ed., tomo 40, p. 244)

Métodos de luta e estratégia

Para a compreensão marxista, o conceito de estratégia flui naturalmente da compreensão do método de luta. Por método de luta entende-se um conjunto concreto, historicamente associado, de formas de luta. Embora as formas de luta possam ser descobertas ou produzidas ao longo da história, tornando-se assim retomáveis e quase atemporais, para o entendimento de Engels e Lênine, a sua aparentemente casual associação em um método de luta, em dado processo histórico, corresponde a necessidades profundas. Elas impõem que tal método se manifeste. Desse modo, um método de luta predomina em dada situação, expressando a melhor tática possível de ação das forças partidárias, seja da mudança social, seja de qualquer outro grupo.

Para a compreensão marxista, o conflito é um fenômeno objetivo. Isso é, o conflito se dá, queiram as partes interessadas nele ou não. Para o marxismo, o conflito é o fenômeno primário; e a consciência do conflito, o fenômeno derivado. Não existe a possibilidade “quando um não quer dois não brigam”. Nesse caso, a recusa a lutar não é uma escolha plena, é apenas a escolha da capitulação sem condições.

Abandonar a cena, entregar os pontos etc, não impedem o vencedor de dispor livremente do capitulante. Dessa forma, pode haver situações históricas em que: (a) uma das partes não tem consciência do conflito ou de seus interesses no conflito; (b) ambas as partes não têm tal consciência. Ainda assim, o conflito ocorrerá de qualquer maneira, embora sob formas distorcidas.

Para o entendimento marxista, todas as coisas existem estabelecidas contra elas próprias. Isto é, elas se dão circunstancialmente na dependência do resultado do desenvolvimento de outras coisas, que sobre elas atuam necessária ou ocasionalmente. Nesse sentido, tudo que parece uno é duplo, pois contém também o seu contrário. Todo poder, quando se estabelece, traz consigo as condições de sua ruína. Tudo que é novo tornar-se-á velho etc. Recusar-se a lutar, portanto, não permite evitar o caminho da abjeção.

Marx e Engels caracterizaram a estrutura de classes da sociedade como seu principal elemento dinâmico. Ou seja, para eles, o principal elemento diferenciador ou transformador da sociedade é a luta objetiva decorrente de dois grupos básicos de interesses irreconciliáveis: (1) os que vivem do trabalho dos outros; e (2) os que vivem do próprio trabalho. Na sociedade capitalista, esses grupos constituem, na primeira posição, a burguesia; e na segunda posição, o proletariado. Para os fundadores do marxismo, podem haver outras camadas, classes ou grupos sociais em presença diante dessa fundamentalidade, mas, na condição de restos das sociedades anteriores. Não se constituem por isso, os elementos decisivos no conflito. O embate principal há de dar-se entre as forças que permitem à sociedade existir como tal, no caso da sociedade presente, a burguesia e o proletariado.

Escreveu Lênine, em seu *Socialismo e Guerra* (1915):

“A guerra é continuação da política por outros meios (especialmente violentos). Essa asserção muito conhecida pertence a um dos mais profundos escritores em assuntos militares, Clausewitz. Os marxistas têm justamente considerado sempre essa tese básica dos pontos de vista do significado de qualquer guerra. Marx e Engels sempre definiram as diversas guerras deste ponto de vista”.

Como Stalin também chamou a atenção:

“Os bolchevistas asseveram que há duas espécies de guerra: (a) guerras justas, que não são guerras de conquista, mas de libertação, levadas a efeito para defender o povo de ataques externos e de tentativas de escravizá-lo; ou para libertar o povo da escravidão capitalista; ou, afinal, para libertar as colônias e os países dependentes, do jugo do imperialismo; (b) guerras injustas, de conquista, executadas para conquistar e escravizar países estrangeiros e outras nações.

Guerras do primeiro tipo, os bolchevistas apoiam. Quanto às do segundo gênero, os bolchevistas consideram que uma luta desenfreada deve ser lançada contra elas do ponto de vista da revolução e da destruição dos governos imperialistas”.

(Em *História do PCUS*, edição de 1938, p. 137-38)

Pelo caráter dialético como as contradições se manifestam, esta dualidade fundamental – burguesia e proletariado – deve fazer passar (mediar) sua efetivação por todas as forças existentes na sociedade. Isso não depende da vontade dos indivíduos apenas. No entanto, se os indivíduos conhecerem tal fato, a história poderá ser acelerada. Dessa forma, na luta de classes, cada classe ou setor social “minará” objetivamente o interesse que lhe é oposto, independentemente, de saber o que está a fazer ou não. No entanto, se souber o que se passa, sua eficácia, seu poder multiplicador de efeitos, será em muito sobredimensionado. Nesse sentido, Engels falava que a direção do partido dos operários é o *estado-maior* da classe operária, expressão que foi adotada por Lênine para caracterizar a ação política dos bolcheviques.

Sendo o conflito o elemento primário, os acontecimentos ocorrem na sociedade a expressar apropriações e privações, mascaradas sob diferentes formas. Por exemplo, na sociedade brasileira, onde inexistente um partido de vanguarda, capaz de oferecer sentido político a luta dos pobres e dos trabalhadores, a pressão da miséria e do desemprego sobre dezenas de milhões de pessoas se manifesta – tortamente – pela elevação do individualismo, da violência, do crime, do trambique etc. Talvez 95% dos criminosos estariam trabalhando normalmente, caso tivessem casa, emprego, e um salário normal. No entanto, o processo de dominação sob dezenas de milhões requer: (1) miséria crescente; (2) sobre-exploração; nas condições do mundo do capital.

Ou seja, um conflito que não chega a se caracterizar no nível de consciência pode requerer, no entendimento marxista – para sustentar o processo de dominação – um custo social mais elevado que o possível custo de uma revolução social. O objetivo desta seria restabelecer a sintonia entre necessidades sociais, governo político e projetos sociais, permitindo recursos básicos para a elevação do padrão de vida das massas trabalhadoras.

Dessa forma, os métodos de luta devem extensamente corresponder a determinadas classes e/ou grupos sociais, e não a outros (as). Os exploradores elaboram e sofisticam os seus próprios métodos de luta; no campo oposto, os trabalhadores e seus dirigentes devem estar a fazer o mesmo. O complicador dessa explicação resulta portanto, o elemento consciente. Qual a diferença entre o papel consciente e o papel objetivo no processo de organização das forças em presença na luta de classes? A resposta à esta pergunta é da maior atualidade.

Disse Lênine:

“Nós os marxistas sempre nos orgulhamos do fato de que por uma estrita avaliação da massa das forças e relações mútuas entre as classes, temos determinado a seleção desta ou daquela forma de luta.

A que deve todo marxista atender quando examina a questão da forma de luta? Em primeiro lugar, o Marxismo distingue-se de toda forma primitiva de socialismo pelo fato de que ele não conduz a qualquer fórmula particular de luta; ele reconhece as formas as mais variadas... Nos diferentes momentos da evolução econômica; culturais e sociais, as diversas formas de luta assumem certa proeminência, surge a principal forma de luta, enquanto, por seu turno, as formas secundárias e suplementares, assumem seu aspecto particular, diferente”.

(V. I. Lênine, *Obras*, vol. 10, 1928, pp. 80-81)

Pode-se portanto, compreender com certa facilidade que haja Lênine definido estratégia como “o plano do golpe principal”. O conhecimento judicioso da forma de luta principal em dada circunstância histórica permite, a seu ver, assegurar um esforço de transformação capaz de mudar a correlação de forças em proveito próprio. Lênine também chamou a atenção para que as diferentes

formas de luta exigem a ação direta de diferentes contingentes de participantes. Aquele que deseja vencer deve pois antecipar a forma de luta principal capaz de assegurar a vitória para as suas forças. Observa-se por outro lado que o que é importante é organizar o golpe principal e não um punhado ou a totalidade das ações secundárias.

Assim, Stalin comentaria sobre a estratégia, em seu artigo *Da estratégia e da Tática dos comunistas russos* (1923):

“A tarefa principal da estratégia é a determinação da direção básica segundo a qual se deva fazer seguir o movimento da classe, e segundo a qual se torne mais fácil ao proletariado fazer sentir a sua ação contra o seu oponente, para a realização dos propósitos ditados pelo seu programa. O plano da estratégia é o plano da organização do golpe principal, na direção em que ele possa produzir o máximo de resultados”.

No mesmo artigo, assim definiu Stalin a tática:

“A tática é a parte da estratégia a ela subordinada e para servi-la. (...) O papel mais importante da tática está na determinação de que caminhos e meios, que formas e métodos de luta, podem no geral corresponder a uma situação concreta em dado momento e permitem preparar com sucesso o advento da estratégia. Por isso, a ação tática, seus resultados, não devem ser levados em conta puramente nem do ponto de vista de efeitos imediatos, mas, do ponto de vista das missões e possibilidades que lhe determinaram a estratégia.

Há momentos em que a tática facilita o preenchimento das tarefas estratégicas. (...)

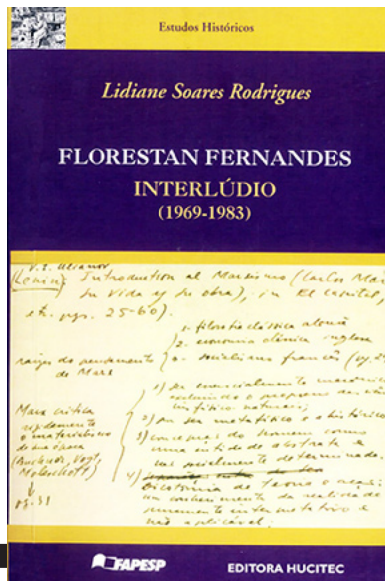
Finalmente, há também momentos em que é preciso ignorar os sucessos táticos, incorrendo deliberadamente em perdas desse gênero a fim de assegurar à estratégia louros no futuro. (...)

Em outras palavras, a tática não pode se subordinar a interesses do momento; não deve ser orientada por considerações de efeito imediato e político; ainda menos, se deve deixar embair por castelos no ar. A tática precisa adaptar-se às tarefas e possibilidades designadas pela estratégia”.

FLORESTAN FERNANDES

Interlúdio (1969-1983)

Lidiane Soares Rodrigues



Neste livro, a autora procura reconstituir a elaboração de uma modalidade de atuação política para os intelectuais compreendida por Florestan Fernandes, entre os anos de 1969 e 1983. Trata-se de um momento em que o sociólogo esteve desvinculado da instituição universitária, da qual a aposentaria compulsória imposta pelo regime autoritário o arrancou, e empenhado num de retiro da vida pública, refúgio que chamou de “gaiola de ouro”, e ela, de interlúdio. No cultivo dessa rejeição ao mundo, o autor dedicou-se à autorreflexão, parcela considerável da

obra então produzida nasce sob o signo dela – são balanços de sua trajetória intelectual, da Sociologia e dos impasses da formação das ciências sociais no Brasil – e da liberação da coerção discursiva que os campos institucionais promovem. Por meio do exame desse conjunto de textos, sobressai-se na obra do autor o tema que é centro gravitacional dos estudiosos da obra e trajetória do sociólogo: o equacionamento de sua atuação acadêmica e política.



Editora HUCITEC



Ernest Mandel

Armamentismo e Capitalismo Tardio

Desenvolvimento do departamento III e
valorização do capital em tempos de
crise de reprodução

Sandro Wambier

Professor da Universidade Federal do Paraná
Graduado em História pela USP, mestrado e
doutorado em educação pela UFPR

Após o colapso dos Estados burocráticos, em 1989, criou-se, entre outras, a expectativa em torno de uma nova ordem nascente em meio a um clima de triunfo ideológico. Prevaleceu uma série de discursos apologéticos ao sistema de hegemonia do capital, com a respectiva direitização da política e restauro de velhos preconceitos e discursos apoiados nas visões do burguês eufórico: o “fim da história” no sentido hegeliano foi apenas uma das expressões deste momento: a “naturalização” do capital e da ordem social moldada a ele foi o elemento comum do discurso de Estado no período. A título de exemplo, foi emblemático ao longo dos anos 90 o deslocamento mais à direita do chamado centro político formado pela socialdemocracia, pelo trabalhismo, pelos PCs “metamorfosados” e demais expressões do que pode ser chamado genericamente de reformismo. Em resumo, um quase consenso em relação às virtudes da nova ordem embalado pelo otimismo conservador e triunfalista.

Entretanto, como tendência histórica, expressões ideológicas mais peremptórias são mais sujeitas ao desgaste e envelhecimento precoces, excetuando aquelas de apelo mais religioso; principalmente

quando as contradições do processo histórico tornam-se mais aparentes e, portanto, reveladoras do caráter social, parcial e fragmentado do enunciado ideológico. Neste caso, o triunfalismo cedeu em menos de uma década aos impasses do desenvolvimento econômico capitalista. Longa crise, fase B de Kondratieff ou crise estrutural do sistema de capital, o fato é que as dificuldades crescentes da valorização do capital são evidentes e impossibilitam a projeção de uma estabilidade mais duradoura, tanto no centro quanto na periferia capitalistas.

Tomando, por exemplo e opção, a teoria mandeliana do capitalismo tardio – que coincide com a quarta e última onda longa do modo de produção capitalista, aberta ao final da Segunda Guerra Mundial – a inflexão descendente na dinâmica das taxas de lucros e da valorização do capital a partir do fim dos anos 60 vem se reafirmando apesar dos ciclos curtos de crescimento esporádico, e cada vez mais curtos, que frequentemente e apressadamente são tomados como definitivos: são as manifestações mais agudas da crise que vem prevalecendo sobre expressões localizadas, claudicantes e esporádicas de crescimento. Inclusive, a ‘visibilidade’ das crises corrobora a teoria mandeliana sobre a combinação entre ondas longas e ciclos curtos, ou mais precisamente, que nas fases descendentes das ondas longas, em relação aos ciclos curtos que a compõe, os ciclos de crise prevalecem temporalmente sobre os de crescimento. Pode-se afirmar até que a eclosão destas crises cíclicas agudas forma a cronologia da história recente do capitalismo (crise mexicana, crise russa, crise argentina, crise das hipotecas, crise financeira...).

Além do triunfalismo conservador-liberal, duas espécies de prognósticos foram propaladas aos quatro ventos, ora revestidas de certa polidez acadêmica, ora como instrumento ordinário da ideologia triunfante. A primeira, em relação à nova ordem nascente, estabeleceu uma nova relação entre as nações num quase decreto de abolição das desigualdades entre centro e periferia: multilateralidade e/ou multipolaridade seriam os signos definidores da nova ordem. A segunda, por dedução lógico-formal da primeira afirmativa, previu um processo de desarmamento global produto do triunfo da diplomacia multilateral; uma das consequências da ruína da ordem bipolar anterior. A realidade não poderia ter sido mais ingrata com os prognósticos! Tanto a multilateralidade quanto o desarmamento revelaram-se ilusões ingênuas até para os mais crédulos: fóruns e organismos multilaterais sucumbiram diante das ações unilaterais e

dos vetos, e os gastos militares ultrapassaram os níveis da Guerra Fria. Em síntese, o poder do Estado hegemônico se impôs numa reafirmação atávica da desigualdade nas relações internacionais sob o capitalismo, mais ainda em sua fase tardia; e o armamentismo, como elemento *permanente e estrutural* da reprodução sistêmica, se impõe não apenas através de sua presença ostensiva, mas também através dos gastos crescentes. A totalidade formada pelo imperialismo e pela força de coerção, longe de um anacronismo, reafirma-se com intensidade em tempos de crise e após o término da chamada ordem bipolar da Guerra Fria.

O que a realidade imediata também sugere é que esta escalada bélica é menos produto de conflitos de “novo tipo”, localizados e regionais ou da mais recente “guerra contra o terror”, do que algo inerente ao desenvolvimento capitalista, mais estrutural do que conjuntural. Primeiro, porque é indissociável a expansão do capital da força coercitiva-militar de Estado, ou mais propriamente, do papel do Estado como “pacificador” interno e, principalmente, avalista da expansão externa. Um fator que, sem dúvida, pode ser localizado ao longo da história da civilização e da constituição dos grandes impérios territoriais mais longínquos, mas que só adquire uma nova e significativa dimensão econômica a partir da consolidação da grande indústria moderna e de um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, mais propriamente a partir do capitalismo monopolista e da produção de escala. Segundo, os gastos públicos junto ao Departamento III possuem um caráter funcional em relação ao próprio processo de valorização do capital em função mesmo das novas dimensões da produção, não só da mercadoria mas do sentido geral do processo produtivo que é a mais-valia (tanto à massa quanto à taxa).

Rosa Luxemburgo foi a primeira teórica marxista a identificar essa contradição da reprodução sistêmica – a produção de meios de destruição como fonte privilegiada de valorização do capital – localizando no caráter indireto do sistema tributário o mecanismo pelo qual há apropriação de parcela do capital variável social e sua transformação em fonte para o financiamento estatal de uma mais-valia adicional, gerada nos processos de produção de armas, sem que tal ciclo (apropriação de parcela do capital variável social pelo Estado – produção bélica privada – aquisição pelo Estado) fosse um elemento de pressão para novas crises de superprodução ou subconsumo. Esta análise permanece sendo a base teórica marxista do tema, reforçando

a relação imperativa entre Estado e Departamento III. Mesmo que se possa comprar uma arma em qualquer esquina e apesar de um significativo comércio internacional de abastecimento de bandos criminosos, de grupos tribais e étnicos em luta, ou de guerrilhas dos mais variados matizes, não é comparável à aquisição de sofisticadas plataformas e armas de alta tecnologia, mercadorias de altíssimo valor agregado desenvolvidas e produzidas por grandes corporações e financiadas pelo próprio Estado num regime monopsonico.

Meio século após as elaborações de Rosa Luxemburgo, Ernest Mandel retomou o tema. O objetivo era a crítica contra aqueles que preconizavam a solução anticíclica, definitiva, dos gastos militares. Particularmente, a superação da tendência ao desequilíbrio entre os Departamentos I (produção de meios de produção) e II (produção de meios de consumo), que seria a raiz das crises cíclicas de superprodução/subconsumo. Mandel formulou um esquema de reprodução envolvendo a criação de um terceiro departamento (produção de meios de destruição), cuja lógica equivale aos dos ramos envolvidos na produção de mercadorias de luxo, mercadorias consideradas igualmente improdutivas, pois não participam de um novo ciclo D-M...P...M'-D'. Com o propósito de responder se o consumo improdutivo de armas pelo Estado é capaz de superar a contradição entre produção e consumo na relação entre os Departamentos I e II ($I_m + I_v < II_c$) e lançando mão de um esquema tripartite de reprodução, que no plano teórico-abstrato mais geral cumpre seu papel, Mandel buscou demonstrar que um terceiro departamento só satisfaz a condição de elemento de equilíbrio se possuir uma baixa composição orgânica de capital (c/v), isto é, a “solução” pretendida com a produção bélica desemboca num beco sem saída, segundo Mandel: armas são mercadorias com altíssimo valor agregado, não só portadoras da mais desenvolvida tecnologia, mas produzidas nas mais sofisticadas unidades produtivas, de elevada composição orgânica.¹ A economia armamentista permanente, segundo o esquema de Mandel, cumpre mais um papel de elemento de mediação das crises cíclicas, sem se constituir num elemento de superação.

Mais recentemente, Istvan Mészáros retomou o debate através de sua principal obra “Para Além do Capital”. Inversamente, o profícuo autor húngaro não lançou mão das categorias básicas dos esquemas de reprodução/acumulação – capital constante, capital variável e mais-valia – e manteve-se, em boa parte, mais fiel ao discurso filosófico do que à economia: para o bem ou para o mal algo

característico às gerações formadas pela escola de Lukács. Mészáros localiza no crescimento do complexo industrial-militar uma expressão da “crise estrutural do sistema de capital”. No plano mais geral, esta crise manifesta-se através de duas contradições básicas: a “tendência decrescente da taxa de utilização” e a “equalização por baixo da taxa diferencial de exploração”.

A hipertrofia do complexo industrial-militar *insere-se*, mais diretamente, na primeira tendência. No sentido mais amplo a “tendência decrescente da taxa de utilização” pode ser tomada como a forma do autor explorar a contradição tipicamente capitalista de subordinar o valor de uso ao valor de troca, destacando três de suas manifestações: a “obsolescência planejada” ou o consumo cada vez mais efêmero da mercadoria e o crescente desperdício de recursos humanos e naturais; o aumento da mais-valia absoluta que, entre outras questões, é reveladora da subutilização da técnica e uso de trabalho intensivo em detrimento do desenvolvimento dos meios de produção; e o próprio aumento do complexo industrial-militar. Este cumpriria o papel de “principal agente do deslocamento das contradições internas do capital” porque possui a capacidade de garantir ao mesmo tempo a máxima expansão produtiva (de determinadas unidades produtivas) com a mínima taxa de utilização (produção de valores de uso); seu desenvolvimento é mais um elemento que corroboraria a principal tese do autor húngaro: a “crise estrutural do sistema de capital”.

O deslocamento das contradições, como ganho para o ‘sistema de capital’ cobra um elevado preço para a própria reprodução sistêmica e para a sobrevivência da humanidade na medida que a auto-reprodução do capital assume, crescentemente, um caráter destrutivo. Primeiro, porque revela uma produção cada vez mais divorciada das necessidades humanas reais. Uma destrutividade evidente e muito além do consumo irracional de recursos naturais e trabalho. Segundo, Mészáros alerta para a pernicioso relação entre ciência e complexo industrial-militar como, por exemplo, a significativa drenagem de recursos públicos para as pesquisas para fins bélicos.

Num sentido exploratório, e apoiado nos autores citados, é possível destacar alguns temas e indagações que merecem um tratamento e que, do ponto de vista da análise marxista, podem vir a fazer parte de uma agenda mais ampla de compreensão e de crítica aos mecanismos atuais da reprodução sistêmica:

1. Há um aumento generalizado dos gastos bélicos que não se limita às tradicionais potências militares (EUA, Rússia, China, Inglaterra e França). Tanto no centro quanto na periferia capitalistas governos elevam seus gastos no setor, financiando, inclusive, a produção local com ou sem tecnologia própria. É necessário avaliar o impacto destes gastos em relação ao produto bruto mundial e em relação ao endividamento público; este último sendo um dado pouco visível à época de Rosa Luxemburgo, anterior aos fundamentos do keynesianismo.
2. A importante relação entre ciência e Departamento III deve ser tomada a partir de três dimensões básicas: Primeiro, que as fases iniciais de pesquisa e concepção são amplamente financiadas pelo Estado numa escala muito superior às demais como, por exemplo, a pesquisa médica - evidentemente encontraremos uma variação significativa destes gastos militares entre diferentes países embora dentro de um espectro bastante amplo que vai dos EUA ao Paquistão. O Estado, portanto, não participa apenas como comprador do produto final, mas como fomentador das fases de pesquisa e desenvolvimento. Para o capital isto é importante já que muitas dessas tecnologias militares, frequentemente e amplamente destinadas para posterior uso civil, demandam tempo para seu desenvolvimento, muito além da necessidade imediata de valorização: o ciclo de reprodução ampliada do capital deve ser o mais curto possível, principalmente em tempos de crise. As dimensões de alguns projetos demandam consórcios e associações corporativas com ampla participação do Estado para sua viabilidade, cumprindo o papel de elemento exógeno catalisador dos processos de concepção e desenvolvimento, muitos dos quais seriam inviáveis se dependessem apenas dos interesses imediatos e exclusivos do capital. Segundo, a relação entre corporações e o Estado, em torno do conhecimento científico-tecnológico proporcionado pela produção bélica, acelera os processos de monopolização e concentração do conhecimento, aprofundando, ainda mais, a alienação entre conhecimento técnico-científico e interesse social. Terceiro, como as tecnologias produzidas neste processo possuem como tendência e potencialmente a capacidade de transpor-se do uso militar para o civil, criam e possibilitam a geração de renda tecnológica, obtida através do monopólio do conhecimento

tecnológico. Assim, aprofunda-se a contradição entre caráter social do conhecimento e apropriação privada da ciência. É necessário que sempre se destaque que este mecanismo, a renda tecnológica, destaca-se entre os principais mecanismos da reprodução do capital na atual fase do capitalismo tardio; o que reforça, também, a natureza crescentemente parasitária e rentista do capital nas últimas décadas.

3. Com relação ao complexo industrial-militar, na expressão de Mészáros (com origem em famoso discurso de despedida de Dwight Eisenhower), mais estritamente, dois pontos necessitam de um melhor dimensionamento: Primeiro, tal complexo industrial não só produz mercadorias de alta tecnologia como utiliza, em suas unidades, processos produtivos também de tecnologia avançada, de elevada composição orgânica. Portanto, uma dinâmica contraditória para a utilização das mais avançadas forças produtivas para o desenvolvimento e produção de forças de destruição. Segundo, não há um complexo industrial-militar especializado, e sim departamentos, unidades e empresas vinculadas às corporações monopolistas e transnacionais, ou seja, a existência apenas aparente de fronteiras entre indústria civil e militar. Algo que sugere, em extensão, o caráter funcional do setor para a reprodução sistêmica.
4. Em que dimensão o Departamento III (Mandel) ou o complexo industrial-militar (Mészáros) é o “principal agente de deslocamento das contradições internas”, ou qual seria sua verdadeira importância para a reprodução sistêmica, reprodução material do modo de produção capitalista, merece um tratamento mais apurado. Tanto Mandel quanto Mészáros, e poderíamos incluir também Sweezy e Baran,² em última instância e em medidas diferentes, relacionam os gastos bélicos/militares com a superacumulação ou formação de excedentes de capital e que sem dúvida cumprem seu papel como elemento mediador da crise de valorização; resta saber em que dimensão.

Notas

1. Para Mandel, a economia armamentista só pode estabelecer um equilíbrio entre os departamentos I e II se:

$$IIc + II m\beta + IIIc + III m\beta = Iv + Im\alpha + Im\gamma + IIIv + III m\alpha + III m\gamma,$$

sendo c capital constante, v capital variável, $m\alpha$ mais-valia consumida improdutivamente, $m\beta$ mais-valia consumida em capital constante adicional e $m\gamma$ mais-valia consumida em capital variável adicional.

Considerando uma composição orgânica do capital crescente há um desequilíbrio: $IIc + II m\beta > Iv + Im\alpha + Im\gamma$ que o departamento III só pode compensar se: $IIIv + III m\alpha + III m\gamma > IIIc + III m\beta$ uma contradição, já que sugere uma composição orgânica decrescente na produção bélica.

2. BARAN, P. & SWEEZY, P. *El Capital Monopolista*. México: Siglo Veintiuno, 1988.

Bibliografia

LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Rio: Zahar, 1976.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. S. Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. S. Paulo: Boitempo, 2002.

WAMBIER, S. M. *Prometeu Traído: a crise do capitalismo tardio e a nova dialética civilização e barbárie*. Tese de doutorado, UFPR, 2007.

A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)

José Rodrigues Mão Jr.



A Revolução Cubana e a Questão Nacional: 1868-1963, amplo e excelente estudo de José Rodrigues Mao Jr., foi produto de uma erudita tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). O livro não deixa de dar um retrato *événementielle* da História recente de Cuba, onde os personagens, os discursos e as tomadas de posição políticas e militares têm relevo.

Mas a obra vai além. Ela retoma o fio da meada, que

é o nacionalismo cubano, para compreender porque o mais formidável fenômeno revolucionário da História da América Latina tornou-se ao mesmo tempo um paradigma e um evento que não pôde inspirar outras revoluções semelhantes. Afinal, tentou-se, fosse sob o nome de "foquismo" (alusão ao "foco" guerrilheiro) ou outro qualquer, repetir-se a estratégia cubana em outros lugares sem êxito.

Vendas: www.mamideiramolotov.com

Núcleo de Estudos d'O Capital





Pancho Villa

A Revolução Mexicana de 1910 Vista Desde a Longa Duração Histórica

Carlos Antonio Aguirre Rojas
Professor e pesquisador da Universidade
Nacional Autônoma do México (UNAM)

Tradução: Fernando Sarti Ferreira

“Para o Historiador, aceitar [a longa duração histórica] é uma mudança de estilo, de atitude, uma inversão radical do pensamento, uma nova concepção do social (...) Em qualquer caso, é em relação a estas camadas da história lenta que a totalidade da história pode ser repensada...”

Fernand Braudel, *“Historia y ciencias sociales. La larga duración”*, 1959.

Há cem anos de sua saudável e necessária irrupção dentro da história do México, a Revolução Mexicana de 1910 está novamente em debate. E isso pelo simples afã memorial e comemorativo que desde algumas décadas vem se propagando com força em todas as sociedades do planeta, fazendo com que governos, universidades, intelectuais, e as mais diversas instituições, se encontrem à caça de todo possível acontecimento, fenômeno ou processo histórico que possa ser, precisamente, festejado, recordado, comemorado e celebrado, por cumprir certo número de anos, de lustros, de décadas ou séculos. E tudo isso dentro de uma lógica que, longe de simplesmente recuperar o passado, pretende atualizá-lo seletivamente, resgatando personagens, façanhas, processos ou situações que, de fato, sirvam para legitimar e reforçar os processos, grupos sociais e personagens do nosso mais atual presente.¹

Por isso, tão ou mais importante que os personagens, ou processos, ou acontecimentos comemorados, é a maneira específica de como são comemorados e recordados, reiterando uma vez mais o processo, várias vezes sinalado, da necessária ressignificação e uso do passado em função das necessidades e encruzilhadas de cada presente que o recupera e comemora.² E, neste contexto, é paradoxal verificar que, no caso do México e desta comemoração dos 100 anos da Revolução Mexicana, quem deve levar a cabo essa celebração é um governo conservador e de ultra-direita, ou seja, o herdeiro direto daqueles grupos, precisamente conservadores, pró-norte-americanos e reacionários, que foram justamente combatidos e derrotados pela Revolução Mexicana de 1910-1921.

É o que provavelmente explica o desinteresse do atual governo conservador mexicano frente à dupla comemoração do Bicentenário da Independência do México e do Centenário da Revolução Mexicana, uma vez que nomeou, como responsáveis destas celebrações, personagens de um baixo nível intelectual generalizado. Ou também o fato de que, nestas celebrações, estejam incluídos atos como a remodelação de um balneário turístico, a inauguração de uma nova rodovia ou a construção de um conjunto de edifícios, junto a Colóquios supostamente acadêmicos ou séries de televisão com a participação, em sua maioria, de especialistas em temas que nada têm a ver nem com a Independência, nem com a Revolução mexicana.³ Pois, por mais que em ambos os processos históricos as classes populares e os setores subalternos foram ao fim derrotados, contudo, também terminaram vencidos e marginados, nestes mesmos processos, aqueles setores conservadores e retrógrados cujos descendentes históricos são os que governam o México há 10 anos (ainda que, nos últimos quatro anos, somente por meio de uma escandalosa e vergonhosa fraude eleitoral descarada e aberta).

Esta situação paradoxal, de um governo de direita que deve celebrar e comemorar seus inimigos históricos nos obriga a transcender todo este superficial e vazio processo das comemorações oficiais e da história e memória também oficiais para, por outro lado, tratar de estabelecermos interrogantes mais sérias e profundas, redefinindo o processo de um século da Revolução Mexicana dentro dos horizontes da longa duração histórica e dos diferentes tempos históricos, do rico e complexo itinerário da evolução mexicana, nos permitindo aceder a um balanço crítico e muito mais científico do que significou e implicou esse processo de 100 anos. Mas

também, da vigência de suas principais lições, dentro das lutas e das encruzilhadas atuais que vive o México hoje, nas claras vésperas de um novo 2010 também *histórico*, e não só cronológico.⁴

Então, e tratando de avançar nesse balanço crítico do processo da Revolução Mexicana, visto a partir dessas estruturas da história profunda que nos ensinou Fernand Braudel, poderíamos nos perguntar: como se apresenta a Revolução Mexicana de 1910 quando a miramos do observatório privilegiado que é o registro da longa duração histórica? E que balanço global podemos fazer do papel que desempenhou essa Revolução Mexicana dos princípios do século XX cronológico, quando a observamos dentro da curva mais global do desenvolvimento histórico do México? Mas também, qual papel cumpre esta Revolução Mexicana dentro do avanço e do desenvolvimento mais geral das lutas das classes subalternas e populares de todo México? E que avaliação geral podemos estabelecer a respeito dos logros e conquistas, e por outro lado, dos limites e das derrotas, que para esses setores, grupos e classes subalternas implicou este acontecimento fundamental da Revolução Mexicana, há cem anos de distância de sua benéfica e reivindicável irrupção?

Acreditamos que, para entender todos esses problemas e para podermos dar uma resposta adequada aos mesmos, é sem dúvida necessário apartar-nos da visão *oficial* da Revolução Mexicana, quer dizer, desta história oficial promovida desde o poder e majoritariamente legitimada dentro do mundo acadêmico mexicano. Uma história sempre centrada nos Presidentes, nos líderes, nos caudilhos, e que ignora olímpicamente o verdadeiro e fundamental papel das classes e grupos sociais subalternos de nosso país, dos indígenas, dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos setores pobres das cidades, ou seja, de todo esse vasto leque que são as classes subalternas mexicanas.

A história oficial construída pelos vencedores provisórios dos combates travados na Revolução Mexicana que, como toda história oficial, está repleta de mitos e falsas lendas, sendo uma história glorificadora do passado, mas sobre tudo, legitimadora e justificadora de nosso mais atual presente. Portanto, e passando uma vez mais a escova da história à contrapelo nestas versões oficiais, e tratando de adentrarmos nos territórios das verdadeiras *contra-histórias* das classes e dos setores populares, talvez possamos prover alguns elementos importantes para responder às interrogantes antes colocadas.

Assim, e tratando de observar esta Revolução Mexicana de 1910-1921 desde os horizontes⁵ da larga duração, ela se revela como uma *tentativa monumental* levada a cabo por essas classes subalternas mexicanas, no sentido de obter, por vias radicais, a possibilidade de *transformar seu próprio destino e o destino mesmo do México*. Tentativa monumental que, igual ao caso da Revolução Francesa, ou também ao da Revolução Russa, adquiriu clara e rapidamente uma dimensão *nacional* e uma profundidade *social global* extraordinária, ainda que alcançando, no caso do México, um resultado *diferente* ao das outras duas revoluções acima mencionadas.

Porque não devemos nos esquecer que, apesar de sua imensa magnitude e de sua profunda repercussão, a Revolução Mexicana foi, no que diz respeito a estas classes subalternas de nosso país, uma revolução *derrotada*. Portanto, enquanto a Revolução Francesa por um lado, e pelo outro a Revolução Russa, lograram efetivamente desenvolver uma transformação global radical em suas respectivas sociedades e nações, ao contrário e por este caráter de revolução popular derrotada, a Revolução Mexicana gerou uma transformação muito mais matizada, menos radical, e muito mais desigual nas distintas áreas e campos do vasto tecido social mexicano. Transformação desigual, matizada e muito menos radical, que se explica precisamente em virtude da derrota dos setores camponeses mexicanos que participaram dentro do vasto movimento social de 1910-1921, setores camponeses estes que, sem dúvida, foram seus principais protagonistas.

Deste modo, e dentro desta perspectiva comparada⁶ que esboçamos agora, é evidente que a Revolução Francesa conseguiu abolir, total e radicalmente, o sistema feudal francês, criando desde os resultados desta abolição profunda e global, a sociedade burguesa moderna da França dos séculos XIX e XX cronológicos, além de ter gerado, simultaneamente e tal qual assinalou claramente em seu momento Karl Marx, o *modelo universal* do sistema político moderno, ou seja, a forma clássica e paradigmática do moderno Estado democrático burguês.

Por sua vez, a Revolução Russa também conseguiu como seu principal resultado a eliminação total do regime político czarista e, sobretudo, do sistema social baseado na servidão camponesa russa, pretendendo até o ousado objetivo de forjar, pela primeira vez em toda a história humana, e dentro de uma escala nacional, um

sistema *não capitalista* (o que, lamentavelmente, não conseguiu ao fim, gerando por outro lado um estranho capitalismo russo, muito desenvolvido em certas áreas e menos desenvolvido ou mesmo muito pouco desenvolvido em outras).

Por outro lado, e a partir desta mesma perspectiva, o que a Revolução Mexicana conseguirá lograr como seu central e fundamental resultado será somente o deslocamento da hegemonia global sobre o projeto nacional dos grupos do centro do México ou do “país central” do México, para os grupos do “país do norte”,⁷ para a hegemonia do chamado “Grupo Sonora”. Recentralização importante de hegemonia, em torno da condução do projeto global da nação mexicana que ao implicar na mudança de uma fração da classe dominante muito mais conservadora e vinculada ao velho latifúndio por outra fração dos setores sociais hegemônicos muito mais moderna e vinculada com as mais novas relações capitalistas, vai provocar, junto com esse deslocamento, certas mudanças importantes no plano econômico, social, político e cultural, acelerando certas tendências já presentes no México desde o período do Porfiriato.⁸

Desse modo, e longe da transformação radical social global que conheceram França e Rússia com suas respectivas revoluções dos séculos cronológicos XVIII e XX respectivamente, no México, ao contrário, a Revolução Mexicana provocou somente transformações, mesmo que sem dúvida importantes, na economia, na sociedade, na estrutura política e na cultura do país, ao dar pela primeira vez a hegemonia em todos esses planos a este novo e recém-nascido país que era o “país do Norte”, porém sem conseguir transformar nem o *rumo* nem o *status geral* do que era o México no século XIX.

Porque, para mensurar na medida certa o impacto real que dentro da longa duração histórica tem esta Revolução Mexicana, é necessário partir da lembrança e da persistência do fato que, mesmo *depois* desta revolução, o México continuou sendo um país *dependente*. Isso quer dizer, e coloca-se contra um dos mitos tenazmente alimentado dentro da tosca e empobrecida historiografia oficial mexicana,⁹ nem na Revolução da Independência (como é chamada comumente e sem ironia alguma) de 1810, tampouco na Revolução Mexicana de 1910, o México nunca conquistou sua verdadeira *independência integral*, ou seja, sua independência econômica, social, política e cultural em geral.

Pois como é evidente, ainda hoje, neste ano de 2010, o México continua sendo um país estruturalmente *dependente*, e isso tanto nos âmbitos da economia, da tecnologia, do comércio ou das finanças, como também nestas vastas zonas que são as esferas das relações sociais, da política internacional e inclusive nacional, assim como da própria cultura, da educação e da arte em geral. Assim, o que realmente provocou a Revolução Mexicana foi simplesmente uma *mudança dos centros* pelos quais se estabelecia essa cadeia múltipla de nossas diversas *dependências*, transferindo-as dos países hegemônicos centrais da Europa do século XIX, para o domínio agora geral, em todos esses campos, dos Estados Unidos da América.

Por outro lado, e junto à manutenção desta condição de dependência múltipla em relação aos sucessivos centros dominantes da economia mundial, o México continuou sendo também, depois desta Revolução de 1910, um país *periférico*, pobre e subdesenvolvido. Pois, apesar das importantes transformações geradas nos planos econômico e social pela Revolução Mexicana, estas mudanças não foram capazes de modificar nem as condições de dependência, tampouco as de pobreza e atraso estrutural de nosso próprio país. Além disso, o México continuou sendo depois desta Revolução nos primórdios do século XX cronológico, um país predominantemente *camponês* que, ainda que tenha começado a se industrializar, não conseguirá modificar seu caráter de nação fundamentalmente agrária, senão no último terço do século XX cronológico recém-transcorrido.

Estas condições dependente, periférica e camponesa do México que, sendo realidades e elementos estruturais e *determinantes* de toda a sociedade mexicana e do destino global que ela mesma havia experimentado durante vários séculos, vão permanecer substancialmente inalteradas depois do vasto movimento social de 1910-1921. Junto a isso, também vão manter-se e inclusive acelerar enormemente, certos processos que já haviam começado a se desenvolver desde o período do Porfiriato, os quais graças às importantes transformações geradas pela Revolução Mexicana, adquiriram uma profundidade, velocidade e ritmo muito maiores do que poderiam ter conseguido antes de 1910.

Assim, por exemplo, o México continuará vigorosamente, depois de 1921, com o processo de integração de seu mercado interno nacional, graças ao fato de que as principais barreiras ao seu desenvolvimento foram efetivamente derrubadas, em sua grande maioria, durante o conflito social de 1910-1921. E logicamente,

junto a este processo de acelerada integração de seu mercado interno nacional, vai agilizar o processo de formação da burguesia nacional, primeiramente camponesa e, em um segundo momento, propriamente industrial, ao tempo em que se consolida mais nitidamente o processo geral de industrialização do México.

Ao mesmo tempo, e de maneira complementar a este processo de consolidação do mercado interno nacional, vai se desenvolver igualmente um processo acelerado de urbanização em nosso país, urbanização esta que não é mais que uma das tantas expressões do processo mais global da “modernização” capitalista do México¹⁰ que, infelizmente, será calcada nestas novas condições de dependência geral de nosso país que se estabelecem em relação aos Estados Unidos da América do Norte, sobre o limitado e empobrecido modelo do *american way of life*.

Então, e como outras diversas expressões deste mesmo, e agora mais veloz processo de “modernização” capitalista do México, também vai se reestruturar a configuração global das estruturas de classes anterior, criando concomitantemente dentro de nosso país uma nova elite política e também um novo Estado, desenvolvendo igualmente novas formas culturais, sociais e inclusive civilizadoras em geral.

Se a Revolução Mexicana manteve intocados certos aspectos estruturais da situação global de nosso país, ao mesmo tempo que acelerava em grande escala alguns dos processos e tendências já presentes dentro da etapa histórica do Porfiriato, induzindo também a certas mudanças importantes nos distintos níveis da realidade social mexicana, é claro que os efeitos de todos estes resultados mencionados provocados por este vasto movimento social do começo do século XX cronológico, não são os mesmos, de um lado, para as elites e setores sociais hegemônicos, e do outro, para os amplos e diversos setores, classes e grupos constitutivos do variado mundo da subalternidade social.

Por isso, e para podermos ter uma avaliação mais precisa destes efeitos diferenciais, urge detalhá-los com mais cuidado, discriminando ao mesmo tempo as consequências que essas transformações gerais, estes processos acelerados e estas permanências históricas tenazes tiveram para essas classes dominantes e hegemônicas do México e, também, em outro nível, para essas classes populares e subalternas de nosso país.

Uma chave essencial que explica o porquê da modernização capitalista e as transformações sociais que a acompanham não terem sido no México tão profundas, completas e integrais como foram nos casos muito mais globais e radicais das revoluções triunfantes da França em 1789 e da Rússia em 1917, se deve ao fato de que as classes subalternas mexicanas foram, como já mencionamos antes, *derrotadas* dentro da Revolução Mexicana. Fato que, naturalmente, atenua o resultado geral desta Revolução e provoca transformações muito mais limitadas, matizadas, parciais e fragmentadas que nos casos francês e russo recém-invocados.

No entanto, e apesar desta derrota, está claro que estas classes subalternas mexicanas alcançaram, em uma determinada fase do período crítico da Revolução Mexicana, *um ponto excepcionalmente alto de sua rebelião e de seu protagonismo* dentro do processo geral de transformação da segunda década do século XX cronológico. E isso se manifestou de maneira mais aguda e evidente nos meses de novembro e dezembro de 1914 que, desde o ponto de vista destas classes populares, constituem o verdadeiro *ponto crítico* definitivo de toda sorte e destino da Revolução Mexicana. Ou seja, esse “instante de perigo” de que fala Walter Benjamin em suas brilhantes e luminosas *Teses sobre a História*, instante de perigo em que todas as forças fundamentais de uma batalha se encontram presentes e pela qual se decidirá aquele futuro entre todos os possíveis que finalmente se imporá sobre o resto.

Pois é justamente nestes meses finais de 1914 que se decide, desde a perspectiva das classes subalternas mexicanas, *toda a sorte e destino geral* desta Revolução Mexicana.¹¹ Já que depois da Convenção Nacional Revolucionária, que foi o ponto de encontro de *todas* as forças, classes e dos grupos subalternos fundamentais atuantes dentro da Revolução Mexicana, as massas camponesas conseguiram exercer e afirmar seu protagonismo e seu poder em 80% do território nacional, além de dominar a capital de nosso país. Por esse período de fins de 1914, os exércitos camponeses de Pancho Villa de um lado e de Emiliano Zapata pelo outro, dominam grosso modo, quatro quintos do território nacional e, além disso, marcham sobre a cidade do México, que irão apoderar-se sem problemas em dezembro de 1914.

Vale a pena relembrar que dada a enorme e inclusive desmedida *centralização* de nosso país em torno da cidade do México, ela constitui e constituiu, na longa duração histórica de

nossa nação, verdadeiro centro nevrálgico do poder no México. O México girou durante muito tempo em torno desse eixo reitor de todo o país que é sua própria cidade capital, fazendo com que, até o momento atual, aquele grupo que tem o domínio da cidade do México, ocupe sem dúvida alguma uma posição fundamental e parcialmente hegemônica a nível nacional.

E isso não só porque a cidade do México concentra em sua mancha urbana, além dos limites jurídicos do Distrito Federal, um de cada quatro mexicanos, ou seja, vinte e cinco por cento de sua população total, mas também porque a cidade do México concentra grande parte da indústria do país, junto a uma boa porção das instituições que têm a seu cargo a geração e reprodução da cultura em geral, sendo, além disso, o principal cenário que concentra uma clara maioria dos processos políticos, sociais e econômicos decisivos que se desenvolvem regularmente em todo nosso território.

De modo que, se nos momentos finais do ano de 1914, as classes subalternas mexicanas conseguiram dominar quatro quintos do país e hegemônizar por um momento sua própria capital, então tiveram nessas circunstâncias a *clara possibilidade de tomar em suas mãos seus próprios destinos*, definindo também *o rumo global dos destinos do México* como país em geral.

No entanto, frente à possibilidade de instaurar uma República Camponesa Popular, similar a que se propôs instaurar na Rússia desde a Revolução de 1905, e que de certa maneira vai se desenvolver na mesma Rússia como fruto da Revolução triunfante de 1917; em lugar de optar pela instauração desta República camponesa e popular, as classes populares mexicanas renunciam ir até o final e abandonam essa posição central que é o domínio da capital do país. Com isso, abrem espaço para a reconstituição burguesa do projeto capitalista, isto é, para a inteira reconfiguração dos grupos dominantes, em primeiro lugar, a reconstrução do exército de Álvaro Obregón e, logo depois, de novos pactos e acordos dessas classes dominantes burguesas, tanto para o contra-golpe militar, como para a restauração global de sua hegemonia que naturalmente se dará contra as classes populares e movimentos camponeses radicais, e em primeiro lugar, contra os próprios exércitos camponeses, villistas e zapatistas, durante todo o ano de 1915.

Assim, o destino global da Revolução Mexicana ficará selado definitivamente, cancelando sua via radical, a que Lênin

chamava também de via plebeia, para em seu lugar instaurar uma Revolução truncada, de compromisso, apoiada na derrota e retrocesso dos grupos camponeses e, portanto, uma Revolução muito mais mutilada, parcial, cheia de matizes, desigual e, obviamente, muito distante da Revolução Russa de 1917 e inclusive da Revolução Francesa de 1789.

Deste modo, é nos fins de 1914 e durante o ano de 1915, que se decide o destino global das classes camponesas do país e de seu projeto plebeu radical de transformação social. E com isso também se decide todo o sentido geral e o caráter total de toda a Revolução Mexicana. Pois é evidente que durante um longo período de lustros e décadas, nunca mais os camponeses e indígenas mexicanos, que formaram o grupo central, massivo, estrutural e protagonista principal desta Revolução Mexicana de 1910-1921, nunca mais em muitos anos, estes camponeses e indígenas do México voltaram a ter uma força similar a que alcançaram nestes meses de novembro e dezembro de 1914.

A partir de 1915 em diante, esta via camponesa plebeia e radical da Revolução é anulada e derrotada, o que provoca o retrocesso de Francisco Villa e de seus seguidores no norte do país, e também ao acampamento de Emiliano Zapata no sul,¹² dentro de um processo mais global no qual Venustiano Carranza¹³ começa a devolver as fazendas expropriadas anteriormente e as classes populares - o nascente movimento operário e os distintos grupos camponeses rebeldes - começam outra vez a ser submetidos e enquadrados dentro do projeto burguês dominante, ao mesmo tempo em que as novas elites políticas (e também parte das velhas elites políticas) disputam agora, e somente desde cima, o novo poder do Estado.

Dentro desta lógica, o governo de Venustiano Carranza aparece somente como uma simples transição dentro deste processo de recomposição das classes dominantes mexicanas, processo que como bem sabemos, terminará dando a hegemonia ao chamado “Grupo Sonora” e, em geral, ao que chamamos de “o país do norte” do México, o que é bem conhecido, recentralizará durante várias décadas o projeto nacional global em torno das zonas norte e noroeste do país.

Esta hegemonia dos grupos do “país do norte”, que durará aproximadamente meio século, para voltar a ceder esse domínio hegemônico aos grupos do país do centro a partir dos anos 1950 ou 1960, nos quais, e por meio da forte industrialização da zona central

do México e especialmente da cidade do México e de sua mancha urbana, estes grupos centrais recuperaram a posição hegemônica em torno da condução do projeto nacional geral do México.

Portanto, vale a pena insistir no fato de que quando observamos as coisas desde este registro profundo da longa duração histórica, muito dos processos, ou sucessos, ou fenômenos históricos que analisamos, se apresentam sob uma nova e inédita luz, mostrando arestas e dimensões que geralmente permanecem ocultas e ignoradas quando são vistas em termos mais imediatos e conjunturais. Nesse sentido, uma derrota pode implicar em êxitos, avanços e conquistas importantes, ao mesmo tempo em que uma vitória é relativizada e se matiza para combinar-se com retrocessos, concessões significativas e perdas relevantes.

O que nos permite explicar a situação, em aparência paradoxal, mas na realidade clara e evidente, de que apesar de haver sido derrotada, essa via plebeia radical da Revolução Mexicana representada pelos dois ramos camponeses e indígenas de Francisco Villa e Emiliano Zapata, obteve uma força como movimento social camponês e popular que foi tão enorme, tão monumental, tão invasora, tão contundente e tão espantosa que, mesmo derrotada, conseguiu *impor* toda uma série de mudanças fundamentais, conquistando todo um conjunto de transformações sociais tão importantes que fizeram do México um país *diferente*, em muitos sentidos e durante todo o século XX cronológico, do resto dos países da América Latina. Essa diferença transformou o México numa espécie de país “líder” dentro do desenvolvimento geral da América Latina¹⁴ durante o lapso temporal que corre desde o período crítico da Revolução Mexicana, desde os anos 1910-1921, até o momento da saudável irrupção da Revolução Cubana de 1959, momento em qual esta liderança do México dentro da América Latina começa claramente a decair e a atenuar-se até desaparecer, de maneira lenta, porém irreversível.

Pois, quando situamos desde do observatório de análises do que foi no seu conjunto a história do México e a história da América Latina ao longo de todo o século XX, fica claro que foi graças a Revolução Mexicana que os caminhos de nosso país se distinguiram, de maneira significativa, dos caminhos das outras nações latino-americanas. Já que foi graças a esta potente e intensa revolução, com uma profunda raiz camponesa e popular, que se mobilizou e agitou a nação inteira, sacudindo completamente todas as estruturas do poder econômico, social, político e cultural por todo o país.

O que, de maneira imediata e como um primeiro resultado, vai provocar o colapso completo do antigo grupo governante, do grupo porfirista que encarnava o país do centro, refazendo os equilíbrios internos da classe dominante e obrigando-a a transferir sua posição hegemônica de direção do projeto nacional dos espaços do país do centro para os espaços do país do norte. E que, naturalmente, implicará em transformações sociais de diversas ordens e magnitudes, matizadas e desiguais, mas de grande importância nas zonas central e norte do México, junto a significativa carência, muitas vezes assinalada, de deixar intocado o país do sul.

Assim, e a partir dos horizontes de longa duração da história, pode-se ver que graças a Revolução Mexicana, derrotada enquanto revolução camponesa popular, porém potente e profunda em seus impactos essenciais, que no México ocorre a *primeira* Reforma Agrária do século XX em toda a América Latina, que por sua ampla e singular escala e dimensão, será também a primeira Reforma Agrária de toda a história de nosso sub-continente.

Reforma Agrária vasta e estrutural que, apesar de suas múltiplas titubeações, de seus arranjos com os grupos latifundiários e de sua desigual presença –onde, como foi demonstrado, o país do sul ficará com a pior parte, ficando quase ausente dessa transformação agrária nacional –, vai terminar, contudo, refazendo por completo a estrutura agrária do México, dando-lhe um caráter muito mais progressista e avançado que praticamente o resto dos países da América Latina na mesma época.

É algo que se faz evidente quando comparamos o desenvolvimento agrícola do México hoje com, por exemplo, o da Guatemala, onde não haverá Reforma Agrária até os anos quarenta e cinquenta do século XX, sendo ainda abortada pelo golpe militar apoiado pelos Estados Unidos no ano de 1954, cancelando um avanço mais rápido e integral do capitalismo guatemalteco até os dias de hoje.

Ou também podemos comparar os efeitos da profunda Reforma Agrária Mexicana com a situação vivida ao longo de todo o século XX cronológico e que perdura até hoje no Brasil, onde o Movimento dos Sem-terra, um dos mais importantes movimentos anti-sistêmicos atuais da América Latina, constituiu-se precisamente em virtude da ausência histórica de uma verdadeira Reforma Agrária brasileira, ausência essa que se plasma de maneira escandalosa neste país pela existência até hoje de um latifúndio, uma propriedade com

um só dono, cuja área é tão ampla quanto o território de Portugal,¹⁵ situação que equivaleria à propriedade total do território do Estado de Chihuahua por parte de uma só família, como precisamente acontecia antes do estampido revolucionário de 1910.

A Reforma Agrária mexicana que, apesar de ser uma reforma regrada, controlada, administrada e desenvolvida desde cima, desde as esferas do poder, é ao mesmo tempo um claro fruto da profunda mobilização social e de um forte e vigoroso movimento camponês e popular que, mesmo derrotado, faz valer sua força e sua presença, se afirmando como um elemento vivo e atuante durante praticamente todo o século XX cronológico mexicano. Fato esse que demonstra, indiretamente, a validade da tese defendida por Walter Benjamin de que os “passados vencidos”, mesmo depois de serem derrotados, continuam vivos, continuam atuando e fazendo sentir seus efeitos dentro do curso concreto da história, enquanto esperam pacientemente as condições propícias para poder emergir de novo e disputar novamente a definição dos possíveis destinos futuros do drama histórico nos quais eles se encontram imersos.

Uma Revolução plebeia camponesa derrotada que, no entanto, foi também capaz de varrer profundamente os principais obstáculos que se opunham a formação do mercado interno nacional, acelerando a partir de seus saudáveis impactos a tripla formação dos sub-mercados de mercadorias, dinheiro e força de trabalho para o capital industrial mexicano. Com este, conseguiu estabelecer condições favoráveis para o estabelecimento de uma forte unidade para este mesmo mercado interior em escala nacional, o que implica que a economia mexicana, durante o século XX cronológico conseguirá constituir-se como uma estrutura econômica mais integrada, mais sólida e mais diversificada que muitas das restantes economias latino-americanas. Ao que parece, é uma das razões claras para que o México tenha se constituído no século XX cronológico em um dos três países líderes da América Latina no plano econômico, junto ao Brasil e a Argentina.

Isso, sem dúvida, se deve em parte também ao tamanho e a grande riqueza e variedade dos recursos naturais de nosso país, mas que se vincula igualmente a esta exitosa formação de um mercado interno nacional consolidado e robusto e, em consequência, a esta maior integração econômica dos distintos ramos e setores produtivos e comerciais.

Um terceiro efeito importante desta revolução camponesa derrotada de 1910-1921 é a aquisição por parte do México de melhores condições para o desenvolvimento de seu próprio processo de industrialização, que apenas começará a ocorrer de maneira massiva e geral a partir da Segunda Guerra Mundial. Industrialização que, como é evidente, se apoia nesta estrutura econômica mais integrada e na vasta Reforma Agrária que, mesmo sendo desigual, não deixa de ser uma premissa importante desta industrialização e da modernização econômica em geral. O que, uma vez mais, vai fazer do México um dos países industriais mais importantes da América Latina, vantagem que fica clara quando observamos que a industrialização não foi, infelizmente, a regra geral do desenvolvimento econômico da imensa maioria das nações latino-americanas.

Outro efeito importante da Revolução Mexicana, mesmo derrotada, foi o de haver provocado a reestruturação geral de todo o conjunto do tecido social mexicano, quer dizer, uma reconfiguração profunda das classes sociais mexicanas, pela qual as antigas classes dominantes mais atrasadas, como por exemplo a oligarquia latifundiária do país do centro, vão ser em grande parte *substituídas* por outros grupos equivalentes, muito mais modernos e avançados, e neste caso recém-citado, pela então incipiente burguesia agrária do país do norte, e mais adiante e de maneira generalizada, pela burguesia industrial mexicana.

Também é o caso da emergência social da classe média urbana mexicana, que parece dever seu próprio nascimento a esta mesma Revolução Mexicana: ao impulsar a modernização econômica, a revolução promoveu também a urbanização e com ela o desenvolvimento em maior escala das profissões liberais, junto ao crescimento do pequeno comércio, da pequena indústria e do florescimento em geral desse setor de empregados, burocratas e trabalhadores intermediários que constituem e reproduzem a chamada classe média urbana em geral.

Outra consequência social importante desta revolução que, mesmo derrotada faz sentir seus efeitos progressistas sobre o conjunto do país, foi a criação de um sistema social onde o chamado “Estado de Bem-Estar” teve uma presença e um desenvolvimento muito maior que em outras nações da América Latina. Porque a sociedade mexicana foi permeada muito mais que outras sociedades latino-americanas pelas demandas de suas classes populares e subalternas, que mesmo depois de vencidas, mantiveram uma tal força e presença,

conseguindo impor de distintas maneiras algumas de suas principais exigências e reivindicações.

Pois, ao ser construída como fruto direto dessa profunda revolução de 1910, a sociedade mexicana se viu forçada a assimilar por distintas vias essas exigências de suas classes e setores subalternos, que durante lustros e lustros continuaram infundindo um considerável medo e temor nas novas classes governantes que iram afirmar-se em nosso país a partir dos anos vinte do século cronológico passado. Afinal, como afirma Carlos Monsivais, se a Revolução Mexicana representou a verdadeira “irrupção do subsolo” abaixo da frágil superfície de nossa nação,¹⁶ então é claro que uma das tarefas prioritárias dessa nova classe governante mexicana será a de “voltar a domesticar a plebe”, devolvendo ela para esses espaços subterrâneos da sociedade e restaurar a nova hegemonia das velhas e novas classes dominantes, cuja existência foi radicalmente ameaçada durante o decênio revolucionário de 1910-1921.

Porém, logicamente, essa reimplementação do controle e da nova estrutura hegemônica não será possível nos anos imediatamente posteriores ao do fim desse crítico decênio da Revolução Mexicana, mas somente ao preço de uma grande quantidade de concessões sociais e da aceitação de muitas das demandas destes setores populares, que em virtude destas conquistas, irão aceitando, relutante e lentamente, esta nova marginalização em direção as renovadas condições de sua subalternidade e exploração.

Por isso no México, por exemplo, vai se desenvolver um sistema de seguridade social e saúde pública que ainda hoje é, todavia, muito mais abrangente, amplo, sofisticado e eficaz que qualquer outro da América Latina. Algo que não é uma dádiva graciosa do poder, senão uma imposição e conquista destas classes populares e subalternas mexicanas. Sistema de saúde pública que, se bem se encontra hoje em dia numa desastrosa situação de crise generalizada, conseguiu por outro lado, em épocas anteriores e durante uma boa parte do século XX cronológico, desempenhar uma importante cobertura social junto a serviços e atenção a seus usuários que não tem equivalente em outras nações latino-americanas.

Também e como outra manifestação destas importantes conquistas populares impostas a contrapelo aos poderes dominantes, podemos mencionar o fato de que no México, uma vez mais como resultado da Revolução Mexicana, se criou uma Universidade

muito mais popular e muito mais aberta à inclusão dos setores subalternos de nosso país. Uma Universidade que é de massas desde da primeira metade do século XX, antecipando-se aos processos que no resto do mundo somente vão desenvolver-se depois da Segunda Guerra Mundial,¹⁷ e que será ao longo de todo o século XX uma Universidade gratuita, onde não estudam somente os grupos de elite ou setores da classe dominante, mas onde podem incorporar-se também as classes médias e uma parte dos setores populares de nossa sociedade.

A Universidade Nacional Autônoma de México, que incluiu durante todo último século uma base estudantil composta amplamente por diversos grupos dos setores populares, tem sido um mecanismo permanente de *mobilidade social ascendente* dentro da sociedade mexicana durante todo o século XX cronológico. O que se fez evidente na longa greve dos estudantes dos anos de 1999 e 2000, greve na qual o que se defendia era justamente esse caráter *gratuito* e amplamente *popular* desta Universidade, fruto direto da Revolução Mexicana de 1910, caráter que sob a tentativa de ser anulado e revertido a partir do poder, originou uma popular e justificada greve de onze meses que somente terminou quando foi reprimida de maneira brutal pelo governo mexicano no mês de fevereiro do ano de 2000.

Além disso, e acompanhando esse caráter popular desta Universidade mexicana, se desenvolveu no México, também como fruto da Revolução camponesa plebeia de 1910, um vasto projeto de alfabetização generalizado, junto a uma ampla cruzada para o desenvolvimento geral da educação rural, concatenado à importante difusão de uma literatura popular que, além de ter claras funções pedagógicas, era bastante desenvolvida, e também com o surgimento de projetos editoriais como o *Fondo de Cultura Económica*, iniciativas e processos que, uma vez mais, não encontram equivalentes dentro da história da América Latina na primeira metade do século XX.

Igualmente, e como parte dos efeitos diretos deste levantamento plebeu popular de 1910, que mesmo vencido faz sentir todo o peso do protagonismo essencial dos setores subalternos, vai desenvolver-se também uma Constituição que no papel, para a época em que foi elaborada, era uma legislação bastante avançada, incluindo, por exemplo, em seu artigo 123 toda uma série de conquistas importantes do setor operário de nosso país. Ou também uma legislação sobre a terra, plasmada no artigo 27, que quando

revisado com cuidado e a partir das circunstâncias de um século atrás, é uma legislação avançada em termos formais que permitiu, por exemplo, a justificação legal para a expropriação petrolífera de 1938, entre outros avanços importantes. Ou seja, uma legislação progressista para seu tempo que, se parece avançada no papel, não é cumprida quase nunca, ou somente parcial e limitadamente na realidade, o que não nega a situação que esse caráter progressista e avançado da Constituição Mexicana seja mais um dos resultados diretos arrancados pelas classes populares dos grupos dominantes e hegemônicos de nosso país. Outro âmbito no qual a Revolução Mexicana do começo do século XX produz um impacto fundamental é o âmbito político. Aqui, e diferentemente de outros níveis, vai se dar uma verdadeira *renovação completa* da elite política, que nas análises tradicionais tem sido qualificado como o nascimento da “família revolucionária” e que no fundo representa, mais estruturalmente, a constituição de um *novo Estado e até mesmo de um novo tipo de Estado*, conjuntamente a gestação de toda uma *nova classe política* (na qual, não obstante, conseguirá aderir-se um certo número de elementos da velha classe política).

Com isso, vai criar-se um novo sistema político de domínio muito eficaz, isto é, um regime de Partido único que vai durar aproximadamente 70 anos, entre 1929 e 2000, permanecendo até 1968 como um regime que foi capaz de resistir com êxito a todas as impugnações sociais fundamentais e todos os movimentos de contestação destes anos, ao constituir-se como um sistema e espaço político que logrou, de uma forma ou de outra, absorver ou reprimir praticamente qualquer tipo de oposição política séria, sem grandes dificuldade e sem pagar custos muito altos. E assim foi até o importante evento da história mexicana já mencionado, o movimento estudantil popular de 1968.

Um regime que por quarenta anos assimila, ou absorve, ou reprime, ou corrompe, ou consegue banalizar a todos os movimentos importantes de oposição, e que depois dessa ruptura fundamental de 1968, tardará ainda trinta anos mais para entrar em colapso e em desestruturar-se por completo. O que vai suceder a partir do ano 2000, com a derrota eleitoral de tal Partido único, do Partido Revolucionário Institucional, em eleições nas quais um novo Partido ascendeu ao poder para não *transformar nada no essencial* das políticas mantidas e desenvolvidas pelo Partido único anterior, reduzindo a tal mudança eleitoral ao simples nível de uns funcionários públicos por

outros, dos velhos políticos corruptos do PRI pelos novos tecnocratas ineptos do *Partido Acción Nacional*.

Em sintonia com aquela mudança política profunda, também vai se desencadear outra transformação realmente radical e importante no plano da cultura mexicana, transformação igualmente derivada do profundo protagonismo das classes subalternas na Revolução Mexicana de 1910. Pois ao romper-se de uma maneira total a hegemonia da cultura aristocrática e de elite que havia dominado todo o regime porfirista, o que se abriu foi um vasto espaço para o protagonismo agora central e ubíquo da *cultura popular*, que será praticamente a *única* cultura presente no cenário mexicano durante os anos vinte, trinta e quarenta do passado século XX cronológico.

É claro que no México, durante esses trinta anos posteriores a Revolução Mexicana, a cultura popular *dominou amplamente* o espectro das manifestações culturais em nosso país, e isso explica, por exemplo, o porque dos símbolos de identidade dos mexicanos vigentes até hoje serem símbolos derivados dessa cultura popular, sendo alias construídos precisamente durante essas primeiras décadas do século XX cronológico.¹⁸ É justamente nessa época que se forjam as imagens do “chapéu mexicano” e da “china poblana”¹⁹ como imagens características “do mexicano” em geral, junto a identificação dos Mariachis como “a” forma da música mexicana ou a projeção do Muralismo como “o” aporte do México a arte universal.

E se esta cultura popular é amplamente dominante na cultura mexicana da primeira metade do século XX cronológico, criando a enorme riqueza artística e projeção cultural de dimensões latino-americanas e até universais que teve o México durante essa época, isso é algo que, lamentavelmente, começará a mudar lenta, porém persistentemente, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Já que desde o regime de Miguel Alemán²⁰ vai iniciar-se o processo que tenta recriar e reinstalar uma nova cultura de elite hegemônica mexicana, que tenta construir-se desde a imitação e cópia do limitado e empobrecido modelo norte-americano do *american way of life*, modelo que não para de se impor até hoje, que conviveu forçosamente por todas essas décadas e compete a todo tempo com essa cultura popular mexicana, cultura essa que se mantém ainda hoje como uma cultura muito viva, ativa, recorrente e muito presente em todo o âmbito cultural geral.²¹

Além disso, também é importante ressaltar que, junto a estas transformações relevantes derivadas do protagonismo popular dos grupos camponeses e subalternos na Revolução Mexicana, iram ocorrer outras mudanças que acompanham as transformações já descritas como, por exemplo, uma *mudança demográfica* fundamental provocando, ao longo do século XX, um crescimento demográfico forte e duradouro, muito mais intenso do que já havia experimentado o México em todos os séculos anteriores.

Ao mesmo tempo vai desenvolver-se um processo de configuração territorial nacional definitivo, no sentido de que se consolidarão as fronteiras da nação mexicana depois da perda que no século XIX significou o roubo da metade de nosso território por conta da injusta invasão norte-americana. De modo que durante o século XX, e acompanhando o processo de desdobramento das principais consequências e frutos desta Revolução Mexicana, iram se estabelecer os limites territoriais definitivos do que hoje é o México.

Igualmente, haverá uma série de importantes transformações étnicas dentro da população mexicana, transformações que caminharão no sentido de um incremento e um aceleração significativos do processo global de mestiçagem de nosso país.

Também no plano religioso, é claro que a Revolução Mexicana vai romper com grande parte do isolamento camponês anterior, abrindo assim espaços para o desenvolvimento de novos e muito diferentes horizontes intelectuais ao conjunto da população, horizontes menos religiosos e mais científicos, apoiados na extensão massiva e difundida da educação popular que terá, claramente, como um de seus efeitos importantes, o aumento lento, porém consistente, ao longo do de todo o século XX cronológico, da laicização da sociedade mexicana e também de um progressivo afrouxamento das rígidas e atrasadas concepções religiosas anteriormente sustentadas e desenvolvidas no México pela Igreja dominante, Igreja cúmplice dos ricos e dos grupos hegemônicos de nosso país.

Além disso, a Revolução Mexicana será acompanhada por um claro rompimento do modelo da família extensa que predominou amplamente no México, sobretudo, no âmbito camponês, até o século XIX, modelo este que cederá no século XX pouco a pouco o passo para a constituição da família nuclear, transformando este âmbito familiar e modificando também os horizontes e perspectivas de desenvolvimento geral do espaço doméstico da sociedade mexicana.

A substituição da família extensa pela família nuclear não constitui necessariamente um progresso social, mas é um processo claro que parece derivar da Revolução Mexicana de 1910-1921.

Revolução Mexicana que será acompanhada também de uma transformação profunda nos usos e costumes da sociedade mexicana, os que claramente e uma vez mais ao longo do século XX cronológico vão liberalizar-se pouco a pouco, afirmando efetivamente alguns novos costumes ou desenvolvendo novos hábitos considerados como mais “modernos” em termos capitalistas, quer dizer, supostamente mais de acordo com os tempos deste século XX.

Por último, há também toda uma série de mudanças civilizatórias que já mencionamos em parte e que acompanham as transformações já referidas, como por exemplo, a urbanização crescente do país, ou o desenvolvimento das comunicações e da infraestrutura material em geral, junto a uma mobilidade social crescente da sociedade mexicana, ou a processos que a partir da mencionada “modernização” capitalista pretendem abrir a sociedade mexicana a influências e elementos vindos do exterior, fazendo-a de maneira desigual e contraditória – pois muitas dessas influências são as do já citado *american way of life* – uma sociedade supostamente mais cosmopolita e mais receptiva a respeito dessas influências exteriores.

Transformações profundas produzidas ou que acompanham esse processo essencial de nossa Revolução Mexicana ²² e que fazem do México ao longo do século XX um país distinto do resto dos países da América Latina; que ao ser analisado desde a perspectiva das classes camponesas e subalternas, nos permite esboçar um breve balanço final de alguns dos principais êxitos e conquistas destas mesmas classes que, mesmo derrotadas, conseguiram arrancar e impor certas mudanças profundas ao novo esquema de dominação social que emerge desta Revolução Mexicana de 1910-1921.

Assim, e tratando de avançar esse rápido balanço global, vale a pena insistir que essas classes populares tentaram *transformar radicalmente*, nesta vasta Revolução de 1910, o destino do México a partir da transformação de seu próprio destino como classe e de seu próprio *status* específico de dominação. Ou seja, a partir da eliminação *radical* das condições de exploração, de despotismo, de desigualdade e de discriminação nas quais elas viviam. E mesmo que as classes subalternas mexicanas tenham sido derrotadas ao tentar alcançar este objetivo, e fracassando nesta ousada e legítima tentativa,

sua ação monumental, sua impressionante força organizada e sua capacidade de transformação aplicada em múltiplas ocasiões foram tão fundamentais, assombrosas e surpreendentes que, para além de sua clara derrota, conseguiram conquistar e instalar toda uma série de profundas modificações sociais que é importante sublinhar.

Em primeiro lugar, e graças a esse acionar radical monumental das massas camponesas e urbanas que participaram da Revolução Mexicana, foi a erradicação por completo das formas mais *arcaicas* de exploração econômica, tanto no país do norte como no país do centro, abolindo totalmente, por exemplo, a relação de arregimentação de trabalhadores por dívidas, ou as formas de semi-escravidão e de toda uma importante série de atrasadas formas de sujeição camponesa que teve vigência no México até o período do Porfiriato.

Infelizmente, na zona do “país do sul”, não se conseguiu eliminar estas formas mais arcaicas de exploração, o que em nossa opinião, explicará a força e a radicalidade dos movimentos camponês e indígenas dos anos sessenta, setenta, oitenta, noventa e mais atuais, em toda essa zona hoje insurreta e rebelde do país do sul, isto é, em Chiapas, em Oaxaca, em Guerrero, em Tabasco, etc, que constituem todo esse México radical do sul e que nos últimos quinze anos vem protagonizando essas novas formas de luta contundentes, avançadas, que conseguiram impactar a nível nacional os destinos fundamentais de nosso país.²³

Uma segunda transformação importante, que não está desconectada da impressionante força organizada de que vangloriaram-se os subalternos mexicanos durante a Revolução de 1910, foi precisamente os relevantes avanços que na vida social mexicana conquistou este movimento social, e como já mencionamos anteriormente, se refletiram em várias linhas da forma de constituição de sua vida pública, contando, por exemplo, com uma Universidade de composição social de base muito popular, que não é uma Universidade de elite, como é o caso de quase toda a América Latina, junto ao desenvolvimento de um sistema de saúde pública e de seguridade social muito mais extenso e eficaz que em outras nações latino-americanas, ou a criação de uma legislação avançada no papel, mesmo que não cumprida cabalmente na prática, legislação que se refere a âmbitos tão fundamentais como o trabalhista ou ao âmbito territorial dos recursos do país, ou seja, às principais fontes de geração de riqueza na sociedade atual.

Uma terceira conquista fundamental, atrelada com a enorme capacidade de transformação demonstrada por essas classes subalternas mexicana no decênio revolucionário de 1910, foi a destruição total do velho Estado e do distanciamento radical do poder da velha classe política porfirista. Conquista importante que, não obstante, será revertida depois ao criar-se o novo Estado e a nova classe política, os que uma vez mais expropriaram e alienaram estas classes subalternas do exercício real da atividade política, confinando-as ao passivo e limitado ritual das eleições, geralmente fraudulentas e arranjadas, vigentes durante décadas e décadas do século XX cronológico, e inclusive do atual século XXI.

A expropriação das classes subalternas do real exercício da política vai terminar a partir do movimento estudantil popular de 1968, momento em qual estes grupos e setores subalternos começarão *a se reapropriar*, pouco a pouco e de maneira contínua, desta atividade política efetiva, processo que hoje se faz evidente na crítica radical da política corrupta dominante em nosso país e também na crítica radical a toda classe política em seu conjunto; críticas reivindicadas a partir da proposição de uma urgente necessidade de construir uma “Outra Política” baseada na ética, na memória, na sociedade e na história como o digno e vasto movimento de *A outra campanha* defende.

Outra conquista fundamental e, todavia muito evidente e que deriva desse monumental e impressionante protagonismo das classes subalternas dentro da Revolução Mexicana, é o importante *renascimento, florescimento e democratização da vida cultural mexicana*, que felizmente conseguiu ser muito mais permeada e reconstruída pela cultura popular mexicana durante várias décadas, conseguindo até os dias de hoje, apesar de tudo, um vasto espaço para as criações, iniciativas e manifestações desta rica, profunda e muito diversa cultura das classes subalternas mexicanas.

Se observarmos a Revolução Mexicana a partir dos horizontes da longa duração histórica, veremos que ela constituiu um avanço muito importante na conquista de certas posições por parte das classes subalternas. Um avanço que transcorre lentamente ao longo de todo o século XX cronológico mexicano e que se faz evidente nas ulteriores e específicas conquistas, mas também nos próprios combates, nas lutas operárias dos anos vinte, ou nas lutas camponesas da década de trinta, assim como na resistência popular e nos esforços de reorganização das esquerdas mexicanas dos anos quarenta e cinquenta, o mesmo que no vasto e profundamente

impactante movimento estudantil popular de 1968, no sindicalismo independente dos anos setenta, ou na insurreição civil popular de 1988, ou no levante dos dignos indígenas neo-zapatistas de 1 de janeiro de 1994, ou agora mesmo no importante e amplo movimento da *Outra Campanha*, iniciado no 1 de janeiro de 2006 e que cada dia cresce e se desenvolve com mais e mais força.

Processos, combates, lutas e confrontos onde as classes populares mexicanas se enfrentam, se politizam, se organizam, se conscientizam e renovam seus próprios movimentos de massas e também suas distintas organizações de esquerda, preparando-se de maneira séria, conscienciosa e zelosa para o muito próximo e fundamental momento que é o ano de 2010 *histórico*.

Por isso, como propunham nos muros os combativos lutadores oaxaqueños, depois de serem brutalmente reprimidos pelo governo estadual de Ulises Ruiz e pelo federal de Felipe Calderón em novembro de 2006, “Nos vemos em 2010”. Pois está claro que o modo mais sábio e consequente de festejar uma Revolução é fazendo uma nova Revolução. Porém, com um resultado diferente do que tiveram as Revoluções de 1810 e 1910 no México, ou seja, com um resultado mais radical, mais feliz, mais emancipador, e sobretudo, mais de acordo com os verdadeiros e profundos interesses das classes subalternas mexicanas, como os que propõe o cada vez mais vasto e potente movimento de *A Outra Campanha*.

Assim, também repetimos cheios de esperança nessa *Outra Campanha* e em todas as lutas atuais e futuras do povo mexicano: “Bem-vindos ao ano *histórico* de 2010!”

Cidade do México, 31 de janeiro de 2009.

Notas

1. Um primeiro sintoma claro desse afã comemorativo foi a ampla difusão do livro coordenado por Pierre Nora, *Les lieux de memoire*, editado em três tomos que incluíam sete volumes, de 1984 até 1993 pela Editorial Gallimard da França. Para uma postura diferente e muito mais crítica a respeito das comemorações, ver o livro de Raphael Samuel, *Theatres of Memory*, Ed. Verso, Londres, 1996 e Carlos Antonio Aguirre Rojas, “La historiografía modernista francesa entre 1985 y 1995: apunte introductorio”, no livro *Diez años de historiografía modernista*, Ed. Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 1997.

2. Como nos lembrou e argumentou brilhantemente Walter Benjamin em suas agudas *Tesis sobre la Historia y otros fragmentos*, Ed. Contrahistorias, México, 2005.
3. Sobre as propostas absurdas em torno desta dupla celebração, propostas que chegam as centenas, ver o artigo de Paco Ignacio Taibo II, “Regresa, Hidalgo, se han vuelto locos”, no jornal *La Jornada*, de 6 de setembro de 2009, pag. 8.
4. Retomamos aqui a distinção estabelecida desde muito tempo pelos historiadores da mal chamada “Escola dos Annales”, que nos ensinaram a distinguir entre séculos cronológicos, de perfeitos e idênticos 100 anos, e os séculos históricos, que podem durar 70, ou 120, ou 200, ou mais ou menos anos, segundo os processos históricos reais que se desenvolvem em seu interior. Neste sentido, falamos de um 2010 histórico que poderia, quicá, coincidir com o 2010 cronológico, mas também, postergar-se até 2012, ou 2013, ou 2015, etc. Como exemplos dessa distinção mencionada, ver Fernand Braudel, que fala de um “longo século XVI”, de 200 anos aproximadamente, em seu ensaio “European expansion and Capitalism. 1450-1650” no livro *Chapters in Western Civilization*, Ed. Columbia University, Nueva York, 1961, ou Pierre Goubert, que define a temporalidade do século XVII desde 1598-1602 até 1730, em seu livro *Cent mille provinciaux au XVIIe siècle*, Ed. Flammarion, Paris, 1968. Ou também Immanuel Wallerstein, que falou de um “primeiro” e um “segundo” século XVI, entre 1450 e 1650, em seu livro *El moderno sistema mundial*, tomo I, Ed. Siglo XXI, México, 1979, ao mesmo tempo em que defendeu a ideia dos sempre “longos séculos históricos”, que se sobrepõe constantemente, no livro, Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Crítica del sistema-mundo capitalista*. Entrevista con Immanuel Wallerstein, Ed. Era, 2ª reimpressão, México, 2007.
5. Horizontes definidos por Fernand Braudel, em seu célebre ensaio “Historia y ciencias sociales. La larga duración”, em *Escritos sobre historia*, Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1991. Ver também, do mesmo Fernand Braudel, *Escritos sobre la Historia*, Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1990, e *Las ambiciones de la Historia*, Ed. Crítica, Barcelona, 2002. Sobre as diversas implicações desta rica perspectiva da longa duração, ver Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Tempo, duração, civilização*, Cortez Editora, São Paulo, 2ª edição, 2002, Braudel, *o Mundo e o Brasil*, Cortez Editora, São Paulo, 2003, e *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*, Ed. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.
6. Perspectiva comparada ou aplicação do método comparativo na história, que reivindicava energeticamente Marc Bloch, por exemplo, em sus ensaios ‘Comparación e Por una historia comparada de las sociedades europeas’, ambos incluídos em seu livro *Historia e Historiadores*, Ed. Akal, Madrid, 1999. Sobre os principais aportes da obra de Marc Bloch, ver Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Os Annales e a Historiografia francesa*, Ed. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000, e *Uma historia dos Annales. 1921 – 2001*, Ed. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
7. Falamos de três “países” dentro do país que agora é o México, seguindo a tese da existência de três *Méxicos geohistóricos* que desenvolvemos em Carlos Antonio Aguirre Rojas, ‘Los tres Méxicos de la historia de México’, em *Contrahistorias*, num. 4, 2005, e que pode ser fundamentada em muitos ensaios como, por exemplo, Ángel Bassols Batalla, “Consideraciones geográficas y económicas en la configuración de las redes de carreteras y vías férreas en México”, em *Investigación económica*, vol. XIX, num. 73, 1959, Bernardo García Martínez, “Consideraciones corográficas”, en la *Historia general de México*, tomo I, Ed. Colegio de México, México, 1976, ou Friederich Katz, *La servidumbre agraria*

- em México en la época porfiriana, Ed. Era, México, 1980 y *La guerra secreta en México*, Ed. Era, México, 1982.
8. Período de 30 anos (1876-1911) em que o México foi governado pelo General Porfirio Diaz.
 9. Sobre estes mitos da atrasada e limitada história hoje em dia dominante no México, ver Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Mitos e Esquecimentos na Historia Oficial do México”, Apêndice incluído no livro *Antimanual do mau historiador*, Ed. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007, pp. 99 – 134.
 10. Sobre este processo de formação do mercado interno nacional e de seus impactos na modernização capitalista do México, ver John Womack Jr., “The mexican economy during the Revolution, 1920-1920: historiography and analysis”, em *Marxist Perspectives*, número de inverno, 1978, Alan Knight, “The Mexican Revolution. Bourgeois? Nationalist? or just a ‘Great Rebellion?’, en *Latin American Research*, vol. 4, núm. 2, 1985 y Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Mercado interno, guerra y revolución en México, 1870 – 1920” em *Revista Mexicana de Sociología*, año 52, num. 2, México, 1990.
 11. Assim como foi proposto há muito tempo por Adolfo Gilly, em seu livro *La revolución interrumpida*, Ed. El Caballito, México, 1975.
 12. Sobre estes processos e sobre o papel mais geral dos exércitos camponeses villistas e zapatistas, ver Katz, *Pancho Villa*, Ed. Era, México, 1998, Paco Ignacio Taibo II, *Pancho Villa. Una biografía narrativa*, Ed. Planeta, México, 2006, Pedro Salmerón, *La división del Norte*, Ed, Planeta, México, 2006 e Francisco Pineda, *La irrupción zapatista*. 1911, Ed Era, México, 1997 e *La revolución del Sur. 1912 – 1914*, Ed. Era, México, 2005. Também vale a pena ver diretamente os textos escritos durante os anos da Revolução Mexicana pelo próprio Emiliano Zapata, em *Emiliano Zapata. Escritos y Documentos (1911 – 1918)*, Ed. CEDEN, México, 1999.
 13. Venustiano Carranza Garza (1859-1920), presidente do México de 1917 a 1920.
 14. Papel central do México dentro da América Latina que se reflete no nível da cultura e da historiografia, assim como político e social em geral. A respeito deste tema, ver os vários ensaios incluídos em Carlos Antonio Aguirre Rojas, *América Latina. Historia e Presente*, Ed. Papirus, Sao Paulo, 2004.
 15. Sobre a situação do Brasil e a ausência histórica de uma Reforma Agrária, ver João Pedro Stédile (coordenador), *A reforma agrária e a luta do MST*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997 e *Brava gente. La lucha de los Sin Tierra en Brasil. Entrevista a João Pedro Stédile*, Ed. Desde Abajo, Bogotá, 2003; Bernardo Mançano Fernandes, *A formação do MST no Brasil*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000, e *Gênese e desenvolvimento do MST*, Ed. MST, São Paulo, 1998; Sue Bradford e Jan Rocha, Ropendo a Cerca. *A história do MST*, Ed. Casa Amarela, São Paulo, 2004, Mitsue Morissawa, *A história da luta pela terra e o MST*, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2001, Marta Harnecker, *Sin Tierra. Construyendo movimiento social*, Ed. Siglo XXI, Madrid, 2002, Bruno Konder, *L’action politique des Sans Terre au Brésil*, Ed. L’Harmattan, Paris, 2004 e Carlos Antonio Aguirre Rojas, *América Latina en la encrucijada*, Ed. Contrahistorias, México, 2009.
 16. Sobre esta brilhante e sugestiva tese, ver Carlos Monsivais, “La aparición del subsuelo. Sobre la cultura de la Revolución Mexicana” em *Historias*, num. 8-9, Ed. INAH, México, enero - junio de 1985 e também seu livro *Amor perdido*, Ed. Era, México, 1999.

17. O importante processo precoce de massificação da Universidade mexicana é um dos vários fatores que explicam o papel central que desempenhou o México dentro da América Latina e do mundo inteiro durante a importante revolução cultural mundial de 1968. Sobre este ponto, ver Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Repensando los movimientos de 1968 en el mundo” y “1968: la gran ruptura”, ambos no *livro Para comprender el siglo XXI*, Ed. El Viejo Topo, Barcelona, 2005, e também “La revolución mundial de 1968. Cuatro décadas después”, em *Contrahistorias*, num. 11, México, 2008.
18. Em nossa opinião, trata-se aqui da irrupção do subsolo ou da cultura popular que já mencionamos antes. E agora, podemos agregar que, desde nosso ponto de vista, sucede aqui em escala reduzida o mesmo processo postulado por Mijail Bajtin para explicar a obra de François Rabelais. Pois, de acordo com a sua tese, se o século XVI europeu foi preenchido pelo domínio da cultura popular devido a crise total da cultura medieval dominante e a ausência da conformação da nova cultura burguesa dominante, assim pensamos que no México, o período de 1921-1945, foi preenchido também pela cultura popular mexicana frente ao desaparecimento da velha cultura aristocrática porfirista e antes da afirmação da nova cultura burguesa mexicana, imitadora do vazio modelo cultural norte-americano. A respeito da tese de Mijail Bajtin, ver seu livro *La cultura popular en la Edad Media y el Renacimiento*, Ed. Alianza Editorial, México, 1990, e “Le forme del tempo e del cronotopo nel romanzo” en el libro *Estética e romanzo*, Ed. Giulio Einaudi, Turín, 1997.
19. Roupas tradicionais femininas. [N.T.]
20. Miguel Alemán Valdés (1900-1983), presidente do México de 1946 a 1952 pelo PRI. [N.T.]
21. Para poder explicar e caracterizar essa relação conflitiva e complexa entre essa cultura dominante mexicana e a sempre viva e ativa cultura popular, vale a pena revisar as teses sobre os modos de funcionamento desta cultura popular e sobre suas complicadas relações com as culturas hegemônicas elaboradas em Carlo Ginzburg, *El queso y los gusanos*, Ed. Muchnik Editores, Barcelona, 1991, e *Historia nocturna*, Ed. Muchnik Editores, Barcelona, 1991, *Bolívar Echeverría, Definición de la cultura*, Ed. Itaca, México, 2002 e Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Carlo Ginzburg y el modelo de una historia crítica para el análisis de las culturas subalternas” no livro *Retratos para la historia*, Ed. Contrahistorias, México, 2006, e “Indicios, lecturas indiciarias, estrategia indiciaria y saberes populares”, em *Contrahistorias*, núm. 7, México, 2006.
22. Para uma caracterização mais ampla deste mesmo processo da Revolução Mexicana, ver nosso livro Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Contrahistoria de la Revolución Mexicana*, Ed. Contrahistorias, México, 2009, cuja linha argumentativa, em parte, sintetizamos neste ensaio.
23. Sobre este impacto da Rebelião neo-zapatista no México e no mundo, vale a pena ver os 5 tomos de Comunicados escritos por eles em EZLN. *Documentos y Comunicados*, 5 tomos, Ed. Era, México, 1994 – 2003, e também os dois CDs EZLN: 20 y 10. *El fuego y la palabra*, Ed. FZLN, México, 2004. ver também Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Chiapas, Planeta Tierra*, Ed. Contrahistorias, 6ª edición corregida y aumentada, México, 2010, e *Mandar Obedeciendo. Las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*, Ed. Contrahistorias, 5ª edición, México, 2010.

A Revolução Microeletrônica

Pioneirismos Brasileiros e

Utopias Tecnotrônicas

Francisco Assis de Queiroz



“Esta é uma pesquisa mais que oportuna, arguta e necessária. Sendo um estudo de história da tecnologia, ela aborda mais especificamente a história das relações da sociedade brasileira moderna com as tecnologias. É nesse sentido que ela surpreende, inova e atua como uma alerta. Porque essa relação sempre foi problemática.

O professor Francisco Assis de Queiroz tem histórias espantosas para nos contar. Como a do telefone, que demonstrado ao Imperador D. Pedro II nos Estados Unidos, pelo próprio Graham Bell, foi na seqüência rapidamente introduzido no Brasil. Ou o caso

da televisão; ela chegou ao país logo após estrear em cinco nações desenvolvidas: Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Holanda.

Com toda essa tradição de pioneirismo, não era de se esperar que o país fosse algo próximo de uma potência tecnológica? Nada mais fora de registro. Numa sociedade marcada por um profundo abismo social, a tecnologia funciona sobretudo como mais um, talvez até como o maior, signo de supremacia e privilégio.” (Nicolau Sevcenko)

ANNA BLUME

FAPESP



Emiliano Zapata

A Luta de Classes na Revolução Mexicana de 1910

Everaldo de Oliveira Andrade
Doutor em História pela USP e professor da
Universidade de Guarulhos

O século XIX foi o período de formação da nação mexicana e, ao lado da Revolução de 1910, cravou em sua História as grandes linhas do seu desenvolvimento posterior. Os exércitos camponeses dos padres Hidalgo e Morelos, mesmo derrotados na revolução popular de independência iniciada em 1810, permaneceram na memória nacional e, principalmente, como substrato da luta camponesa pela terra. Como contraponto, o temor da rebelião indígena-camponesa galvanizou as forças conservadoras contra as maiorias do novo país. A herança desta luta popular marcará os principais conflitos sociais do século seguinte como a revolução de 1910.

Os primeiros anos do México independente foram marcados pela instabilidade e desagregação política do antigo núcleo colonial, que deveria ser à base de estruturação do novo estado que nascia sobre a derrota dos camponeses. Esta incapacidade da elite dominante favoreceu a desarticulação e desmembramento territorial do país, que se tornou válvula de escape provisória para as disputas entre sulistas e nortistas dos EUA. Em 1836 o Texas se separa e proclama sua independência. Com a guerra de 1846-1848 com os EUA, o México é ocupado e obrigado a ceder praticamente metade do seu território. Este trauma nacional favorece o surgimento de uma oposição liberal defensora de uma modernização capitalista para o país que atacasse os privilégios de caráter oligárquico e corporativo.

A revolução liberal de 1856 e a constituição de 1857, liderada por Benito Juárez, abriu caminho para atacar os privilégios da igreja católica – poderoso baluarte conservador – e da aristocracia fundiária. A luta contra a igreja, os latifundiários e a invasão francesa que se segue, apoiou-se em uma guerra de massas de 1857 a 1867, contra os invasores e seus aliados locais do clero e da aristocracia conservadora. Após o fuzilamento do imperador Maximiliano I, imposto por Napoleão III, os liberais estavam em melhores condições para retomar seu projeto político.¹ Uma nova concentração latifundiária expandiu-se, tomando terras das comunidades agrárias indígenas. Pretendia-se, com isso, o incentivar o surgimento de uma nova classe de pequenos agricultores proprietários. O governo mexicano nunca cogitara em realizar, como ocorrera nos EUA, uma grande distribuição de terras públicas para dissolver tensões sociais. Para os liberais tratava-se de inserir a economia mexicana plenamente no mercado mundial, abrir caminho para o capitalismo industrial e permitir o fortalecimento de uma burguesia empreendedora. As terras comunitárias indígenas seriam, segundo esta ideologia liberal, obstáculos à difusão das pequenas propriedades, da ampliação de um mercado interno e, principalmente, da necessária liberação de mão-de-obra ainda presa à terra para o mercado de trabalho nas cidades.

O passo seguinte foi a abertura do país as grandes empresas europeias e estadunidenses. Esse processo deu-se no período da História mexicana conhecida como “porfiriato”, quando o presidente Porfírio Díaz governou o país entre os anos de 1876 e 1880 e de 1884 e 1911.² O período do porfiriato corresponde ao desenvolvimento do capitalismo nacional nas condições de expansão mundial do capital e ascensão do imperialismo, provocando contradições sociais e políticas profundas no país.³ Na época de Díaz foram ampliadas as relações capitalistas no campo, impulsionadas por empresas estrangeiras em associação com empresários locais, que tomavam terras supostamente devolutas para trazer colonos estrangeiros. Na prática, houve o confisco violento de terras dos camponeses indígenas, dos pueblos e das comunidades, favorecendo o desenvolvimento da fronteira norte e a exploração de jazidas minerais. Grandes ferrovias foram construídas como alavancas para unificar o mercado interno, permitir a rápida circulação de mercadorias e sufocar os núcleos de resistência indígena e popular à centralização do estado nacional. Até 1869 existiam apenas 205 km de ferrovias. Mas nos anos seguintes o

crescimento foi vertiginoso: em 1890 já havia 9.558 km e em 1910 a rede chegou a 19.205 quilômetros. Com isso cresceu a urbanização, a circulação de moeda e a concentração de capitais nas mãos de grandes indústrias estrangeiras.⁴

As classes no período pré-revolucionário

Entre os diferentes setores da burguesia mexicana havia pontos de atrito que cresceram e ganharam densidade política. O surgimento de uma classe dirigente nacional, limitada até então a uma elite econômica essencialmente regional, foi o grande diferencial do período Díaz. Esse setor provinha do controle da terra, mas também da intermediação de negócios em empresas estrangeiras, que buscavam associar-se à elite local para facilitar sua penetração no país.⁵ O capitalismo consolidava-se por cima, em núcleos modernos e restritos. Isto realçava contradições mesmo entre a burguesia mexicana preterida das benesses oferecidas pelo estado nacional.

O proletariado moderno surge no México com a categoria dos trabalhadores das ferrovias, primeira grande iniciativa capitalista sem heranças artesanais. O proletariado industrial cresceu e entre os anos de 1895 e 1900 cresceu de 692.697 para 803.294 trabalhadores, excluindo o setor dos transportes e do funcionalismo público. A classe operária crescera numericamente, mas estava ainda longe de tornar-se capaz de desenvolver uma luta política independente. A organização sindical, além disso, era ainda muito desigual e diferenciada em ramos de indústrias e regiões. Outro obstáculo foi a repressão a todas as formas de organizações operárias independentes. Os movimentos e greves eram raros. Porém, no final do século XIX o contato crescente com os operários estrangeiros da fronteira com os EUA e um sentimento crescente de nacionalismo e de consciência de classes começou a mudar este cenário.⁶ Foram registradas entre 1876 e 1911 cerca de 250 greves, que demonstravam a continuidade ininterrupta das lutas operárias contra o capitalismo em ascensão.

O principal núcleo político nesta época de formação do movimento operário foi encabeçado por liberais radicais. Em agosto de 1890, liderados por Ricardo Flores Magón, iniciam a publicação do jornal *Regeneración*, que chegou a alcançar 25 mil exemplares por edição e influenciou importantes setores operários industriais e da classe média mexicana.⁷ Em 1901 o grupo funda o Partido Liberal Mexicano, primeiro partido nacional de oposição. Após ser exilado

nos EUA 1904, Magón entra em contato com militantes sindicais e dirigentes anarquistas nos EUA e assume um novo programa nacionalista e democrático radical. Os magonistas conseguiram ter influência importante em várias lutas sindicais do México como nos setores operários dos portos de Vera Cruz e Tampico.⁸

Entre os setores da classe média às frustrações eram crescentes, embora tenham se beneficiado do período de ascensão do capitalismo sob o porfiriato. Os jovens mexicanos formados em universidades tinham possibilidades restritas de ingresso na burocracia federal, sendo preteridos por estrangeiros nos níveis de gerência das empresas. A imprensa, reduto tradicional dos intelectuais liberais, era severamente controlada pelo governo.

A crise econômica e política

A crise econômica mundial de 1907 desestabilizou o quadro de estabilidade imposto pelo porfiriato. O idílio em que viviam as camadas privilegiadas começava a ruir. Houve uma derrubada do mercado internacional de cobre e os preços de vários outros metais. Foram despedidos milhares de trabalhadores das minas de Hidalgo, Sonora, Chihuahua e Durango no norte do país.

A reação do governo à crise econômica foi desastrosa, aprofundando seus efeitos. Abandonou o padrão prata da moeda nacional e adotou o padrão ouro, provocando mais inflação. Algo que já vinha sendo incentivado pelo fluxo crescente de investimentos externos que entre 1900 e 1910 alcançou três bilhões de dólares, três vezes mais que no período anterior, provocando alta dos preços e queda dos salários reais. O crédito se tornou escasso e levou à catástrofe milhares de comerciantes e pequenos empresários. No norte do país as condições de vida dos trabalhadores foram brutalmente rebaixadas. Houve um encarecimento geral dos artigos de consumo e uma queda real dos salários entre 1908 e 1911. As mobilizações operárias ganharam uma nova tonalidade nunca antes vista. Houve greve dos têxteis de Vera Cruz em junho de 1906, a greve dos mineiros de Cananea no estado de Sonora, em janeiro de 1907 e o movimento dos ferroviários em Chihuahua em 1908 tiveram grande repercussão política. Porfirio Diaz enviou o exército para reprimir as lutas e provocou um banho de sangue de operários. As massas populares, que sentiam brutalmente os efeitos da crise, buscavam um ponto de apoio político para combater em larga escala e superar a dispersão e o regionalismo.

A concentração de terras alcançou cifras exorbitantes em 1910 e segundo o censo, o México contava com 15.760.400 habitantes em um território de 1.972.546 quilômetros quadrados. E 80% da população era rural, vivendo em povoados com menos de 5.000 habitantes. Também se registrava a existência de 834 fazendeiros donos de 167.968.814 hectares.⁹ No norte, em rápido crescimento econômico destacavam-se movimentos sociais de rancheiros ou ex-colonos militares que perdiam terras. No sul, as contradições do avanço do capitalismo sobre as terras comunitárias reacenderam a luta camponesa. A liquidação generalizada das comunidades camponesas livres era um objetivo econômico e social do estado mexicano que mantinha uma tensão permanente no campo. A organização comunal buscava defender um passado idealizado e quase desaparecido, mas cumpria uma função de resistência defensiva das massas contra o estado e os latifundiários. Tratava-se de uma herança de tradição coletiva diferente daquela do camponês europeu sob o feudalismo. Essa tradição comunal, numa época de mobilizações sociais, poderia cumprir uma tripla função: servir como parte da estrutura de sustentação dos organismos da luta revolucionária; envolver a compreensão individual com a perspectiva coletiva e servir de apoio para uma transição produtiva e social superior.¹⁰

A situação se agudizou com as crescentes lutas - efeito das crises econômica - no interior da classe dominante em vista das eleições de 1910.¹¹

O fim do porfiriato e a revolução das massas

A revolução mexicana de 1910, apesar de todas as precauções da burguesia, começou de forma aparentemente inesperada. Nas cúpulas da classe dominante a divisão e luta debilitava a eficácia dos aparatos de repressão e abria terreno para a organização das massas. O controle político do país fora baseado na pacificação e neutralização dos grupos e setores que normalmente comandavam movimentos armados: o exército, frações insatisfeitas da classe dominante e da pequena burguesia e na repressão sistemática das organizações dos trabalhadores.

Entre os setores da classe dominante a divisão que crescia se expressava em grande parte na luta entre os científicos - grupo de financistas, tecnocratas e intelectuais influenciados por uma ideologia positivista e europeizante - em choque com o grupo do antigo secretário de guerra Bernardo Reyes - um dos generais

mais poderosos do governo e que representava uma aliança de fazendeiros e empresários do norte do país. O norte do México constituiu-se em espaço inicial da revolta porque sofrera mais diretamente os efeitos da crise econômica de 1907. Embora Reyes tenha sido afastado por Diaz, os fazendeiros insatisfeitos do norte agruparam-se em torno do novo Partido Anti-reelecionista chefiado por Francisco I. Madero, um rico fazendeiro de Coahuila que se tornara figura nacional em 1908 com a publicação de um livro sobre a sucessão presidencial. Seu partido despertou grande entusiasmo também entre os camponeses locais. A apropriação das colônias de ex-militares pelos grandes fazendeiros, o desemprego de uma grande massa de trabalhadores, criara um ambiente social propício também nestes setores.

Em 16 de setembro de 1910 o regime porfirista parecia tranquilo para comemorar o 100º aniversário do dia em que Hidalgo proclamara pela primeira vez a independência do México. O conteúdo de aparente pacificação e unidade do país durou pouco tempo. Em 5 de junho de 1910 Francisco Madero, candidato da oposição burguesa a Diaz, foi preso sob acusação de sedição. No dia 21 foram realizadas as eleições presidenciais, com generalizadas acusações de fraude. No dia 22 Madero foi libertado e em 6 de outubro ele foge da cidade São Luís Potosi, onde deveria aguardar julgamento. Em San Antonio, no Texas, Madero lança o Plano de San Luís Potosi, um manifesto político que acusava Porfirio Diaz de fraudar as eleições e convocava o povo revoltar-se em 20 de novembro de 1910. O Plano incluía a promessa de devolução, aos seus verdadeiros donos, das terras usurpadas das comunidades indígenas.

Para surpresa do governo, que contava com a pouca repercussão do apelo, em 1º de dezembro irrompe uma revolta popular em Coahuila, estado do norte, chefiada por Pancho Villa e Pascual Orozco. No estado sulista de Morelos, Emiliano Zapata comanda outro levante de camponeses que se amplia rapidamente. Em 21 de maio de 1911 é assinado um tratado entre Madero e o governo federal que prevê novas eleições para o mês de outubro. A transferência de poder de Porfirio para Francisco Madero fora acertada para sufocar os brotes iniciais da revolução popular que se iniciara, desarmar os revolucionários e restabelecer a ordem jurídica preexistente. Madero se comprometia a dissolver o exército revolucionário, mas as massas haviam entrado em ação com seus próprios ritmos e reivindicações. E Madero, já eleito presidente, não hesitará em enviar antigas tropas

porfiristas para esmagar, por exemplo, as tropas de Emiliano Zapata, que se recusara a depor armas.

Zapata encabeçou a resistência contra o acordo proclamando o célebre Plano de Ayala em 28 de novembro de 1911. No manifesto dos campesinos de Morelos que descendia de uma longa estirpe mexicana de planos revolucionários e utopias agraristas. O documento denunciava Madero como traidor por haver abandonado a revolução e as promessas feitas anteriormente. Defendia a nacionalização de todos os bens dos inimigos da revolução, ou seja, os latifundiários e capitalistas do México, com a expropriação imediata das terras e a posse defendida com armas. Embora não fosse um programa socialista, na prática sua aplicação atacava as bases do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. Porém, o programa zapatista não se posicionava sobre o problema decisivo do poder e o colocava, na prática, nas mãos da burguesia.¹² A perspectiva camponesa revelava possuir um alcance muito regional – o que será trágico para o futuro de Zapata e Villa – não vendo a luta em nível nacional como uma saída concreta para ação revolucionária. Ao mesmo tempo, a classe operária urbana – que poderia oferecer um caminho de luta nacional alternativa à burguesia – ainda não possuía uma direção política própria e organismos independentes para favorecer uma aliança com o movimento camponês revolucionário e afastá-lo dos capitalistas.

A incapacidade de Madero, aos olhos da burguesia, em derrotar o zapatismo, decretara o seu fim. Porém, a revolução apenas começava. Os antigos porfiristas eram temerosos da capacidade do novo presidente em enfrentar com os velhos métodos as lutas populares que se radicalizavam após a saída de Díaz. A queda de Madero começou em 9 de fevereiro de 1912 quando o general Huerta, chefe do exército, o derrubou com apoio e aprovação do embaixador dos EUA, Henry Lane Wilson. No dia 22 Madero e seu vice foram fuzilados. O general Huerta toma posse e forma um novo governo com amplo apoio da classe dominante.

As massas camponesas enfrentam a contra-revolução de Huerta

A rebelião popular toma corpo e explode inicialmente de maneira desordenada. Um governador do norte, Venustiano Carranza, tateando os perigos de uma revolução incontrolável contra a ordem, lança um manifesto em que reivindica a Constituição, repudia o golpe e exige novas eleições. O chamado galvaniza uma segunda fase da revolução.

A oposição ao golpe de Huerta se apoiava no setor da burguesia do norte, fazendeiros dos estados de Coahuila e Sonora como Carranza, que perdiam espaço no mercado mexicano com as medidas pós-crise econômica de Diaz e agora Huerta. Estes percebiam de maneira lúcida que a única forma de combater para uma reorientação econômica, e canalizar a revolução popular era colocar-se como direção burguesa nacional apoiada politicamente na pequena burguesia democrática e, através desta, no campesinato. Carranza formalizou a luta contra o golpe com o chamado do plano de Guadalupe em 26 de março de 1912. Desconhecia o governo golpista de Huerta e propunha-se a organizar o Exército Constitucionalista, com o compromisso de, após a vitória, convocar eleições gerais para designar o próximo presidente.

Pancho Villa começa a formar a lendária Divisão do Norte no estado de Chihuahua, agrupando milhares de soldados camponeses em um poderoso exército. Nos meses seguintes toma as cidades do centro do México, distribui terras e torna-se rapidamente um líder popular torrencial. Era um corpo militar que se apoiava na direção burguesa, porém, com crescente independência militar.¹³ Havia importante apoio dos setores operários do norte como mineiros e ferroviários, mas a massa dos soldados dos exércitos revolucionários era de camponeses. Os oficiais, em sua maioria, eram membros da pequena burguesia, empregados, professores e agricultores. Após a tomada da cidade de Torreón e de se apossar de grande quantidade de apetrechos militares, a divisão villista vai ganhar importância militar estratégica. Em 11 de janeiro de 1914 derrota o exército huertista na batalha de Ojinaga.¹⁴

No noroeste do país, no estado de Sonora, outro líder revolucionário desponta. É Álvaro Obregón, membro da pequena-burguesia local que ascenderá política e economicamente, junto com outros de sua classe. Esse setor, com posições jacobinas, propõe que o programa tenha demandas sociais como repartição das terras e a abolição do trabalho não remunerado. Obregón se consolidará depois como árbitro entre a burguesia liderada por Carranza e as massas revolucionárias. Ele agrupa um novo exército que atuará na costa do Pacífico rumo ao centro do país. No nordeste forma-se o terceiro eixo da ofensiva dos revolucionários e que encontrará uma resistência mais encarniçada das tropas golpistas do general Huerta. É a zona petrolífera de Tampico, no golfo do México, e no estratégico porto de Vera Cruz. Emiliano Zapata soma-se ao movimento e no sul, no

estado de Morelos, suas tropas guerrilheiras fustigam os arredores da capital México.

As tropas golpistas sofriam de uma corrosão moral e social incontrolável. Dezenas de milhares de soldados são recrutados à força entre os mendigos e desempregados das cidades. Os oficiais traficam recursos e suprimentos vitais das tropas federais para fins particulares. O tratamento dado ao povo é brutal. Os fuzilamentos e enforcamentos de prisioneiros e colaboradores da revolução são norma permanente. Trata-se de tropas desmoralizadas e com praticamente nenhuma iniciativa militar.

Os exércitos revolucionários possuíam problemas de ordem diametralmente oposta. Desde que se consolidara a ofensiva irresistível de Pancho Villa e seu exército camponês, Venustiano Carranza – que se auto-proclamara chefe máximo da revolução – decide sabotá-lo, manobrando para impedir que Villa tome a capital. Villa recebe com atraso provisões e munições e se revolta contra ordens militares absurdas – e depois de uma crise no estado-maior das tropas villistas – decide agir à revelia de Carranza. Entre 22 e 23 de junho de 1914 a divisão do norte toma a importante cidade de Zacatecas, na maior ação de armas da guerra civil até então. Literalmente estava aniquilado um exército federal de 12.000 homens com todos os seus armamentos. O caminho para a capital estava aberto. O exército do noroeste, dirigido por Álvaro Obregón, seu ponto de apoio militar mais importante, recebe ordem para ocupar a cidade do México. Tratava-se da luta de classes atravessando o próprio exército revolucionário e não de rivalidades pessoais como buscaram caracterizar certos historiadores. Um pacto é estabelecido entre Carranza e Villa para prosseguirem os combates contra as tropas federais. A desconfiança entre as duas alas da revolução não cessará de crescer.

A convenção de Aguascalientes

O governo Huerta desmorona e o seu exército se desfaz. Os revolucionários devem agora discutir a composição do novo governo. Organiza-se a Convenção de Aguascalientes. Em 10 de outubro de 1914 iniciam-se os trabalhos. A Convenção se declara soberana, não submetida a nenhuma outra autoridade. As frações camponesas que formavam o grosso das tropas, não aceitavam de pronto a liderança burguesa, que por outro lado, também não aceita ainda realizar concessões principalmente em relação à distribuição de terras. Carranza considera Zapata um simples

bandoleiro e não admite que este possa participar da Convenção com seus delegados. Mas a maioria decide e Zapata é convidado a enviar delegados. Ocorre o que Carranza e Obregón temiam: a aliança entre o zapatismo e o villismo. Os debates são truncados e os acordos entre camponeses e burgueses quase impossíveis. São aprovados artigos do plano de Ayala que contém suas principais reivindicações políticas e sociais. Carranza se volta então contra os debates e, em 10 de novembro, o presidente da Convenção Eulálio Gutierrez o declara rebelde. A crise política avança um degrau, os exércitos revolucionários continuam armados e mobilizados, e reabre-se a luta militar.

Os camponeses têm o poder, mas não possuem um programa para o conjunto da nação, não possuem um partido político para exercer este poder que lhes escapa. A vitória completa está nas mãos de Pancho Villa. A velha oligarquia havia sido derrotada e o palácio presidencial estava vazio. A ocupação por Villa e Zapata da capital do México, contra muito do que se tem escrito, foi marcada pela ordem. Não houve saques à população, desordens ou abusos das tropas. Isso demonstrava uma disciplina que, mais que os regulamentos militares, provinham em sua essência do sentimento de solidariedade com os pobres do México.¹⁵ O pacto de Xochimilco entre Zapata e Villa deveria preparar a luta contra as forças de Obregón e Carranza. O general Felipe Ángeles, principal estrategista villista, defende que era hora de aniquilar por completo o exército debilitado de Obregón e Carranza, para que não lhes desse tempo de reorganizá-lo, consolidando a vitória das forças da Convenção.

Villa e Zapata sentam na cadeira presidencial, andam pelos corredores do centro de poder do país e decidem abandonar a capital, dispersando suas tropas por várias frentes de luta secundárias. É o tempo de Obregón salvar-se da total aniquilação. Villa pensava em Chihuahua e Zapata em Morelos, o México nação lhes escapa, mas não à burguesia.¹⁶

A burguesia dirigente e a derrota dos exércitos campesinos

A burguesia, lúcida, refletia sobre o conjunto do país, avaliava suas forças militares, suas reservas econômicas e suas possíveis alianças políticas internas e externas. Sabendo do perigo que corriam, Carranza e Obregón trabalham rápidos e febrilmente para tentar reverter à situação de colapso de suas forças. O porto de Vera

Cruz torna-se sede do “governo constitucional” carranzista, permite uma saída para o exterior, a chegada de suprimentos e fornece base material com os impostos locais para reorganizar as tropas.

Era preciso agir também na arena política para tentar reverter o enorme apoio popular de Villa e Zapata. Com a capital praticamente desocupada, Obregón decide tomá-la e inicia uma ofensiva política para ganhar os setores populares urbanos para seu lado. Uma das iniciativas políticas utilizadas por ele para se aproximar do movimento operário e popular foi distribuir comida e provisões para os indigentes da cidade e atacar comerciantes, banqueiros, igreja e estrangeiros. Os sindicatos foram convidados a ajudar na distribuição. São tomadas medidas drásticas contra capitalistas, comerciantes e padres, sendo que alguns deles são fuzilados.¹⁷ São organizadas reuniões com os sindicatos em busca de apoio. Continuando a tradição laica e anticlerical dos liberais mexicanos, espaços da igreja como conventos e sedes de congregações são confiscados pelo governo e doados aos sindicatos. Cento e oitenta padres são presos e depois alistados no exército. Obregón estabelecia laços sólidos com o movimento sindical que lhes serão muito úteis no futuro. Foi realizada paralelamente uma campanha política afirmando que os zapatistas villistas eram inimigos, bandidos e saqueadores.¹⁸

A Casa del Obrero, centro operário da capital, debate a adesão ao exército constitucionalista. Mas os debates são inconclusos e um setor decide aderir. Os batalhões vermelhos previstos no acordo de 17 de fevereiro de 1915 previam o alistamento de operários pelos sindicatos. Essa adesão dividiu com a classe operária, entre eles estavam os dirigentes Soto y Gama e Perez Taylor, que se uniram para as forças da convenção, aos zapatistas. Ferroviários e petroleiros também não aderem. Não existiu, porém, nenhuma tendência ou grupo operário que propusesse um programa político e uma aliança com os camponeses armados. Isto provavelmente pelo fato de que o movimento operário estivesse dominado pelo anarco-sindicalismo e pelo oportunismo. Entre quatro e 10.000 operários se alistaram, formando os seis batalhões vermelhos. Dois deles lutarão contra Pancho Villa na batalha Celaya. As consequências para os operários serão trágicas no futuro.

Os batalhões vermelhos não representaram a política do conjunto da classe operária, que não deixou de agir mesmo após os acordos dos setores majoritários com Carranza e Obregón. Este período da revolução foi um dos mais dinâmicos para o movimento

operário, que usufruiu de uma inédita atividade política e liberdade de ação por conta da situação política favorável. Multiplicaram-se sindicatos, organizações, agrupamentos políticos, novos jornais e ondas de greves. A classe operária buscou se erigir como força independente e formular uma linha de ação de acordo com seus interesses. A primeira greve geral do país ocorreu em 1916.

Fortalecida a retaguarda política, Obregón decide concentrar suas tropas, retira-se da capital e vai ao encalço de Villa e do núcleo forte de suas tropas. Celaya, cidade ocupada pelas tropas obregonistas, torna-se uma praça forte para enfrentar o ataque villista. Os combates são terríveis, pois não se tratava mais de luta entre um exército revolucionário contra as desmoralizadas tropas federais. Villa e Obregón se conheciam. E Obregón conhece muito bem os impulsos às vezes voluntaristas do adversário, prepara um plano defensivo com sua infantaria, artilharia e metralhadoras para desgastar a poderosa cavalaria villista. Sua própria cavalaria descansa escondida em um bosque próximo de Celaya. Após várias investidas e o cansaço das tropas de villistas, Obregón ataca e destroça a vanguarda adversária. Os combates se prolongaram entre os dias 6 e 15 de abril de 1915. As tropas de Villa são derrotadas por Obregón. A revolução ainda não terminara, mas o eixo da luta mudara irremediavelmente de sentido. Ao contrário de Villa meses antes, Obregón não dará fôlego ao adversário para se reorganizar e o empurra até praticamente a fronteira com os EUA. Para trás ficam milhares de soldados camponeses mortos, feridos, prisioneiros, muitos suprimentos e munição.

Da institucionalização da revolução ao cardenismo

Os combates contras tropas remanescentes de Villa no norte e Zapata no sul prosseguiram, mas com pouca capacidade de colocar em risco a nova ordem em construção. Uma Assembleia Constituinte se inaugurou na cidade de Querétaro em 21 de novembro de 1916. O debate da nova constituição era uma iniciativa que buscava favorecer a diluição da luta camponesa. As concessões da burguesia mexicana aos trabalhadores eram feitas no momento em que Villa retomava a ofensiva no norte, agindo como um fator de pressão a mais sobre a constituinte. Em 22 de dezembro de 1916 Pancho Villa tomava a cidade Torreón com um novo exército de mais dez mil soldados. Para burguesia era então decisivo manter aliados neste momento os trabalhadores urbanos, as forças de esquerda e o

jacobinismo da pequena burguesia representada agora pelos oficiais revolucionários.¹⁹ Com a derrota das tropas camponesas os batalhões vermelhos são desmobilizados. A repressão contra os trabalhadores toma corpo. Já seguro da derrota dos camponeses, Carranza os reprimirá brutalmente.²⁰

A constituição de 1917 consolidava institucionalmente a vitória da revolução e refletia uma composição de forças sociais e políticas contraditórias. Do ponto de vista das frações burguesas, fortalecia os interesses dos setores nacionalistas e novas instituições de controle sobre os movimentos de massa. Consagrou uma série de direitos sociais contra a vontade dos setores conservadores de Carranza. Declarava “o domínio inalienável e imprescritível” da nação sobre os minerais do subsolo, como petróleo, carvão, metais e águas. Também aprovava normas de divisão da terra e estabelecia o ejido, forma moderna da propriedade comunal, como categoria de instituição constitucional ao lado da pequena propriedade.

O artigo 123 estabelecia entre suas questões mais importantes a jornada máxima de 8 horas de trabalho diurno e 7 horas para o trabalho noturno. Estabelecia a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre para mulheres e menores de 16 anos, um dia de descanso semanal obrigatório, um mês de descanso depois do parto e salário mínimo: “o que se considere suficiente, atendendo as condições de cada região, para satisfazer as necessidades normais da vida operária, sua educação e seus prazeres honestos”. Sobre a organização operária garantia o direito de associação e de formação de sindicatos, o direito de greves e paralisações, o estabelecimento de juntas paritárias com operários e patrões para conciliação e arbitragem de conflitos trabalhistas. O artigo 30 impunha severas restrições às igrejas, sobretudo a Católica, estabelecendo o matrimônio como contrato civil, o não reconhecimento da personalidade jurídica de nenhuma igreja, os ministros dos cultos passavam a ser considerados como pessoas que exercem uma profissão, sendo proibido ao clero participar da vida política, votar ou se associar com fins políticos.

As reformas sociais produzidas pela revolução contraditoriamente se voltaram contra os movimentos independentes das massas, como os exércitos de Villa e Zapata. Apesar do peso militar dos camponeses, as possibilidades de construção de uma representação política nacional destes sempre fracassará. Isso não significou que os camponeses não tivessem projetos e plataformas políticas próprias. O plano de Ayala de Zapata foi, por exemplo, marcante na delimitação

das reivindicações camponesas.²¹ Quanto ao movimento operário, ele se organizará sob o manto ideológico e quase mitológico da vitória da revolução. De fato, a constituição de 1917 permitiu transformar as reformas sociais em instituições políticas.²²

A polêmica sobre a caracterização política da revolução é longa. Durante muitos anos foi classificada por marxistas como uma revolução pequeno-burguesa ou democrático-burguesa, como a definiu a 1ª Conferência Comunista Latino-americana de junho de 1928 em Buenos Aires. A revolução, enfim, consolidou a burguesia mexicana e lhe permitiu controlar em melhores condições as massas populares sem, no entanto, romper o controle do imperialismo sobre o país. Para Pablo Gonzáles o México jamais estruturou plenamente uma democracia e um governo burguês porque o capitalismo não foi estabelecido totalmente. A revolução teve um caráter nacional e antiimperialista dirigida pela burguesia, terminou com as relações de tipo semi-feudal e buscou uma política nacional de desenvolvimento capitalista, no qual a classe trabalhadora não se constituiu como classe independente.²³ Em outro sentido, Trotsky caracterizará revolução mexicana como uma revolução de caráter bonapartista,²⁴ em que o estado busca se firmar como um árbitro das classes sociais. De um lado procurava-se preservar os antigos privilégios de banqueiros e investidores estrangeiros convertidos em parte à nova classe dominante pós-revolucionária.²⁵ Por outro lado, as massas mantiveram capacidade e perspectivas de ação independente.

Trotsky e o último período da revolução mexicana

O durante a década de 1920, principalmente no governo de Plutarco Calles (1924-1928), houve um esforço para burocratizar o movimento operário e conter as conquistas sociais da revolução. Lázaro Cárdenas Del Rio encabeça um setor que buscará radicalizar a revolução burguesa antes que esta perdesse o controle das massas.²⁶ Isto explica porque Cárdenas se apropria de uma retórica de esquerda. Como assinalou Werner Altmann: *“a retórica socialista da burguesia mexicana é por sua vez a expressão da segurança da condição hegemônica desta classe social na realidade política econômica e social do México na época de Cárdenas, e a ponte que essa classe estende ideologicamente às classes subalternas como se sua revolução fosse a delas”*.²⁷ O bonapartismo torna-se uma necessidade para a burguesia frente à crescente ação independente das massas de um lado e, de outro, às pressões do imperialismo com quem ela não rompe por completo.

Na década de 1930, sob o signo da crise mundial de 1929, precipita-se o que muitos historiadores chamarão de “período tardio” da revolução mexicana. Cárdenas aprofunda uma série de medidas sociais e busca uma aliança mais sólida com os movimentos do campo e da cidade. Em 1935 ele acelera a reforma agrária e atinge o núcleo da agricultura comercial. Os ejidos passam a representar mais da metade das terras cultiváveis do país como fruto do ataque às grandes propriedades. Os camponeses são enquadrados na conformação da Confederação Nacional Camponesa em 1938, formando um corpo armado de 60.000 milicianos. Com os operários também houve uma aproximação e maior controle, com formação da Confederação de Trabalhadores do México em 1936. Em 18 de março de 1938 foi nacionalizada a indústria petrolífera como parte das medidas antiimperialistas do governo.²⁸

O governo de Cárdenas representava uma nova fase da revolução mexicana ao reforçar medidas de soberania nacional frente ao imperialismo. Tratava-se de um giro do regime burguês nacionalista para a esquerda no momento de ascensão da luta das massas. Coerente com estas posições, Cárdenas desenvolveu uma política internacional antiimperialista e independente, o que explica seu apoio irrestrito à revolução espanhola e o asilo político concedido a Leon Trotsky. Este chegou México em 9 de janeiro de 1937. O presidente mexicano repudiou a exigência de expulsão do dirigente revolucionário russo vinda dos stalinistas e do dirigente sindical Vicente Lombardo Toledano. Com isto, permitiu que a atividade de organização da Quarta Internacional fosse levada a cabo por Trotsky, que também participa na elaboração e inclusive redação, junto com o general Mujica, do decreto de nacionalização das companhias petrolíferas em 1938. Trotsky, em polêmica com militantes que se recusavam a apoiar as medidas antiimperialistas de Cárdenas, reafirma a perspectiva da revolução permanente que combina a luta, sob direção operária, por reivindicações nacionais e democráticas com a revolução socialista. Os militantes revolucionários mexicanos deveriam, para Trotsky, apoiar a expropriação do petróleo como uma medida de defesa nacional, progressista em relação à perspectiva socialista, mas preservando a independência de classe do proletariado frente a Cárdenas: *“nossos camaradas do México e fora dele, tratam de maneira abstrata do que concerne ao proletariado, incluindo a história em geral, já não de saltar com as massas por cima de certas etapas, senão por cima da história em geral e, sobretudo por cima do desenvolvimento*

*do proletariado. A classe operária do México participa e não pode mais que participar do movimento, na luta pela independência do país, pela democratização das relações agrárias etc. Deste modo, o proletariado pode chegar ao poder antes que a independência do México esteja assegurada e as relações agrárias reorganizadas”.*²⁹

O fim do governo Cárdenas em 1940 coincidiu com os últimos momentos de vida de Trotsky no México, até ser assassinado covardemente por um agente de Stálin no dia 20 de agosto. Na correspondência de Cárdenas observa-se o apreço do presidente mexicano pelo líder revolucionário russo. O assassinato de Trotsky foi visto por Cárdenas não só com indignação, mas como uma agressão à soberania nacional e à revolução mexicana.³⁰ No período de governo de Cárdenas (1934-1940) pode-se dizer que houve a finalização da revolução iniciada em 1910. Passados cem anos, hoje o proletariado mexicano possui essa herança histórica para prosseguir e liderar a nação mexicana em seu caminho de emancipação.

Notas

1. Katz, Friedrich. “O México: a república restaurada e o porfiriato: 1867-1910”, in: Bethell, Leslie, *História da América Latina*, vol. 5, pp. 23-32
2. Idem, pp. 52-53
3. Gilly, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*, México, ediciones Era, 2007, p. 32
4. Idem, pp. 45-48
5. F. Katz, op cit, pp. 79-81
6. Idem, pp. 83-84
7. Ibidem, pp. 87-90
8. Nunes, Américo. *As Revoluções do México*, 2ª ed. São Paulo: ed. Perspectiva, 1999, pp. 73-74
9. Idem, p. 49
10. Ibidem, p. 70. Reflexão semelhante fará o revolucionário marxista peruano José Carlos Mariátegui em seu livro de 1928, *Sete ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* sobre o lugar dos ayllus, comunidade camponesas andina, na aliança com os operários pelo socialismo.
11. Gilly, Adolfo, op cit, p. 81
12. Idem, p. 101
13. Ibidem, p. 122
14. Ibidem, p. 133

15. Ibidem, p. 189
16. Uma análise detalhada do destino de Pancho Villa está em Friedrich Katz, em seu monumental *Pancho Villa: The Life and Times*, Stanford, Califórnia, 1998
17. Gilly, Adolfo, op cit, pp. 212-214
18. Hall, Linda B. Álvaro *Obregón: poder y revolución en México 1911-1920*, México, Fondo de cultura econômica, 1975, pp. 105-109
19. Gilly, Adolfo, op cit, p. 258
20. Semo, Henrique. *História mexicana*, México, editora Era, 1978, pp. 236-239.
21. Warman, Arturo. La lucha social e no en el campo de México: un esfuerzo de periodización, in: *Historia de la cuestión agrária mexicana (1934-1940)*, México: Siglo XXI, pp-24-25
22. Córdova, Arnaldo. México, revolución burguesa y política de masas, p. 73. in: Adolfo; CÓRDOVA, Arnaldo; BARTRA, Armando et al. *Interpretaciones de La Revolución Mexicana*. México: Nueva Imagen, 2003
23. Casanova, Pablo Gonzáles. *La Democratie au Mexico*, Paris: Éditions Anthropos, 1965. O autor defendia a necessidade de uma aliança dos trabalhadores com a burguesia, na medida em que seria necessário para ampliar a democracia interna e ter um pacto antiimperialista com a burguesia progressista.
24. Córdova, Arnaldo, op cit, pp. 79 e 82. O autor, equivocadamente, considera redundante afirmar o caráter bonapartista do estado, que sempre que coloca como representante de toda a sociedade embora represente de fato os interesses da classe dominante.
25. Idem, p. 76
26. Altman, Werner. México: o estado e a unidade nacional cardenista, separata da *Revista de História*, nº 115, em julho-dezembro, 1983, p. 92
27. Idem.
28. Camín, Héctor Aguilar e Meyer, Lorenzo. *A sombra da revolução mexicana*, São Paulo: Edusp, 2000, pp. 117-191
29. Trotsky, Leon. *O México e o imperialismo*, Obras, t. 18 (em francês), in: *Revista A Verdade*, 26, novembro de 2000, p. 66
30. Altmann, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*, São Leopoldo: editora Unisinos, 2001, pp. 20-24



Mariátegui

A Atualidade de Mariátegui

(ou da crítica ao racionalismo infeliz)

Novos valores para além de um novo
mundo economicamente possível

Yuri Martins Fontes

Doutorando em História Econômica (FFLCH-USP),
jornalista e professor universitário, com formação
em filosofia e engenharia (USP)

“Existem nas recordações de todo homem, coisas que ele só revela aos seus amigos. Há outras que ele não revela senão a si mesmo, e assim mesmo em segredo. Mas também há, finalmente, coisas que o homem tem medo de desvendar até a si próprio, e em cada homem honesto, acumula-se um número bastante considerável de coisas no gênero. E acontece até que: quanto mais honesto é um homem, mais coisas assim ele possui”

(Dostoiévski)¹

Tempos de crise, à semelhança das enfermidades, são momentos propícios à reflexão e autocrítica, à verificação senão de novos rumos, ao menos dos equívocos já expostos – que então se tornam mais claros.² Daí a pertinência de se revisitar a filosofia de José Carlos Mariátegui e sua original visão de *práxis*, especialmente no aspecto de negação dialética de alguns *valores* hegemônicos na cultura ocidental – intelectualismo, ceticismo, individualismo –, tendências que cooperam com a atual degeneração de uma civilização marcada pela desesperança, repressão, sedentarismo e medo. Estes modos de operar, se por um lado sustentam o sentido devastador tomado pela sociedade capitalista, por outro permeiam o dia-a-dia mesmo de

quem se propõe a refutá-la – obstruindo assim a própria noção de *desenvolvimento humano*, conceito fundamental para a contestação comunista. Denunciar tais embustes impõe-se hoje como tarefa mais direta do que desvendar com justeza novos caminhos – diante de uma conjuntura ainda recente em que as perspectivas de superação dos problemas humanos mais básicos encontram-se nubladas pelo golpe do *ceticismo neoliberal* contra a *utopia*.³

Panorama histórico-filosófico

Considerado hoje um dos mais profundos pensadores marxistas americanos, o peruano Mariátegui exerceu influência sobre diversos movimentos sociais da atualidade – desde o MST, Via Campesina e Confederação das Nações Indígenas (Equador), às guerrilhas do Túpac Amaru e Sendero Luminoso, chegando mesmo às discussões zapatistas.⁴ Segundo o autor – cuja militância foi inerentemente teórica e prática –, “a faculdade de pensar a história” identifica-se com a “faculdade de fazê-la e criá-la”. Em sua principal obra, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, pondera: “Meu pensamento e minha vida constituem uma única coisa, um único processo” – e afirma que deve ser valorizado aquele “capaz de traduzir em atos” o que até então “não pôde ser senão ideia”.⁵

Nos anos 1920, trabalhando como jornalista, ele se aproximou do movimento operário, apoiando greves e atormentando a classe dirigente limenha. O então presidente do Peru, casado com uma parente sua, força-o ao exílio na Europa, para onde ele se dirige, tendo vivido a maior parte do tempo na Itália, país em que “desposaria algumas ideias e uma mulher”. Aí se formou como marxista, influenciando-se também pelas contribuições teóricas da psicanálise e da filosofia *intuitiva* de Nietzsche – especialmente no tocante à fragilidade do *Homem*⁶ moderno (inserido na estrutura cultural burguesa-cristã).⁷ Tais ideias, como as de Marx, vieram a romper na base os pilares do *racionalismo positivista*, ou *vulgar* (visão perfeccionista do Modernismo), trazendo de volta o Homem à terra firme – e somando-se assim ao marxismo (em especial a partir de meados do século XX) em sua constatação dos descaminhos da civilização ocidental.⁸ Note-se que a contestação do suposto *progresso* ocidental (onde, equivocadamente, *o Homem é meio para a técnica*), remonta às críticas de J.-J. Rousseau, que viveu o início da industrialização (séc. XVIII) – como se vê em seu *Discurso sobre as ciências e as artes*. Sánchez Vázquez (no seu clássico *Filosofia da*

práxis)⁹ adverte que o filósofo genebrino “antecipa ideias que só aparecerão, mais tarde, em Marx”: “Em face da beatice *racionalista burguesa* que parte do *Iluminismo*, Rousseau expõe o outro lado da medalha – a cultura [artifícios da civilização moderna] degrada, “levando o homem ao ponto em que agora o vemos”.¹⁰

Também Mariátegui constrói crítica ao positivismo – em busca de atacar a influência *mecanicista* no marxismo – explanando que a verdade só existe na história (como Marx apreendera de Hegel):

A filosofia contemporânea varreu o medíocre edifício positivista. Esclareceu e demarcou os modestos limites da razão(...). É inútil(...) procurar uma verdade absoluta. A verdade de hoje não será a verdade de amanhã. Uma verdade é válida apenas para uma época. Contentemo-nos com uma verdade relativa.¹¹

Seu pensamento, no entanto, vai além de criticar o positivismo *ingênuo*. Com profundidade de análise, contrapõe-se também ao *neo-racionalismo* (ou “positivismo moderno”) – discurso utilitarista e cético que sucede o anterior. Recorde-se aqui que após o aporte das ideias de Marx e Nietzsche, entre outros (a desmontar a *razão vulgar*), se daria a difusão da *Teoria da Relatividade*; e então do velho positivismo não restariam senão escombros, sobre os quais se ergue esse *neo-racionalismo* – a louvar o pensamento técnico-científico redutível a *números* (precariedade *demonstrável* e supostamente *útil*), em detrimento da reflexão filosófica que lhe deveria servir de guia. Tal ideia hoje fornece as bases da seita neoliberal (a pregar o *pensamento único*), pautada pelo paradigma *economicista*, segundo o qual *quantidades absolutas* são a *medida* do progresso. Embora menos estrita, a *razão intelectual* remodelada mantém a soberba valorização do *objetivismo* – abstração irreal mesmo no campo das ciências exatas (como demonstrou Einstein), e ainda mais simplória diante da complexidade humana.¹² Este pragmatismo menospreza uma *razão subjetiva* que contemple também as potências humanas afetivas – sentimentos acerca do *justo* e do *belo* – em busca de uma “razão mais *ampla*”;¹³ ou seja, um conhecimento que enverede no campo do *incomensurável* – porém concebível –, próprio das disciplinas filosóficas *ética* e *estética*, reunificando a razão desmembrada teoricamente por Kant.¹⁴

O *intelectualismo* do século XX (*esclarecimento* neo-iluminista que quer corromper a diversidade existencial em valores monetários) está infectado pela *covardia* diante do devir histórico;

segundo Adorno e Horkheimer, seu “medo de pensar a si mesmo” não lhe permite constatar o “elemento destrutivo do progresso” – o qual “sob o controle dos *integralmente esclarecidos*” dirige “a sociedade em direção à barbárie”:

Se o *esclarecimento* não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino(...). A causa da recaída do esclarecimento(...) [está] no próprio esclarecimento *paralisado pelo temor à verdade*(...) [o que se manifesta como] a aversão à dúvida, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais(...). O que os homens [elite esclarecida] querem aprender da natureza é como empregá-la para *dominar* completamente a ela e aos homens(...). Para o *esclarecimento*, aquilo que não se reduz a números passa a ser ilusão: o *positivismo moderno* remete-o para a literatura.¹⁵

Quando regressa a Lima, Mariátegui já se declarava “comunista”; suas ideias logo foram acusadas de *uropeizadas* por nacionalistas peruanos, ao que ele contestaria: “Fiz na Europa o melhor de minha aprendizagem e acredito que não há salvação para a Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ou ocidentais”.¹⁶ Participa então da fundação do Partido Socialista Peruano – para o qual se opôs à denominação *comunista*, devido à apropriação do termo na época pela já burocratizada III Internacional, que então dominava o ideário socialista. Para o autor, a teoria marxista sobre as revoluções nacionais não podia ser limitada pela visão estagnada e pré-estabelecida moscovita – é antes um *método interpretativo* e uma *prática de vida* que deveriam ser construídos segundo a realidade de cada país. Assim, recusa a leitura (esta de fato “uropeizante”) dos revolucionários *dogmáticos*, que enxergam no capital um papel “civilizador”: “não existe no Peru, como jamais existiu, uma burguesia, com sentido nacional”.¹⁷ É preciso que se desenvolva uma perspectiva revolucionária com raízes nas próprias tradições e culturas populares.

Mariátegui se insere na tradição não-dogmática marxista que entende *desenvolvimento humano* de modo amplo – cuja essência é a possibilidade de realização *plena* do Homem, enquanto ser *teórico e prático, racional e instintivo*¹⁸ – um conceito distinto do mero progresso tecnológico desgovernado a que hoje se reduz essa noção. Ao server variadas fontes, sua filosofia não se perde

num superficial ecletismo – mas é antes de tudo um pensamento de práxis que, justamente por ter espírito dialético, valoriza a riqueza dos novos temas que vêm a corroborar o ideal comunista.

As ciências humanas têm complexidade incomparavelmente maior do que as naturais; não é possível reduzir seu objeto de análise à camada tênue superficial a que chamamos *consciência*.¹⁹ Daí que seja preciso haver pontos de vista teóricos ampliados²⁰ – que abarquem desde a história, a economia, a psicologia e as demais ciências sociais, às disciplinas filosóficas e à literatura – em oposição à fragmentação das faculdades supostamente autônomas, compartimentadas artificialmente e alijadas conforme a tendência atual da *especialização* que domina a ciência técnico-mercadorológica.²¹ Em *A ideologia alemã*, Marx acusa essa limitação, afirmando que em uma *sociedade comunista*, “cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradem”.²²

A *filosofia da práxis* mariateguiana, situa-o assim como um dos marcos fundadores da *contemporaneidade* do pensamento filosófico americano – ao lado de poucos outros de sua época (como Caio Prado Jr. e o cubano Julio Antonio Mella).²³ Seu pensamento se constitui não apenas como *científico*, mas também como *filosófico*, pois que seus aportes são *universais* (por exemplo a *dominação* vista do ângulo do *dominado*), embora observados a partir de singularidades de sua própria cultura. Trata-se ainda de um pensamento *contemporâneo*, pois o marxismo é a “única filosofia de nossa época” – como defende J-P. Sartre, que se aprofundou no assunto em *Questão de método* – e qualquer outra filosofia que se poste em contrário, só poderá ser um retrocesso arcaico: “um argumento ‘anti-marxista’ não passa de um rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista”.²⁴ Esse tema foi explorado também por Mariátegui, Caio Prado, Florestan e vários outros pensadores – que entendem que a crítica marxista não deixará de estar postada no centro da preocupação filosófica enquanto não conquistarmos a superação dessa estrutura econômica de *escassez* que obstrui as possibilidades de *plenitude* humana.

Sete ensaios e uma tese

Dentre as principais obras do autodidata peruano, *Sete ensaios* (1928) – já traduzido para mais de 70 idiomas e cuja leitura é obrigatória em seu país – foi um choque não apenas no socialismo ortodoxo, mas também na esquerda revisionista da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), movimento reformista

influyente no Peru, liderado por Haya de la Torre. O marxismo latino-americano estava então polarizado entre estas duas atitudes, como mostra Michael Löwy:²⁵ de um lado, aqueles que buscaram submeter o particular ao universal – os chamados *ortodoxos* –, e de outro, os *revisionistas*, que tentam exaltar as *especificidades* locais em prejuízo da *universalidade* da teoria. Deste modo, apesar do atual reconhecimento internacional de Mariátegui, a impopularidade de seu marxismo autônomo visto como “desvio ideológico” fez com que sua obra fosse por muito tempo segregada. Tardou décadas a chegar aos brasileiros, o que também se deveu a fatores como a marginalidade do Peru aos olhos de um Brasil sempre voltado à Europa, EUA e quando muito, Argentina e México. Somente em 1975, Florestan Fernandes conseguiria promover a publicação de *Sete ensaios* em nosso idioma. Na abertura deste livro, o autor afirma que para cada qual dos sete temas – *ensaios* engajados, expostos de modo ativista, direto, didático –, ele talvez quisera um livro autônomo. Mas a brevidade de sua vida, não o permitiria escrevê-los: vítima de uma infecção na perna, derivada de um golpe que recebera quando jovem, Mariátegui morre em 1930, não tendo ainda completado 36 anos.

Em *Sete ensaios* o autor tece um quadro do desenvolvimento histórico peruano, desde o Império Inca e a invasão espanhola, até seu próprio tempo. Embora de fato não se constituam propriamente em *teses* – como exige o academicismo *estrito* de plantão –, em seus textos Mariátegui envereda na questão central de como se é possível articular de modo dialético o desenvolvimento científico de origem *ocidental* (tradição *intelectual* europeia), com o desenvolvimento comunitário fraterno (típico das tradições indígenas *orientais*),²⁶ no intuito de conceber uma perspectiva socialista autêntica. Para tanto efetua análises históricas, econômicas, socioantropológicas, literárias e pedagógicas – e afinal, naturalmente acaba por desembocar no que se pode conceber como sua *tese*, a saber, que o comunismo na América não pode se constituir enquanto *cópia*, mas tem de ser uma “*criação heroica*” – na qual a comunidade camponesa autóctone, essencialmente solidária em suas relações sociais, torne-se a “base do Estado comunista contemporâneo”. Ele entende que os povos indígenas mantêm práticas cotidianas saudáveis que têm de ser preservadas, sem no entanto deixar de considerar o aporte científico fundamental que a cultura europeia legou ao mundo – e cujo mais alto plano, diz, “é a filosofia marxista”.

Ao contrário da opinião dos *ortodoxos* de então, Mariátegui parte de uma observação básica: o socialismo num país onde três quartos da população é indígena, não pode ser criado sem a participação efetiva dos índios. A libertação do índio peruano passa pela união dos povos indígenas, numa luta conjunta com camponeses e trabalhadores urbanos, na construção de um socialismo adequado às realidades históricas do Peru. Alerta ainda que o socialismo não pode ser confundido com o *indigenismo* dos *apristas* – ideia criada verticalmente por mestiços (crioulos) que, embora útil para condenar o latifundismo, tinha um cunho filantrópico de *caridade* que não servia à revolução.²⁷

O primeiro de seus *ensaios* é dedicado a dissecar os “esquemas da evolução econômica” de seu país, desde a economia colonial, à republicana, atentando ao problema essencial dos latifúndios e de uma economia basicamente agrária. Aí, apresenta sua concepção sobre o *comunismo primitivo* em que viviam os incas (ou *quéchuas*), povo “disciplinado e simples”, e que dispunha de “bem-estar material”:

Todos os testemunhos históricos concordam na afirmação de que o povo incaico – trabalhador, disciplinado, panteísta e simples – vivia com bem-estar material(...). A organização coletivista, regida pelos incas, tinha amortecido o *impulso individualista* nos índios; mas havia desenvolvido neles, em proveito deste regime econômico, o hábito de uma humilde e religiosa obediência ao seu dever social(...). O trabalho coletivo e o esforço comum eram frutiferamente empregados nos fins sociais.²⁸

Seu segundo ensaio dirige-se a entender a questão indígena segundo um viés marxista:

O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos; deixamos de considerá-lo abstratamente como um problema étnico ou moral, para reconhecê-lo concretamente como um problema social, econômico e político.

Na sequência, tratará do problema da terra, fazendo um levantamento histórico, desde o escravismo colonial, até a república dos latifúndios. Já os últimos quatro escritos são dedicados à crítica de temas paralelos, que têm como elo a *europização* cultural de seu país: a educação pública; a imposição do catolicismo; o centralismo e distanciamento de Lima da realidade peruana; e por fim, a literatura

peruana. Sua proposição é a de que o *eurocentrismo* tornara-se predominante – mesmo no interior do marxismo – e que cabia agora, não negá-lo, mas incorporá-lo às peculiaridades históricas.

Análise do inconsciente como reforço à teoria da alienação

Além dos *Sete ensaios*, outra sua obra de máxima pertinência – e que não foi publicada ainda em português – é “*Defensa del marxismo*”, onde o autor trata de temas filosóficos, discutindo ideias de Kant, Hegel e Lênin, além de criticar alguns *revisionistas*, e chegando mesmo a analisar as contribuições de Freud e a psicologia contemporânea para a práxis marxista, na qual conclui que: “A interpretação econômica da história não passa de uma psicanálise generalizada do espírito social e político”.²⁹ Tanto o problema *econômico-material* colocado por Marx, como a *repressão sexual*,³⁰ apontada por Freud, ambos se remetem a necessidades psíquicas e físicas que são as mais básicas, e que por conseguinte não são excludentes, mas se reforçam – ao atentarem à alienação humana exterior (social) e interior (individual). Devem portanto atrair a investigação de uma efetiva práxis, que busque a superação do estágio *raso* no qual se afoga o Homem *civilizado*.³¹ Para Mariátegui, ambos propõe atenção a “deformações”, um observando a consciência, o outro a sociedade:

Os pensamentos freudiano e marxista aparentam-se em seus distintos domínios, *ainda que os discípulos de Marx e Freud não sejam ainda os mais propensos a entendê-lo e adverti-lo*, e não apenas pelo modo como ambos impõem uma ‘humilhação’, conforme diz Freud, às concepções que idealizam a humanidade, mas também pelo seu método diante dos problemas que abordam.³²

Outro pensador marxista a se dedicar a essa convergência é Eric Fromm,³³ que em *Meu encontro com Marx e Freud*, avalia que ambos valoraram em suas obras o problema da *alienação* – “embora a crítica de Marx seja de maior profundidade e alcance”. Marx concebe que “a exigência de abandonar ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões” – conforme citação de Fromm (que afirma ser esta uma “frase que poderia ter sido dita por Freud”). “Enquanto para Marx a verdade era uma arma para as modificações *sociais*, para Freud ela servia às modificações *individuais*”. O conhecimento que liberta deve atentar ao exterior e ao interior – às possibilidades sociais e às individuais.

Fromm entende que a psicanálise busca fazer com que seu paciente perceba “o caráter fictício de suas ideias conscientes”, tornando “consciente o inconsciente”, e assim, alcançando a “força necessária para transformar-se”. Marx e Freud veem o *conhecimento* como “meio essencial para *transformar*, respectivamente, a *sociedade* e o *indivíduo*”.³⁴

Assim como o pensamento freudiano, também o nietzscheano interessou a Mariátegui, em sua investigação *intuicionista* do *subterrâneo* humano – mergulho no inconsciente, no qual expõe sem pudor o Homem a si mesmo, a suas fraquezas, a suas máscaras.³⁵ Antônio Cândido enxerga como *complementares* as concepções de Marx e Nietzsche no tocante ao problema da *vida em sociedade* e da noção de Homem enquanto *ser inacabado*:

Se Marx ensaiava transmutar os valores sociais no que têm de coletivo, ele [Nietzsche] ensaiou uma transmutação do ângulo psicológico – do homem tomado como unidade de uma *espécie*, pela qual é decisivamente marcado, sem desconhecer, é claro, todo o equipamento de civilização que intervém no processo. São atitudes que se *completam*, pois não basta rejeitar a herança burguesa no nível da produção e das ideologias; é preciso pesquisar o *subsolo pessoal* do homem moderno tomado como indivíduo, revolvendo as convenções que a ele se incorporam.³⁶

Cândido afirma que embora haja ressalvas a algumas ideias nietzscheanas, sua “lição, longe de exaurida, pode servir de guia a muitos problemas do humanismo contemporâneo”: “O homem é um ser que deve ser ultrapassado”, diz ele [Nietzsche]; e o que propõe é ultrapassar constantemente o ser de conjuntura, que somos num dado momento, a fim de buscar *estados mais completos de humanização*”.³⁷ Verifique-se aqui a aproximação destes conceitos com os de Marx – sobre a plenitude humana e a necessária transcendência de *valores* –, segundo os quais o Homem deve “transformar a consciência”: “As grandes reformas apenas podem ser realizadas com o enfraquecimento da adoração estúpida que os povos sentem pelas velhas leis e costumes”.³⁸ Em paralelo, Nietzsche declara (em *Zaratustra*): “Destrocei tudo aquilo que algum dia meu coração venerara, derribei todos os marcos de fronteira e ídolos”.

Vale notar que Mariátegui reflete a respeito da *irracionalidade* antes de que Sartre desenvolvesse o tema e o tornasse popular no campo da *práxis* – ao elaborar na Europa

pós-guerra teoria em que se apoia nas recentes conquistas da psicologia para reforçar o materialismo-histórico (denunciando a então aguda *crise da civilização europeia*). Esse episódio limite de irracionalidade da *razão esclarecida* – e que envergonhou o ser *humano* – influenciaria bastante o pensamento latino-americano, segundo afirma Leopoldo Zea.³⁹

Antes porém de Sartre, Wilhelm Reich (contemporâneo de Mariátegui), nas primeiras décadas do século XX, já formulara as bases de uma “síntese freudo-marxista” – conforme análise do historiador e sociólogo Daniel Guérin –, na qual afirma que a “Revolução” deve romper a *moral social arraigada e doente*, restaurando a força humana reprimida, *natural*, constituindo-se simultaneamente em uma *revolução sexual e social*:

Muito antes das inscrições nas paredes da Sorbonne, Reich havia percebido que(...) a repressão da sexualidade pela sociedade estropia suas vítimas, as torna *dementes* ou *impotentes*, ao mesmo tempo que esbanja uma enorme quantidade de energia psíquica (...) [e portanto] *paralisa as forças da revolta no oprimido*.⁴⁰

Os “sociólogos burgueses” chegaram a “falsificar a história para sustentar que a monogamia teria sempre existido, para dissimular que a poligamia e a promiscuidade sexual exerceram papel importante nas sociedades primitivas” – diz Reich, que percebe o *moralismo* sexual como ideológico e patológico.⁴¹

Também em contraposição à violenta repressão da cultura *ocidental* – a que nos acostumamos a enxergar como *normal* –, Lévi-Strauss coloca que os índios *nambiquaras* vivem um equilíbrio natural entre o trabalho e a sexualidade, cumprindo suas tarefas “quase sempre alegres e risonhos (...) [em um] clima erótico que impregna a vida no dia-a-dia”.⁴²

Por fim, voltemos-nos ao próprio Marx, que zomba da pretensa “quietude do conhecer” (noção idealista da “*Crítica crítica*”) – e percebe o amor como indomável e intrínseco ao Homem:

O amor é uma paixão e não há nada mais perigoso para a *Quietude do conhecer* do que a paixão(...) satanás em carne e osso; o amor, que é o primeiro a ensinar de verdade ao homem a crer no mundo objetivo fora dele(...) um objeto não apenas interior e esquecido no cérebro, mas manifesto e aberto aos sentidos.⁴³

Sua ironia denota precoce consciência do poder dos *instintos* sobre a razão – desequilibrando mesmo o mais *frio* cérebro racionalista: “O que a *Crítica crítica* quer combater não é apenas o amor, mas tudo o que é vivo, toda experiência sensual, toda experiência real”.⁴⁴ Mas as paixões não podem ser reduzidas a números – e daí a necessidade de que a filosofia da práxis supere este hábito intelectual *puritano*, abarcando os campos escuros do inconsciente, de forma a reforçar sua própria autonomia e ação transformadora. Todavia, nossa civilização débil e imediatista afasta-se cada vez mais deste caminho, mantendo um alienado reducionismo do real – a propagandear supostas virtudes do que é *seguro* e *previsível*.⁴⁵ Tal *ordem*, se fosse possível, certamente mais se assemelharia ao tédio que à felicidade.

Intelecto e sensibilidade: uma síntese dialética

Com sua abordagem abrangente, os conceitos mariáteguianos abalaram o conservador *marxismo mecanicista* que prevalecia – motivo pelo qual sua obra acabou taxada de “ensaística” e “romântica” pela crítica socialista da época. À primeira destas críticas, ele responderia ressaltando o valor da escrita objetiva, revolucionária, empenhada com *sangue*, declarando que seu trabalho se desenvolve

segundo a observação de Nietzsche, que não apreciava o autor envolvido na produção intencional e deliberada de um livro, mas sim aquele cujos pensamentos formavam um livro de forma espontânea e inadvertidamente.⁴⁶

É deste modo, paralelo à sua vida prática, que se concretiza sua ação teórica. Há em sua obra filosófica (ensaística e jornalística), um sentido antes de tudo militante, didático, formador de opinião – um pensamento inquieto que não se basta na abstração. Como ele mesmo analisaria, suas várias viagens – com os obstáculos diários que naturalmente o *novo* sempre acarreta⁴⁷ – contribuíram a essa formação, não apenas ampla, mas prática.

Diante da segunda crítica – a *racionalista* –, Mariátegui defenderia a importância da *utopia* numa existência mais plena, postando-se contra o *niilismo cansado*⁴⁸ do burguês cético – pusilânime e desprovido de sonhos –, que só valoriza o que pode possuir, sorver de imediato e controlar, acovardando-se diante de quaisquer enfrentamentos com o desconhecido. A “*fé indígena*”, diz ele, foi anteriormente “fundada no misticismo” – deve agora

se tornar ideológica, em contraste com a *desesperança* do Homem ocidental. A fé – paixão por um ideal – são características intrinsecamente revolucionárias, e não podem ser confundidas com o “velho romantismo”. “O romantismo do século XIX”, afirma, “foi essencialmente individualista”, cheio de “queixa egolátrica e narcisista”, mas no século XX, em contraste com a antiga concepção, “é, ao contrário, espontânea e logicamente socialista” – pois que o *novoo romancista* “sente e ama universalmente”.⁴⁹

Mariátegui reafirma assim a crítica de José Ingenieros – em sua análise sobre o *Homem medíocre* –, contra a *limitação* racionalista: “os maiores espíritos são os que associam as luzes do intelecto às magnificências do coração”.⁵⁰ O filósofo argentino, a quem dedicou um de seus *retratos subversivos* (perfis político-literários), também via no “entusiasmo” e na “fé” valores cruciais à Revolução:

Sem entusiasmo de nada servem ideais bonitos, sem ousadia não se realizam atos honrosos(...). A juventude termina quando se apaga o entusiasmo... A inércia perante a vida é covardia. Não basta na vida pensar um ideal; é necessário aplicar todo o seu esforço em sua realização.⁵¹

Ainda em contraposição a esse *intelectualismo*, *razão sábia* é o termo com que Sérgio Rouanet denominaria a razão dialética, que contempla tanto o intelecto, quanto o sentimento – equilibrando-se, segundo ele, em meio à oposição extremista entre *positivismo* e *irracionalismo*. “A *razão sábia* tem consciência de que o homem é uma personalidade complexa, *sensível* e *racional* ao mesmo tempo”. Por conseguinte é distinta da “arrogância positivista” (a qual “revoga o inconsciente e rejeita a influência da afetividade sobre o conhecimento”); e dista também do irracionalismo (“porque sabe que não há outro caminho para o conhecimento, senão a razão – nosso deus Logos, disse Freud, é pouco poderoso, mas é o único que temos”).⁵² Rouanet, acerca do valor dos *sentimentos*, cita Erasmo de Roterdã:

As paixões não são apenas pilotos que conduzem ao porto da sabedoria os que a ele se dirigem, no caminho da virtude, são agulhões e esporas que excitam a fazer o bem(...). Quem não fugiria com horror de um homem sem nenhuma paixão, inacessível ao amor e à piedade(...) que não perdoa nada, que não se engana nunca, que mede tudo com o esquadro(...) que não ama ninguém, que ousa zombar dos próprios deuses e tudo escarnece? Tal é o retrato do animal que passa por sábio perfeito.⁵³

Para Mariátegui, o marxismo, mais além de teoria, é sentimento, paixão – é a “fé na causa revolucionária”. Afirma então a necessidade de uma visão ampliada de revolução nacional, propondo que a “revolução indo-americana” deve unir a “tradição de solidariedade camponesa”, com “a ciência e o pensamento europeus”. Enxerga a solução latino-americana na síntese *oriental-ocidente*, afirmando que a comunidade indígena pode se converter na “célula do Estado socialista moderno” – sociedade evoluída que opere segundo uma nova conformação econômica e cultural distinta tanto da *ocidental*, como da *oriental* precedentes. Para tanto é preciso dar à luta indígena um caráter de “luta de classes”.⁵⁴

Em “O problema do índio” (um dos *Sete ensaios*), avalia ainda que a cultura latino-americana se situa em um ponto – relativamente privilegiado –, entre o *racionalismo* ocidental (cuja ciência subjugou a natureza, mas também a degenerou), e o conhecimento *instintivo* dos povos indígenas (melhor adaptados ao ambiente, cultura na qual a práxis é um gesto mais presente no cotidiano).⁵⁵ Isso se dá a partir da miscigenação étnica que acabou por brindar nossa cultura “mestiça” com elementos que equilibram as idiosincrasias *ocidental* e *oriental* (no caso, indígena e africana). De modo generalista pode-se pensar a dialética *ocidentalismo-orientalismo* como a contraposição, respectivamente, das seguintes tendências de se agir: intelectual, cético, dado à abstração, marcado pelo individualismo, ávido pela engenhosidade técnica e ansioso pelo porvir; em oposição ao sentimental, esperançoso, sensualista, coletivista, adaptado à natureza que o rodeia e atento ao presente.

A admiração de Mariátegui pela cultura indígena não o impede de ter consciência de que o *restauracionismo* é impossível – reconhece que certas conquistas *ocidentais* são irreversíveis.⁵⁶ Sua crítica, logicamente não se posta contra o *progresso tecnológico*, mas contra *esse progresso* que está contra o Homem – à semelhança de Rousseau que há mais de dois séculos já havia percebido a necessidade de se superar o cientificismo da cultura industrial e urbana que “degrada e avilta o homem”, mas sem pretender com isso um regresso à ingenuidade primitiva do *Estado Natural*⁵⁷ (o que seria até uma impossibilidade lógica, pois a *história* não comporta *caminho de volta*):

Rousseau nos faz ver com essa crítica dos bens culturais [da civilização] que a cultura não é um fim em si, mas que deve estar a serviço do homem e que quando ela se esvazia desse

conteúdo humano seus pretensos progressos nada mais são do que infelicidades para o homem.⁵⁸

Também Umberto Eco, nesta linha, observa que a “sociedade industrial” nos oprime e afeta “comportamentos psíquicos”, mas é *nela* em que vivemos, e portanto *é ela* que devemos examinar: “Para além das contradições entre uma sociedade capitalista e uma sociedade coletivista, apresenta-se hoje a realidade de uma sociedade industrial, que coloca problemas novos (no plano da alienação)”.⁵⁹

Decadência da civilização ocidental

Ocorre com Mariátegui – como com Marx e os grandes pensadores de forma geral – que sua obra veio à luz muito antes de seu tempo estar apto a enxergá-la; ainda hoje mentes *progressistas* de nossa sociedade não percebem o valor de questões por ele levantadas. A atual *cultura industrial* pautada pelo *consumo-desperdício* continua a se empenhar, antes de tudo, na produção excessiva com ênfase num *pseudo-conforto* que ilude e adocece. O caso do uso demasiado, por vezes dependente, do automóvel (mesmo por contestadores da *ordem* individualista) é emblemático.⁶⁰ Além deste vício, cabe notar a utilização banalizada também da eletricidade, e a assepsia tornada maníaca (o que mina as defesas corpóreas naturais). A sociedade capitalista põe mais importância na *segurança* e na *ordem* – apesar da limitação *vital* que isso produz –, do que na saúde psicossomática, na sustentabilidade energética e na própria liberdade (conceito delicado e talvez não sujeito a categorizações). Urge repensar a noção que hoje se tem de *desenvolvimento*. Conforme afirma Freud:

Os homens se orgulham de suas realizações(...). Contudo, parecem ter observado que a subjugação das forças da natureza(...) não os tornou mais felizes(...) que o poder sobre a natureza não constitui a única pré-condição da felicidade humana.⁶¹

Uma constatação explícita da decadência da civilização ocidental – e da necessidade de valorizarmos as tradições de sociedades *silvestres* (que se desenvolvem em *simbiose*, e não *contra* a natureza) – é o fato de que mesmo por entre as elites comandantes de tal processo, e cujos problemas econômicos estariam em tese resolvidos, o que se observa é a infelicidade disseminada em seres enfermiços, enfasiados, propriamente desgraçados. Vejam-se os alto-índices de depressão, insônia, ansiedade, neuroses e psicoses que afetam como nunca à população em geral – fruto da competição e do

medo (à violência e à pauperização) criados por estas próprias *elites*. Ou mesmo atente-se à fragilidade física – derivada do sedentarismo e desequilíbrio entre atividades manuais e intelectuais; sinta-se o ar irrespirável que compete a todos, o lixo tóxico, venenos agrícolas que ingerimos, uma poluição em todos os níveis que nos afeta em todos os sentidos – o que pode ser verificado formalmente a partir de estudos que mostram, por exemplo, o aumento gritante dos casos de câncer nas últimas décadas.⁶² Avalie-se ainda a destruição acelerada do ambiente natural em que o Homem está inserido e da qual depende sua saúde e sobrevivência – momento crucial inclusive para que a práxis se abra às conquistas da crítica ecológica (em seu sistema de erudição que visa ser *totalizante*). Marx, há mais de um século já acusava esta necessidade, hoje ainda negligenciada. Em *O Capital*, afirma o valor da *regulação*, da *mediação* entre as atividades do Homem e a natureza que o cerca – diz que é necessária a *preservação* desta *mediação*, ou seja, a manutenção do metabolismo Homem-natureza em equilíbrio funcional:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, *media, regula e controla seu metabolismo* com a natureza(...). O processo de trabalho é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana(...) Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado a força motriz histórica da sociedade, mas perturba por outro lado, o metabolismo entre o homem e a terra.⁶³

Não há mediação – a sociedade industrial chafurda no excesso. E assim, afastamo-nos mais e mais de nossas demandas psico-corpóreas (inclua-se aí a *necessidade da arte*, que para Marx é “esfera essencial da existência humana”, pois todo Homem é um *criador*, artista em potencial).⁶⁴ Somos seres dependentes de um *desenvolvimento* que não se pensa a si mesmo, de uma tecnologia escravizante que nos consome a breve existência em trabalhos vãos; que reduz as relações humanas e nos aliena de nossas potencialidades mais caras, tolhendo-nos em grandes proporções as possibilidades de *felicidade*. Tudo em prol de um *progresso* material que *teoricamente* levaria a um aperfeiçoamento (hegeliano ou preguiçoso) da vida cotidiana – dos que creem poder se bastar nas ideias –, mas que na

prática serve somente ao orgulho dos *tristes especialistas*. Após passar quase uma década dentre índios brasileiros, Levi-Strauss afirma que “nunca presenciou uma briga, ou gesto grosseiro” entre eles.⁶⁵ Oxalá fosse tal questão que intrigasse os entendidos do *intelecto* (e Mariátegui certamente apontaria isso como premente). Mas para resolvê-la, há que se romperem valores – mesmo que estejam plantados nos abismos do espírito contemporâneo – fazendo da teoria uma prática habitual. Ainda que para tanto seja preciso o uso da força, como nos mostra o exemplo de vários povos em processos revolucionários pelo mundo (nesse “Sertão que é mundo inteiro” – diz Guimarães Rosa – “Deus mesmo, se vier, que venha armado”).⁶⁶

É no mínimo pouco refletida a atual desunião das esquerdas que, na falta de perspectiva revolucionária imediata, orgulham-se em acusar defeitos de lutas distintas das suas. Sem recorrer à psicologia, seria impossível entender por que alguns de nossos melhores intelectuais, de nossos mais honestos partidos, dedicam esforços vorazes não para analisar vicissitudes e virtudes, mas para desclassificar ou proclamar apenas falhas nas maiores revoluções americanas *reais* hoje vigentes – como é o caso do processo revolucionário cubano (que ainda se debate por consolidar o poder), ou do colombiano e mexicano (cujas guerrilhas resistem sólidas, em meio às adversidades naturais da selva, num estado de luta existencial cotidiana, que jamais poderia ser contemplado de dentro de uma biblioteca).⁶⁷

Ao invés de se perder grande parte de energia crítica apontando defeitos nas ações de camaradas, caberia antes o olhar para dentro de si: aos motivos mais íntimos da própria intransigência e preconceito;⁶⁸ observar com cuidado as próprias atitudes práticas (cotidianas ou não); compreender que as condições e os modos de luta são diversos – conforme bem demonstra Mariátegui – segundo a idiosincrasia de cada povo e a peculiaridade de cada indivíduo que toma parte no embate. E aos *estudiosos* da *verdade absoluta* que insistem em *medir* certa *quantidade socialista* da alma, seria interessante meditar sobre a seguinte declaração de um jovem guerrilheiro das montanhas amazônicas: “Não sei se me posso dizer comunista; sou um camponês e não tive estudo pra isso... Sei só que eu precisava tentar algo pra mudar a situação de miséria em que eu vivia... e minha família”.⁶⁹

Um novo e forte movimento comunista precisa empreender uma revolução de *costumes*, entender que não basta se tomarem *bens*

aos burgueses e seguir com a sua produção – pois na realidade o fato é que já não se precisa *desta produção*, que ela se tornou excessiva, nociva à saúde, à arte, ao meio ambiente, ao amor, às potências humanas – enfim, à harmonia que deve reger uma sociedade onde se deseje proporcionar ao indivíduo a igualdade material básica que torne possível o desenvolvimento de diferenças.⁷⁰ É afinal o próprio Marx a ensinar que a beleza está nas diferenças, e que somente uma sociedade comunista pode proporcionar aos seus indivíduos esta liberdade de ousar, de criar o novo, de *indivíduoar-se*. Mas cabe antes alcançar as alturas *cotidianamente práticas* de nossa crítica teórica. E que fale o poeta socialista:

Só viverá o homem novo, se os que por ele sofremos
formos capazes de ser semente e flor deste homem.

(...)

Não somos nem melhores, nem piores.

Somos iguais. Melhor é a nossa causa...

fomos sempre e somente como os outros,

e muitas vezes como os piores dos outros.

(Thiago de Mello)⁷¹

Notas

1. Dostoiévski, na fala de seu personagem principal, em *Memórias do Subsolo* (p.52). Nietzsche – autor que influenciaria o marxismo de Mariátegui –, ao ler este livro, escreve a um amigo: “A voz do sangue fez-se ouvir de imediato e minha alegria não teve limites” – conforme citação de Boris Schnaiderman, no prefácio à sua tradução da obra (p.9). Em seguida, cita também Górkí (p.10): “Para mim todo Nietzsche está em *Memórias do Subsolo* (...). Nietzsche é mais grosseiro que Dostoiévski”.
2. Walter Benjamin propõe que as *verdades* devem ser buscadas justamente na dialética dos extremos, e não nos fatos medianos – morada do que é mediocre; para que possamos compreender os fenômenos, é preciso antes perceber os seus extremos e isolá-los. Ver Benjamin, *Origem do Drama Barroco Alemão*, e Olgária Matos, *O Iluminismo visionário*.
3. Pois não há uma *Verdade*, mas *verdades* que se realizam na existência, e sua percepção exige amadurecimento histórico e sensibilidade para captar sutilezas frequentemente desprezadas por generalizações ansiosas.
4. Atualmente há várias teses acadêmicas sobre Mariátegui também no Brasil; e o MST ministra inclusive cursos sobre o autor.
5. Mariátegui, *Sete ensaios* (p.31; p.251).
6. Optou-se por grafar o termo “Homem” com maiúscula, sempre que se referir à “humanidade”. No entanto, nas citações respeitou-se a forma original.

7. Ver a respeito da crise cultural *ocidental*, Freud, *O mal estar na civilização*; e sobre a contribuição ao socialismo da filosofia de Nietzsche, o excelente ensaio de Antônio Candido, *O portador* (em Nietzsche, *Obras incompletas*).
8. Além das ideias citadas, cabe notar a contribuição das teorias de Darwin e Einstein, entre outros, ao sepultamento do intelectualismo *positivista*.
9. “Filosofia da práxis”, como “materialismo histórico”, são designações dadas à filosofia marxista. Em *Filosofia da práxis* (p.50), Adolfo Sanchez Vázquez define a *práxis* marxista como uma “teoria condicionada historicamente e fundamentada cientificamente” – atentando sobre a necessidade de que o pensamento una a teoria à prática, que seja totalizante, transformador, que transponha as especialidades que reduzem o indivíduo contemporâneo, permitindo ao Homem desenvolver com plenitude suas tantas potências: psíquicas e físicas, racionais e instintivas, laborais e criativas.
10. Obra citada (p.33).
11. Mariátegui no artigo “A alma matinal”, publicado na revista *Amauta* (Peru).
12. Sendo desesperançado, o *neo-racional* tende a ser conservador, ou na melhor das hipóteses, sua crítica é cética (e portanto passiva). O cientista valorizado na sociedade burguesa, se já não tem mais a pretensão positivista ingênua de *descrever* o mundo, quer ainda reduzir o pensamento à produção de pequenas verdades técnico-utilitárias mensuráveis (impensadas e desgovernadas), que garantem a manutenção de privilégios econômicos – embora degradem generalizadamente corpo e espírito. Há assim um intuito pragmático imediatista que empobrece a própria *razão*, e deste modo serve ao capitalismo –, apesar de sua influência em parcela considerável de socialistas que não lograram suplantar os limites estreitos da *razão intelectual*, mesmo após a constatação de que não existe *ciência exata*, mas antes *ciência probabilística*. Sobre os limites do conhecimento objetivo, remeter-se a *O Princípio da Relatividade*, de Einstein, Lorentz e Minkowski (bem como à demonstração do Princípio da Incerteza, de Heisenberg).
13. Conforme Sérgio Rouanet, no artigo “Razão e Paixão” – em *Os sentidos da paixão* (S. Cardoso; M. Chauí e outros).
14. Sobre a reunificação da razão, ver Rouanet, obra citada (p.462). Conforme Schelling, “a arte entra em ação quando o saber desampara os homens” – em *Dialética do Esclarecimento* (p.32).
15. *Dialética do Esclarecimento* (pp.13-23). Grifos meus. “O industrialismo coisifica as almas” (idem, p.40).
16. *Sete ensaios* (p.32).
17. Idem (p.55). O marxismo mecanicista acreditava na rígida noção de etapas a serem atravessadas pelas revoluções nacionais (o *etapismo*: feudalismo-capitalismo-socialismo) – o que será contestado por Mariátegui.
18. Quanto ao desenvolvimento pleno *totalizante* das potências humanas – não apenas o conhecimento racional, mas também o irracional –, ver a obra *Tipos Psicológicos*, do neofreudiano C. G. Jung, em que o autor sistematiza orientações características humanas, a partir das concepções autóctones de diversas culturas antigas (como a dos gregos, chineses, brâmanes, indígenas americanos e africanos), bem como de tendências expressas na literatura (Platão, Goethe, Nietzsche, etc). Segundo sua investigação dialética das tendências psíquicas, num eixo racional movem-se as razões *intelectual* e *sentimental*; em outro eixo, irracional (ou

- instintivo), contrapõe-se e se complementam a sensualidade (sentidos presentes) e a intuição (faculdade criadora perceptiva do devir).
19. Daí a necessidade de se estudar a psicologia em sua incursão à profundidade do *inconsciente*.
 20. Como mais tarde seria defendido também pelo movimento dos *Annales*.
 21. A esse respeito, Caio Prado (*Notas introdutórias*) diz que a ciência é vista de forma “deformada”, que o método usado pelos cientistas – cada vez mais especializados e fechados dentro dos limites de suas próprias disciplinas, “se inspira numa concepção atomística da conceituação, e nada têm a ver com a verdadeira natureza do conhecimento” (pp.72-73). Nota-se aqui influência da Psicologia da Forma (*Gestalt*) na concepção do autor.
 22. *Obra citada* (p.38).
 23. Mella foi também pioneiro em negar o caráter *nacional* às burguesias locais, além de ter sido leitor de Nietzsche (ver *Homens da Revolução*).
 24. *Obra citada* (p.12).
 25. Na introdução à coletânea *O marxismo na América Latina*.
 26. Mariátegui usa o termo oriental em sentido similar ao que Edward Said mais tarde irá desenvolver em *Orientalismo* – ou seja, o *não-ocidental*, os *outros*, os *diferentes*.
 27. Observe-se aqui a aproximação da crítica marxista com a nietzscheana – que se volta a mascarar as intenções da *caridade* e a falsa moral do *bom burguês* filantropo.
 28. *Sete ensaios* (p.33-34). Grifo meu.
 29. Mariátegui, “*Defensa del marxismo*” (p.40). Tradução própria.
 30. Sobre o tema da *repressão civilizatória*, Reuben Osborn, em seus “Estudos dialéticos” sobre o marxismo e a teoria freudiana, entende também que: “Freud e Engels possuíam ideias semelhantes a respeito da sociedade primitiva: os homens tornaram-se animais trabalhadores com a repressão de seus impulsos sexuais individuais, uma vez que o trabalho, exigido pela natureza para a sobrevivência humana, incluía uma cooperação social e a repressão dos desejos” – em Johnston, *Pensamento Político de Freud* (p.101).
 31. A imagem poética foi emprestada do *Zarathustra*, de Nietzsche, ao criticar a vida rasa do Homem típico da civilização burguesa-cristã. Este filósofo, que se auto-intitula o “primeiro psicólogo”, é considerado um dos precursores de várias das ideias que seriam depois sistematizadas por Freud.
 32. Em “*Defensa del marxismo*” (p.39-40). Grifo meu.
 33. Em delicada crítica ética e sócio-psicológica à sociedade contemporânea (onde os seres são “indiferentes a si mesmos”), seu marxismo se volta às contribuições da psicologia freudiana e também à sabedoria de filosofias orientais (como o Zen e o Tao), entre outros clássicos da filosofia.
 34. Trechos extraídos de *Meu encontro com Marx e Freud* (p.17-21). Grifos meus.
 35. Este “movimento *intuicionista*” chamado “filosofia da vida” (tendo como fundadores Schopenhauer e Nietzsche) busca a “racionalização do irracional” (segundo a expressão de Karl Jaspers) – conforme Mário da Silva – prefácio ao *Zarathustra* (p.7). Ele analisa que, como Marx, Nietzsche também tem como

- central a questão da alienação: ambos lutam para “libertar o homem da *alienação* que o defrauda da naturalidade do seu ser” – para um o “capitalismo”, para o outro a moralidade da “religião”.
36. Antônio Cândido, posfácio às “Obras incompletas” de Nietzsche (p.413). Grifos meus.
 37. Idem (p. 411). Grifos meus.
 38. Karl Marx cita Helvétius, em “A Crítica crítica absoluta” – em Marx e Engels, *A sagrada família* (p.152).
 39. Leopoldo Zea, *A filosofia americana como filosofia* (p.96).
 40. *Um ensaio sobre a Revolução Sexual* (p.16, grifo meu). Acerca do assunto, ver as principais obras de Reich, especialmente: *Psicologia de massas do fascismo*, *A revolução sexual*, *A função do orgasmo* e *Irrupção da moral sexual repressiva*.
 41. Idem (p.17) – citação de *A irrupção da moral sexual repressiva* (Reich).
 42. Lévi-Strauss, *Tristes trópicos* (pp.265 e 269).
 43. “O amor” (K. Marx), em *A sagrada família* (pp.31-32). Marx se expressa sobre o tema também em muitas cartas e poesias de amor dirigidas a sua mulher e companheira Jenny.
 44. Idem (p.34).
 45. Um Estado coercitivo busca controlar o indivíduo dentro de um plano de sociabilidade padronizada pelo medíocre (amparado pela imprensa empresarial a promover diariamente a pasteurização das ideias). Daí que costuma ser reprimido pelas autoridades o uso de substâncias catalisadoras que induzem a mente à amplidão dos estados inconscientes – não sujeitos à ordenação racional (mas apenas a uma sutil *intuição*). Tal forma de autoconhecimento foi utilizada por quase todas as sociedades ao longo da história, conforme demonstram estudos históricos e antropológicos – dentre os quais as pesquisas de John Cashman, historiador da ciência, acerca dos alucinógenos. Por outro lado, são livres e até estimuladas as drogas que aliviam tensões e deprimem o sistema nervoso – limitando as capacidades de sentir e pensar; e mais ainda, aquelas que favorecem a extroversão e alegria (embora efêmera), permitindo que se acesse subitamente, em meio à tensão cotidiana, estágios de felicidade que nos são sistematicamente subtraídos – em consequência desse prazer *fácil*, seu uso tende ao excesso, o que leva ao desgaste físico e mental.
 46. *Sete ensaios* (p.31).
 47. Daí a tendência – vã – do *racionalismo* em querer controlar, ordenar, domesticar todo o *devenir*: anular as surpresas do novo. Sobre a relação entre *filosofia* e viagem, remeter-se à documentação do curso de extensão do IEB-USP em homenagem a Octávio Ianni: “Viagem, viajantes, viajores” (2007).
 48. Segundo Nietzsche, essa é a prática daquele que apenas percebe a necessidade de superar o que é obsoleto, sem colocar a mão na massa e “destruí-lo”.
 49. *Sete ensaios* (p.297).
 50. *O Homem medíocre* (p.123).
 51. Em Mariátegui, *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. Ingenieros também foi apreciador de Nietzsche, além de ter sido um dos primeiros americanos a investigar o processo da *Revolução Russa* (em seu livro *Os novos tempos*, que segundo o peruano, “honra a inteligência ibero-americana”).

52. S. Rouanet, artigo citado (p.461).
53. Idem (p.464), em citação do clássico de Erasmo, *Elogio à Loucura*.
54. Conforme Montoya Rojas, no prólogo à edição brasileira dos *Sete ensaios*.
55. Nesta mesma direção, Caio Prado nota positivamente que – contrariamente à suposição de que o índio é um povo indolente – no “extremo Norte do Brasil”, onde os povos nativos ainda predominam, “o indígena mais adaptado ao meio é bastante eficiente [em suas atividades] – em *Formação do Brasil contemporâneo* (p.107).
56. Löwy, *El marxismo en América Latina* (p.97).
57. Sobre o tema ver especialmente, *Do Contrato Social*.
58. Sánchez Vázquez, *Filosofia da práxis* (p.33).
59. *Obra aberta* (p.234-235).
60. Além da auto-segregação crônica e do individualismo como hábito que acarreta o uso indiscriminado do carro particular (caixa tecnológica isolada e indiferente), segundo o ministério do Meio Ambiente do Brasil, em 2009 as emissões de monóxido de carbono por parte de automóveis corresponderam a 83% do total (bem superior à Indústria), enquanto aos ônibus coube apenas 2%. E contraditoriamente, parcela significativa das esquerdas brasileiras continua reivindicando menores tarifas em pedágios, antes de protestar contra o monopólio das empresas rodoviárias e o desmonte das ferrovias (do neoliberal FHC).
61. *O mal-estar na civilização*, S. Freud (p.149). O grifo é do próprio Freud.
62. Não cabe aqui enveredar nesta discussão, posto que todos estes problemas são amplamente conhecidos e divulgados há tempos por meio de inúmeros relatórios científicos (inclusive da ONU).
63. Livro I, Cap. V (pp.142-146) e Livro II, Cap. XIII (p.100).
64. Conforme afirma S. Vázquez, em *As ideias estéticas de Marx* (p.155). Ele diz ainda: “a oposição entre arte e capitalismo é uma oposição radical, que tem por base a contradição, descoberta por Marx em 1844, entre o capitalismo e o homem” (p.283). Ver a respeito: “A ideologia em geral”, em *A ideologia alemã*, e os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Observe-se aqui que sendo o Homem um ser essencialmente criador, em seu desejo cotidiano pela criação (busca do “*novor*”) pode-se identificar um embrião da atitude consumista atual – pois em meros serviços utilitários e fastidiosamente repetitivos não se permite o exercício da *criatividade*; deste modo, com uma existência esvaziada de sentido, tenta-se encontrar a satisfação revigorante da *novidade* – ainda que fugaz – no consumo de um novo objeto onde, ao menos, *dispersa-se* a atenção. O ato de *consumir* é também forma de *convencer-se* a si mesmo do suposto *poder* (ou *vantagem*) de se ter uma ocupação diária estúpida que explora e consome os mais vigorosos anos da vida.
65. Em entrevista, no documentário “Trópicos da saudade: Claude Lévi-Strauss e a Amazônia”.
66. Em *Grande Sertão: veredas* – obra prima da filosofia *não-categórica e intuitiva* contemporânea.
67. Apesar da explícita necessidade de ações de resistência (e de enfrentamento), hoje no Brasil, dentre os partidos legalizados, constata-se que apenas um (o PCB) apoia publicamente as vizinhas grandes lutas armadas revolucionárias

da América – as guerrilhas colombianas (FARC e ELN) e a mexicana (EZLN). Conforme se tentou expor neste artigo, isso parece denunciar excesso de *intelectualismo* por parte dos socialistas contemporâneos, à revelia de *esperança* e *solidariedade*; bem como uma falta de compreensão de que cada povo, mediante sua realidade, deve construir sua própria alternativa de combate, não cabendo regras universais ou receitas – mas o que se necessita sim é que os lutadores se apoiem entre si, sem espaço a mesquinhas divergências de método.

68. Preconceito “clássico” é aquele que brada contra o suposto *narcotráfico* que passaria armas a movimentos revolucionários – como se as transações comerciais capitalistas *legais* fossem menos desonestas e degradantes (sem se entrar no mérito das exceções de um estado de guerra).
69. Entrevista que me foi concedida por membro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, em 2001, na cidade de San Vicente de Caguán, então controlada pela guerrilha.
70. O leitor atento há de ter reparado que hoje *todos somos iguais* – ou ao menos é esse o objetivo generalizado dos considerados *sãos* ou *normais*.
71. Poeta e militante amazonense, desterrado durante a ditadura civil-militar (em *Poesia comprometida com a minha e a tua vida*).

Bibliografia

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CÂNDIDO de Mello e Souza, A. “O Portador” (Posfácio). In: NIETZSCHE, F. W. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FREUD, Sigmund. “O mal-estar na civilização”. In: *Freud* (Coleção “Os Pensadores”). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FROMM, E. *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GUERIN, Daniel. *Um ensaio sobre a Revolução Sexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

INGENIEROS, José. *El Hombre mediocre*. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1917.

JOHNSTON, T. *Pensamento político de Freud*. Rio de Janeiro: Editora “O Cruzeiro”, 1969.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LÖWY, Michael (org). *El marxismo en América Latina*. México, Era, 1980.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Defensa del marxismo*. Lima: La Haine, sd.

_____. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- _____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular / Clacso, 2008.
- _____. “El problema indígena en América”. In: LÖWY, M. (org). *El Marxismo en América Latina*. México: Era, 1980.
- MARX, K. *Manuscritos: economía y filosofía*. Madri: Alianza Editorial, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K. ; Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense: 2000.
- _____. Notas introdutórias à lógica dialética. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- ROUSSEAU, J-J. “Discurso sobre as ciências e as artes”. In: *Rousseau* (Coleção “Os Pensadores”). Porto Alegre/São Paulo , Globo/Abril Cultural, 1973.
- SARTRE, J-P. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- SECCO, L. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- VÁZQUEZ, A. Sánchez. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ZEA, Leopoldo. *A filosofia americana como filosofia*. São Paulo: Pensieri, 1994.



Rafael Correa

Encruzilhada: Reformismo Social e Disputa de Hegemonia

Processos políticos e movimentos populares no Equador atual

Francisco Hidalgo Flor

Professor na Escola de Sociologia da Universidade Central do Equador, membro do centro de investigações para o desenvolvimento - CINDES

Tradução: Marisa de Oliveira

Este texto propõe-se analisar os processos políticos vividos no Equador de 1990 até os dias de hoje, assumindo a perspectiva de tendência de esquerda ancorada nos movimentos populares. Para esta análise toma-se como marco teórico o conceito de disputa de hegemonia. Parte-se de seu reconhecimento como um único processo com vários momentos políticos, que tem início com o levante indígena do Inty Raymi e vai até o triunfo eleitoral de Alianza País. Dá-se uma interpretação específica ao movimento indígena, como protagonista integral de uma reforma cultural, que assenta suas bases para um novo projeto social, e outra às classes e camadas médias urbanas, que sintetizam as demandas de cidadania. No texto a nova situação é caracterizada como uma dualidade, o entrecruzamento de um projeto de modernização do estado com o de reforma democrática. Gera-se assim uma situação de encruzilhada, que se inicia com o período 2006-2009, o qual pressiona a esquerda tradicional e os movimentos populares a vislumbrar uma viragem estratégica. Dispõe que a síntese desse processo encontra-se no processo constituinte e nos conteúdos-chave da Nova Constituição, que acolhe em boa medida as demandas fundamentais dos movimentos populares e sociais e coloca-os em um projeto comum “para frente”.

Entrecruzamento de Caminhos

Encruzilhada, o ponto onde se cruzam dois ou mais caminhos, é uma palavra que é comumente usada também para se descrever uma situação difícil, na qual acaba sendo complexo estabelecer o rumo a seguir; qualquer resolução implica riscos, pois não se está certo sobre aonde levam as rotas que se abrem, correndo-se sempre o risco de uma surpresa.

O processo político e social que se instala no final de 2006 constitui uma encruzilhada; para os movimentos populares, estabelece vários propósitos, políticos e teóricos, mas apresenta também um sinal de esperança.

Os velhos caminhos percorridos, que permitiram chegar a esse ponto de ruptura, já não são suficientemente válidos para os novos cenários, que pedem reposicionamentos estratégicos e uma prática hábil na conjuntura.

Os movimentos operário, indígena, camponês, estudantil, em grande medida, ligados a partidos de esquerda com tradição, foram decisivos para gerar as condições de uma crise de hegemonia para o modelo neoliberal, mas não são os condutores do novo processo de reformas.

O processo que se abre em 2006 toma como lemas: “deixar para trás a longa noite neoliberal”, “acabar com a partidocracia”; e “revolução cidadã”. Não é nem mais nem menos que isso.

Processos Políticos e Hegemonia

Para proceder à análise, neste artigo adota-se a perspectiva de disputa e crise de hegemonia.

O conceito de hegemonia refere-se ao fato de um projeto ou estratégia de uma classe social concreta, ou de um círculo dirigente econômico-político, requerer não só o momento da força, a capacidade de imposição, mas também a busca por adesão, por construção de consensos com um conjunto de classes e grupos sociais, que tornem viável esse projeto ou estratégia.

Somente essas adesões ou consensos entre várias classes e estratos sociais poderiam garantir a sobrevivência, no longo prazo, de uma proposta econômico-político-social, de transformação radical, que não pode deixar de implicar uma reforma ética e moral.

Ao tomar como referência a teoria da hegemonia, devemos reconhecer sua complexidade. O mais destacado de seus teóricos foi

Antonio Gramsci, que abordou o tema várias vezes em seus célebres *Cadernos do Cárcere*, em um deles (Caderno 8 & 21 e 52)¹ propõe os seguintes temas: i) a questão do homem coletivo e o indivíduo no paradigma da condução política; ii) a questão da revolução em contextos de sociedade civil fortalecida; iii) a questão das ideologias como instrumento da ação política.

Ainda no Caderno 8, propõe um segundo nível de análise: o debate sobre revolução-restauração, que pode conduzir a uma situação de revolução passiva (C 8 & 51);² e, a questão da consciência política das classes trabalhadoras (C 8 & 169).³

Finalmente Gramsci precisa que “o conceito de hegemonia só pode nascer depois do advento de certas premissas, a saber, as grandes organizações populares de tipo moderno, que fazem o papel de ‘trincheiras’, e as formas permanentes da guerra de posições”.⁴

Visão Geral do Processo Econômico-Social

A hipótese principal é que no processo político compreendido entre 1990 e 2006 apresenta-se uma crise do projeto oligárquico-neoliberal, de cujas expressões, uma é a impossibilidade de construir hegemonia, o que por sua vez possibilita uma dinâmica social a partir de baixo caracterizada por: a) consolidação do movimento indígena, sujeito social que contribui para uma reforma cultural, b) mas não consegue afirmar uma direção política popular do processo; c) a direção transfere-se para as classes médias com um projeto de reivindicações cidadãs; d) isso configura uma nova situação, a modernização de um Estado que inclui a sociedade civil; e e) isso demanda uma profunda mudança de estratégia nos movimentos populares e na esquerda socialista.

Podem-se identificar nesse processo quatro momentos: i) entre 1990 e 1998, do levantamento indígena do Inti Raymi até a crise bancária; ii) em seguida, entre 1999 e 2003, da crise bancária e da dolarização até o processo eleitoral de que Gutiérrez sai vencedor; iii) entre 2003 e 2006, do governo de Gutiérrez, sua queda e o processo eleitoral em que triunfa Correa; iv) o governo de Alianza País.

Num primeiro momento, afirma-se a aplicação do modelo neoliberal, mas este coincide com a consolidação do movimento indígena, que vai lhe dar um conteúdo diverso ao da resistência popular, por suas demandas étnicas e culturais em um país que carrega o peso do colonialismo. Isso é determinante, pois os setores populares têm uma proposta que lhes outorga a possibilidade de

disputar a direção, o sentido do processo.

Num segundo momento, torna-se evidente a crise do modelo e a capacidade política dos partidos oligárquico-neoliberais se desmorona, ao passo que os movimentos populares ganham em protagonismo e capacidade de mobilização, ao ponto de armarem um acordo eleitoral que lhes permite ganhar as eleições.

O terceiro momento está marcado pelas turbulências no governo e na institucionalidade oficial, as debilidades dado o tipo de alianças construídas e a emergência de uma corrente especificamente das classes e camadas médias, com as bandeiras da cidadania.

O quarto momento é a consolidação do governo de Alianza País, que por sua vez marca uma situação de dualidade, com uma fase de reforma social mas atada a uma modernização do estado e a adesão de bases sociais não orgânicas que no entanto conta com o apoio de uma parte do movimento popular organizado.

Crise do Modelo Oligárquico-Neoliberal, Sem Hegemonia

A implementação do modelo neoliberal, que no Equador caracterizou-se por uma dinâmica de reprimarização exportadora,⁵ vem dos anos 1982 e 1983, com os primeiros acordos com o FMI e o Banco Mundial, e se assenta em modelos oligárquicos na economia e na política.

Inicialmente desmontou as débeis instituições do desenvolvimentismo, reduziu o já pequeno aparato estatal, reconcentra-o segundo os interesses dos círculos econômicos oligárquicos, por exemplo, o setor agrário, diretamente traduz-se em subsídios e programas de incentivo à agro-exportação; no setor petrolífero, dedica-se a garantir as inversões transnacionais; no setor financeiro, à liberalização do sistema bancário. Não há um intento de construir nexos e relações com as economias populares, que são deslocados dos programas produtivos para os programas de atenção aos marginalizados, quando não são levados a uma franca exclusão.

Reciclou as formas políticas oligárquicas, cujos nexos de comunicação com os setores populares baseiam-se em clientelismo básico, o melhor exemplo é a recomposição do *Partido Socialcristiano* e o traslado de seu eixo do gamonalismo serrano para o *gamonalismo* costeiro, sob a égide de León Febres Cordero.

Por fim seu principal expoente eleitoral era o exportador de bananas Álvaro Noboa, conhecido por adotar formas de exploração

primitivas, um discurso político elementar e uma estrutura eleitoral à imagem e semelhança de suas empresas.

Esse modelo oligárquico, agravado pelo “deixe fazer, deixe passar” neoliberal, entra em colapso nos anos 1998 e 1999, com a crise bancária, que desarticula a economia nacional, destrói forças produtivas, agudiza a pobreza e a marginalização nos setores populares e, em seguida, impõe a ela a dolarização.

Nessas condições de crise o clientelismo não dá conta de sustentar qualquer tipo de adesão dos setores populares, e como a isso se somam as disputas entre frações nas classes dominantes, temos o cenário de quebra.

Lucio Gutiérrez chega à presidência em 2003, mas não compreende o momento histórico e faz um governo de entrega de cargos a seus aliados populares; mas a essência da práxis econômica se sustenta no neoliberalismo, apostando nas negociações de um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.

Movimento Indígena e Reforma Cultural

A evolução positiva do movimento social no Equador, até o ponto de se tornar decisivo para a débacle do modelo oligárquico neoliberal, não teria sido igual sem o protagonismo que o movimento indígena alcançou na década de noventa e início dos anos 2000.

A consolidação do movimento indígena, com suas propostas de inclusão social, de multiculturalidade, interculturalidade e plurinacionalidade, foi decisiva para que os movimentos populares pudessem estruturar uma proposta alternativa com capacidade de liderança e adesão nas classes populares.

O movimento indígena nesse período desmascarou e enfrentou velhos assuntos da opressão, iniquidade e marginalização que caracterizaram a dominação oligárquica e dependente, como são o colonialismo, o racismo e a exclusão.

Isso permitiu ao campo popular superar o baque gerado pela crise do movimento operário e do projeto socialista, e articulou as demandas classistas e nacionalistas com as demandas culturais e étnicas.

A incidência desse processo não se limitou ao âmbito político; motivou um ambiente de reforma cultural e intelectual que foi decisivo para que os discursos da tendência adquirissem uma perspectiva ampla. Os próprios círculos estritamente artísticos e científicos também sentiram este influxo e tremores.

Essa reforma cultural, uma das principais contribuições do movimento indígena, se expressa no combate ao colonialismo, à dependência intelectual eurocêntrica e ao desmascaramento do racismo; coloca em discussão os sentidos da mestiçagem e o papel dos povos e cidadãos mestiços ante as demandas das nacionalidades indígenas; põe no debate o tema do estado-nação como o instrumento de homogeneização da população, que esconde a imposição de um modelo de desenvolvimento e de sociedade que destrói a natureza e os seres humanos.

Essa reforma cultural vai de encontro aos pilares da modernidade burguesa: o extrativismo, os conteúdos e sentidos do progresso, e a nação.

O Equador vai deixando de ser o país com um âmbito cultural “municipal e espesso”, como uma vez o qualificou Agustín Cueva, para adquirir importante riqueza e variedade discursiva e interpretativa.

Os Outros Movimentos

A configuração da tendência à mudança não foi possível só pelo movimento indígena; aí estiveram também as organizações operárias, as organizações estudantis e do magistério, os diversos movimentos ecologistas e de mulheres.

A resistência ativa, persistente de todos esses movimentos, permitiu manter, consolidar e tornar poderosa a corrente popular contra o modelo neoliberal e as formas oligárquicas.

Dentro das organizações operárias destacaram-se aquelas vinculadas às empresas estatais, especialmente nos ramos de petróleo e energia elétrica, defendendo a propriedade estatal sobre esses setores estratégicos da economia nacional contra as privatizações e a expansão das transnacionais.

Dentro das organizações estudantis e do magistério esteve presente a luta em defesa da presença predominante do Estado na educação e na saúde, contra as privatizações e a fragmentação desses serviços públicos, em nome da descentralização.

Um âmbito especial da luta dessas organizações foi em defesa de uma previdência social pública e solidária, contra a criação e transferência do IESS (*Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social*) para as agências de fundos privados.

Os movimentos ecologistas foram importantes na construção

dessa tendência, pautando a luta contra o neoliberalismo desde a ótica de sua destruição dos ecossistemas e a depredação da natureza; esse setor resgata o conceito de *sumak-kawsay*, ou bem viver, que faz parte do saber dos povos e culturas ancestrais.

As organizações de mulheres contribuíram solidamente para essa tendência, enriquecendo a visão e as propostas de uma equidade integral e da participação política direta.

Debilitamento

Mas o movimento indígena que foi tão decisivo no transcorrer deste processo, situado na liderança do campo popular e no enfrentamento aos cenários políticos nacionais e ao devir próprio de uma confrontação nacional e classista no momento de crise oligárquico-neoliberal, saiu debilitado e dividido de sua passagem, na condição de aliado, pelo governo de Lucio Gutiérrez, nos anos 2004 e 2005.

No debilitamento do movimento indígena está presente também um elemento estrutural; partes significativas das populações indígenas são camponesas, e viveram nestes anos um processo de desestruturação de suas agriculturas, em disputa com a agro-exportação em expansão, com a proeminência de formas subordinadas impostas pelas agroempresas, e a forte onda migratória para os centros urbanos e também para Estados Unidos e Espanha.

Saída da Crise e Demandas Cidadãs

O modelo oligárquico neoliberal entrou em momento de crise acelerada e isso marcou o devir das forças sociais e políticas no triênio 2003-2006; os pactos que haviam sustentado esse projeto se desfaziam, e gerou-se uma espécie de vazio, que se expressou em abril de 2005, na denominada “revolta dos foragidos”, com a queda do governo de Gutiérrez e a ascensão de Palacios à Presidência.

Lamentavelmente o movimento indígena e outras forças da esquerda com tradição, que haviam colaborado com o mencionado governo, também sofrem uma decadência.

O cenário muda e começam a ganhar força as demandas de cidadania, e em torno delas aglutinam-se as classes e camadas médias da população, especialmente das zonas urbanas da região andina.

A identificação econômica do caráter da crise, como crise oligárquico-capitalista, perdeu força de convocatória, e em seu

lugar ganhou peso o discurso que a identificava como uma crise das formas de representação e da prática institucional, a desmoralização da “partidocracia”.

A centralidade do debate se transfere para as classes médias, pois a classe operária continua muito abalada.

No campo econômico ganham força as demandas de soberania e de recuperação das atribuições do Estado nas relações com o mercado, por exemplo, nos debates a respeito da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, nas negociações com as transnacionais petroleiras.

Nesse contexto é que surgem os diversos núcleos que vão conformando Alianza País e também a figura pública de Rafael Correa, que era Ministro de Economia e Finanças.

Articula-se uma proposta eleitoral que recupera, por um lado, as demandas requerendo transparência e participação nas instituições públicas, especialmente nos cargos eletivos, como os do parlamento ou o do executivo. Quem manda é o povo, os governantes devem decidir de acordo com esse mandante; e, por outro lado, recuperar o controle estatal sobre as áreas estratégicas da economia, como o petróleo, e proteger as economias nacionais dos perigos da globalização dos mercados.

A saída da crise dá-se no cenário das eleições de 2006, cujos resultados anunciam um novo rumo; no primeiro turno colocam Rafael Correa em disputa com Álvaro Noboa e no segundo elege o àquele presidente.⁶

A Nova Situação

O projeto de imposição neoliberal e a totalização do mercado estão derrotados; mas o sistema capitalista tem muitas faces e sabe variar estratégias.

Mas o grau de abertura, a magnitude das concessões a negociar, não se decidem só em seu campo; pois ao mesmo tempo apresenta-se uma tendência ou corrente nas classes populares que põe em questão aspectos fundamentais da dominação, embora ainda não se cogite a transformação total.

A vitória de Correa e Alianza País, com seu programa de revolução cidadã, que incorpora a bandeira da Assembleia Constituinte e da nova Constituição, caracterizam um novo momento. A transcendência de uma situação de crise no modelo

oligárquico-neoliberal e uma saída fundada em soberania, participação e democracia, com todas as limitações que possa haver, é um acontecimento que supera o âmbito nacional e dá conta de processos regionais.

A globalização neoliberal penetrou e fraturou as economias e sociedades latino-americanas, mas não as submeteu; encontrou resistência e oposição, em alguns lugares houve condições mais propícias que em outros.

Percebe-se que sua crise compromete não só o aspecto econômico, mas afeta ainda o conjunto de processos que permitem e garantem a reprodução da vida e da natureza.

O campo popular ainda não alcança uma coesão, tem muitas potencialidades, mas as limitações abertas com a derrota do projeto socialista do século XX não foram superadas.

Não se pode perder de vista que os povos aprendem em sua prática social e política, que é importante acompanhá-los e promover uma conscientização. Não se restringiu a vanguardas isoladas, carentes de nexos com a práxis política concreta das classes populares.

Não é a situação de uma quebra profunda do sistema capitalista, mas sim a presença de uma pressão social por reformas substanciais, que provém dos principais atores: movimento indígena, organizações de trabalhadores estatais, agrupamentos sociais que reivindicam os direitos das mulheres e o direito à água e à alimentação, das redes ecologistas.

Modernização Estatal: Sociedade Política + Sociedade Civil

Na situação política que se configura na nova conjuntura, há uma disputa de sentidos e de projeção do processo.

Num sentido está determinado pelo projeto progressista, que implica rupturas com o modelo oligárquico-neoliberal, renegocia modernização do Estado, renovação da economia e da institucionalidade pública e gera acordos sociais que permitam a governabilidade.

A modernização da economia implica recuperar o papel do estado – planejando e controlando o mercado, consolidando a intervenção direta na produção, em especial nos recursos chave da economia, como o petróleo, o comércio exterior – e limitar a dependência em relação às transnacionais.

Procede-se à recuperação da institucionalidade pública, para que esteja presente nos setores e áreas que foram abandonados e entregues ao capital privado, como a saúde, a educação, a agricultura, os direitos trabalhistas, os povos indígenas.

Trata-se de afirmar a base social, ganhar a adesão popular ao projeto, agir para que as decisões de governo contem com o apoio dos setores envolvidos ou afetados, implementar mecanismos de gestão participativa.

Isso significa uma sociedade moderna, isto é, uma sociedade política com sociedade civil, um projeto de poder que conte com adesões, rede de instituições, organismos, associações que, penetrando na sociedade, vão tecendo e garantindo consensos.

No interior dessa tendência, sem embargo, estão presentes setores políticos e intelectuais que aspiram a um horizonte mais amplo, um projeto alternativo, que na contracorrente esboça um modelo de desenvolvimento totalmente diferente do neoliberal, com reformas substanciais no capitalismo, baseado nas economias populares, nos pequenos e médios produtores do campo e da cidade, visando à transferência de mais-valia, dos setores empresariais de ponta para os camponeses e artesãos, assim como à melhora dos salários e das condições de trabalho das classes trabalhadoras.

Articula as propostas classistas populares e nacionalistas, com a cosmovisão andina e suas formas de conciliar a evolução da produção com o bem-estar coletivo.

O outro setor que disputa o sentido do processo, são os setores burgueses que buscam limitar, conter, o impulso popular, canalizá-lo em uma proposta de mera modernização, realizar as menores concessões possíveis, sem mexer em aspectos estruturais, como trocas de figuras no governo sem cortar os cabos fundamentais do poder econômico e político. Ajustes técnico-administrativos sem reforma social.

Finalmente estão os setores abertamente oligárquicos, que se movem nos níveis da conspiração e mantêm o discurso de abertura e diminuição do estado.

Essas disputas entre tendências se dão em torno do governo, mas também em torno da instituição política que os abarca: Alianza País.

Alianza País em sentido estrito não é um partido político, e sim um movimento político-eleitoral que reúne em seu interior várias tendências, algumas delas com posturas próprias, outras na

esteira de certos líderes ou caudilhos locais ou regionais. Boa parte identifica-se com a esquerda, mas com a “sem tradição”. A figura de Rafael Correa e seu discurso é o que os articula.

Quais são as questões em disputa?

O que se abre no Equador, na conjuntura 2006-2007, é a transição para outra modalidade de acumulação e outro jogo de alianças de classes, mas é também um momento de ruptura gerado por pressão “de baixo”, e não um golpe de estado “de cima”. Portanto há um componente de pressão por conquistas democráticas de maior alcance, que supera os limites previstos nas instituições estabelecidas.

É um momento especial, no sentido de que a débâcle dos padrões de dominação oligárquico-neoliberais coincide, e também faz parte, de um contexto de crise internacional do capitalismo, que começa a se manifestar em toda sua magnitude, na quebra de uma forma de domínio mundial, como é a unipolaridade dos Estados Unidos da América, e na crise dos capitais especulativo-financeiros, os quais acarretam processos agudos de exclusão, marginalização e destruição da natureza e do trabalho.

É uma problemática que no caso equatoriano tem uma saída progressista, uma vez que gera condições para afirmar conquistas das classes populares, e se alinha, no âmbito internacional, com forças que pressionam por um novo contexto que afirme uma multipolaridade, que construa alianças regionais e estabeleça controles internacionais e nacionais sobre o capital financeiro e as transnacionais.

É uma conjuntura de transição, sobre a base da proposta de modernização do estado (sociedade política + sociedade civil), mas em que se é obrigado a fazer concessões, que é a abertura de um movimento constituinte com participação social, somado com o enfrentamento da crise capitalista (crise financeira + crise industrial + crise alimentar + crise ambiental).

Isso conforma um desafio político, de construir o tecido de interrelações dos diversos sujeitos envolvidos e a possibilidade de consolidar uma intelectualidade orgânica que assuma os desafios destacados.

Mas também um desafio teórico e programático para a esquerda com tradição, que carrega a irresoluta crise do projeto socialista e que necessita dar passos no sentido da superação, neste contexto.

Trata-se de ganhar tempo para que a organização popular histórica possa assumir o desafio de reconstruir uma teoria e um projeto político histórico, sobre a base de sujeitos políticos diversos e multiculturais.

Pensadores equatorianos identificaram há algum tempo que, nesse âmbito estratégico, um problema crucial, evidenciado pelo processo político vivido no Equador, é o “sujeito restringido e unilateral”,⁷ frente ao qual a tarefa é “o trabalho e a reflexão sobre formas de construção intersubjetivas, que gerem resultados multiculturais e uma visão pluralista emancipadora”.

Jaime Breilh precisa que “a construção emancipadora intersubjetiva seria então uma superação dialética da construção emancipadora convencional da esquerda mestiça, que foi em grande medida monocultural. Monocultural não só no sentido de sua linha “eurocêntrica”, ou fortemente referenciada pelos parâmetros do pensamento da modernidade “ocidental”, mas também monocultural androcêntrica”.

De alguma maneira essa questão chave, de reconhecer a crise do sujeito unicultural e centralista, como eixo de um processo revolucionário, é também compartilhado na análise de Bolívar Echeverría sobre os desafios atuais para o pensamento marxista.

Sustenta que “nos tempos atuais, a “subjetividade” não só se dispersou, como recorreu a inúmeras metamorfoses, muitas delas surpreendentemente enganosas. O “contrapoder” permanece mal-esboçado, reativo a constituir-se enquanto tal; afirma-se mais com a qualidade de uma “não potência” ou como uma resistência difusa cujo “poder” seria completamente de outro tipo”.⁸

E acrescenta: “a reticência por parte do protosujeito, que trabalha anonimamente contra a modernidade capitalista, a constituir-se em sujeito, provém sobretudo do respeito que tem por sua própria diversidade, ou seja, deve-se à sua aceitação militante de um fato agora inegável – depois da ilusão moderna da uniformidade: a dispersão dos significantes que prevalece como movimento essencial dessa resistência social”.

Encruzilhada e Viragem Estratégica

A esquerda com tradição e os movimentos populares enfrentam múltiplos desafios, que lhes obrigam, sob pena de perder os espaços sociais e políticos ganhos, que no Equador não são poucos, a uma viragem em suas estratégias quanto à práxis política

e à democracia, a construção do bloco popular, as vias de acesso e concepções sobre o poder.

As vicissitudes do processo político analisado, que cobre duas décadas, colocam-no ante o problema da disputa de hegemonia como aspecto estratégico central, no marco de um novo status político e mudança de modelo, do estado oligárquico-neoliberal para o estado moderno-progressista, mas também de uma conjuntura que se abre a um reformismo social.

É sobre a base do reformismo social que se vai tecendo um novo consenso, e esse é o sentido profundo da encruzilhada, e que tem várias opções: a) participação e pressão pelo sentido das reformas, o qual implica envolvimento dos setores sociais e ao mesmo tempo defesa do novo *status* político, ameaçado pelos setores oligárquicos desalojados do poder; ou b) denúncia do sentido profundo do novo *status* político e oposição frontal a ele, reivindicando uma proposta diretamente anticapitalista.

Essa encruzilhada não é uma questão exclusiva do Equador, e sim de vários países latino-americanos, e tem uma particularidade em relação a outros momentos históricos, mais ou menos similares: o cenário se dá em torno de governos resultantes de processos eleitorais com ampla participação popular e de um debate consistente sobre a democracia, inclusive com processos constituintes em seu interior.

A decisão a favor de uma ou outra das opções colocadas, para a organização da esquerda histórica, passa por valorar ou não esse sentido democrático e a participação direta das classes populares nos processos políticos.

Na tradição da esquerda equatoriana a questão democrática fora vista desde uma perspectiva instrumental e com suspeita. Hoje se vê levada a fazer seus os sentidos revolucionários de uma visão democrática.

Um dos campos em que os setores oligárquico-neoliberais foram derrotados foi precisamente no discurso e nas práticas em torno da democracia. O movimento indígena, por exemplo, desde 1990 defendia a nova Constituição e a Assembleia Constituinte como a via adequada, e uma das propostas chaves de Correa e País na campanha eleitoral de 2006 foi expressamente a Assembleia Constituinte e a nova Constituição.

As batalhas futuras, ao menos durante o processo histórico que se afirma, vão-se a seguir realizando nos conteúdos e formas da democracia.

A esquerda com tradição e os movimentos populares enfrentam um Estado fortalecido, muito diferente da velha situação de um Estado debilitado, pois agora conta com uma sociedade civil articulada a seu projeto, e isso demanda uma viragem estratégica.

Isso implica a caducidade da via rápida de assalto ao poder, que requer como sujeitos uma classe mobilizada, uma vanguarda esclarecida e um aparato militar eficiente. Pois agora o poder é muito mais que apenas “o palácio de inverno”, ao estar cercado de sociedade civil, ou seja, de consensos com várias classes.

Agora se trata de assumir plenamente uma estratégia de longo prazo, e de aglutinar ao seu redor trincheiras de espaços políticos, orgânicos e culturais. Isso demanda uma compreensão teórico-política diferente. Assim o viram também outros estudiosos da realidade latino-americana, entre eles o argentino Atilio Borón: “a conjuntura atual do capitalismo nos exige retomar as posições gramscianas, se é que queremos compreender as condições concretas sob as quais será possível lutar efetivamente pela causa do socialismo”,⁹ e por isso recorda-nos que “é a Gramsci que cabe a honra de ter pensado uma estratégia política revolucionária de «longa duração», para a qual forjou um aparato conceitual: «guerra de posições», concepção «ampliada» do Estado, «hegemonia», explicitamente desenhado com esse objetivo”.

Retornando a uma das citações que abriu este artigo: “o conceito de hegemonia só pode nascer depois do advento de certas premissas, a saber, as grandes organizações populares de tipo moderno, que representam as ‘trincheiras’ e as formas permanentes da guerra de posições”; podemos dizer que, nessa conjuntura, abre-se para a esquerda equatoriana a questão da disputa de hegemonia como a estratégia fundamental; as premissas que marcam a situação política assim o determinam.

O Signo Político de “Esperança” e “Mudança”

Para concluir, nos processos políticos há um espaço que escapa à análise conceitual e se move nos âmbitos da subjetividade social, que é o fator não controlado, o do azar, que pode desestabilizar as estratégias friamente calculadas.

Tentando recuperar esse âmbito da subjetividade, ao encerrar o artigo não podemos deixar de ressaltar a aspiração de mudança, em torno a referências aparentemente abstratas como a esperança que motiva as classes e camadas populares a manter o desejo de transformação.

É um sentimento e aspiração de esperança, em circunstâncias de uma crise que se agudiza, de rebelião contra estruturas de poder muito antigas, que se mantêm incólumes; um desejo de transformações profundas, que são colocadas a favor de um líder carismático, como consequência de uma velha escola populista, que busca as identificações entre povo e caudilho.

Mas é um sentimento que abre a porta a novos processos políticos, que abalam correlações de força, que levam tendências a se radicalizarem, e demanda autenticidade, coerência entre o discurso e a prática.

Essa esperança hoje é canalizada na via de eventos eleitorais e das instituições políticas dadas; isso tem vantagens e desvantagens; a característica mais importante, já assinalada, é a que coloca no centro do debate a questão da democracia. Esse é o signo dos tempos presentes.

Síntese do Processo político: Constituição de 2008

O dever dos movimentos populares, suas lutas de longo fôlego e suas propostas renovadas dessas duas últimas décadas, no cenário de um complexo processo político vivido nesse período histórico, encontra um momento de síntese na Assembleia Nacional Constituinte de 2007-2008 e nos conteúdos da nova Constituição.

A questão da constituinte, entendida como refundadora das bases do estado-nação, já estava presente nas demandas do movimento indígena no início dos anos 90, fundamentalmente questionando as concepções racistas, discriminatórias, coloniais que marcaram a república ao longo dos séculos XIX e XX.

Logo, na luta contra o modelo neoliberal, a demanda de um processo constituinte ganhou novos conteúdos, dada a necessidade de estabelecer um modelo de desenvolvimento em um sentido oposto ao da globalização dos capitais e mercados, em detrimento das condições de vida dos povos e dos recursos naturais.

Os novos movimentos sociais, especialmente o ecologista e das mulheres, também foram encontrando na demanda constituinte a possibilidade de fixar novos direitos com relação à natureza, limites ao produtivismo e um projeto nacional sustentável, assim como o reconhecimento de direitos à mulher de uma presença mais efetiva nos espaços econômicos e políticos.

Os setores dominantes pretenderam manipular essa demanda com a Assembleia e a Constituição de 1997, ao estabelecer

formalmente vários direitos sociais e políticos, mas sob a afirmação do modelo social de mercado.

Essa manipulação fracassou à raiz da crise econômica de 1999 e da crise política de 2005.

Nessas condições recobrou força a demanda social de um verdadeiro processo constituinte e uma nova Constituição, que efetivamente estabelecesse os preceitos de um novo modelo de desenvolvimento, distinto do neoliberal, determinassem os caminhos para uma ordem econômica e social equitativa e sustentável, reconhecessem a diversidade humana, econômica e cultural do país, e elaborasse um norte de modernidade com justiça e liberdade.

O consenso político ganho pela bandeira da Constituinte e da Constituição refletiu-se na contundência dos resultados eleitorais em relação ao referendo para convocar a Assembleia Nacional Constituinte: 81% favoráveis à sua convocação; à conformação da própria Assembleia: 75% de seus membros provenientes da tendência de esquerda; e ao referendo aprobatório da Nova Constituição: 64% pelo sim.

O mais importante é que o processo constituinte 2007-2008 deu lugar a um texto constitucional que na verdade, evidentemente com limitações, sintetiza as demandas principais cujo protagonismo os movimentos sociais e populares foram exigindo ao longo desses anos.

A Constituição de 2008 contém compreensões novas sobre a organização da sociedade, das relações entre a base produtiva e a natureza, a fim de garantir a reprodução da vida digna para a maioria dos equatorianos e das equatorianas; elabora um programa econômico e político reconhecidamente distinto do modelo neoliberal e do produtivismo extrativista; marca as pautas para logros democráticos chaves, garantias para a participação política da sociedade.

Cabe destacar os artigos que referem ao modelo de desenvolvimento social e solidário, direitos e *sumak kawsay* – bem-estar, plurinacionalidade e interculturalidade, direitos da natureza, soberania alimentar e direitos à água – como um verdadeiro aporte não só ao processo político do Equador, mas também à tendência à mudança na América Latina.

Os Desafios

O maior desafio é manter a Constituição como referente e convertê-la de verdade em guia da ação governamental, que embora tenha condições de governabilidade muito favoráveis, tanto no

interior do gabinete de governo, como no seio mesmo de Alianza País, enfrenta fortes disputas.

Quais são as variáveis principais que vão marcar os cenários no novo momento?

Na primeira variável se encontram os caminhos para enfrentar a crise internacional, que supera os temas meramente financeiros ou fiscais. As opções giram em torno dos pesos que terão os grandes circuitos empresariais, ou a possibilidade de consolidar uma área estatal em aliança com as economias populares. Privilegiar-se-á uma via subordinada ou uma via independente?

A segunda variável encontra-se na direção política do processo; abre-se uma etapa de aprofundamento de conceitos e práticas democráticas, ou mantém-se e se consolida uma via caudilhista, que intercede por cima das frações internas do movimento no poder?

A terceira variável é o modelo de desenvolvimento que organiza o conjunto das políticas governamentais. Mantém-se uma concepção desenvolvimentista de pacto estatal-empresarial, ou vai-se impondo uma concepção social e solidária sustentada em um pacto do conjunto das classes populares com o governo, que sobrepeça o meramente eleitoral?

A quarta variável está fora dos circuitos governamentais e diz respeito às formas de fazer política dos setores populares, ou seja, as vias e mecanismos para se converterem em sujeitos com real capacidade de formular e determinar políticas.

Isso só é possível caso se trabalhe com propostas de curto, médio e longo prazo que articulem as agendas de reivindicações próprias com a proposta geral contida na nova Constituição.

Notas

1. Antonio Gramsci. Caderno 8 notas 21 e 52. Em: *Cuadernos de la Cárcel*. México, Edic. ERA e BUAP, 1984, tomo 3, p. 225 e 244.
2. Ibid p. 243.
3. Ibid p 300
4. Ibid p 244
5. Alberto Acosta. *Breve historia económica del Ecuador*. Quito, Edic. CEN, 2000.
6. Os dados eleitorais de 2006: 1o. turno - Noboa: 26,8% ; Correa: 22,8%. 2º turno - Correa: 56,6% (3.517.635 votos); Noboa: 43,3% (2.689.418 votos).

7. Jaime Breilh. "Sujeto histórico: fractura y emancipación: el marxismo y la nueva dialéctica metacrítica". Em: *Revista Espacios* No. 10 (Ecuador, 2001).
8. Bolívar Echeverría. "Lejanía y cercanía del Manifiesto Comunista a ciento cincuenta años de su publicación". Em: *Vuelta de siglo*. México, Edic. ERA, 2006.
9. Atilio Borón. "El posneoliberalismo: un proyecto en construcción". No portal de internet *Rebelión*.

Bibliografía

- Acosta, Alberto. *Breve historia económica del Ecuador*. Quito, Edic. CEN, 2000.
- Acosta, A. e Schuldt, J. *La hora de la reactivación: el mito de la falta de alternativas*. Guayaquil, Edic. ESPOL, 2000.
- Asamblea Nacional Constituyente. *Constitución 2008*. Montecristi, Edic. A.N.C., 2008.
- Borón, Atilio: "El posneoliberalismo: un proyecto en construcción". Em: portal de internet *Rebelión*, accessed em 2004.
- Breilh, Jaime. "Sujeto histórico: fractura y emancipación: el marxismo y la nueva dialéctica metacrítica". Em: *Revista Espacios* No. 10, 2001.
- Echeverría, Bolívar. "Lejanía y cercanía del Manifiesto Comunista a ciento cincuenta años de su publicación". Em: *Vuelta de siglo*. México, Edic. ERA, 2006.
- Gramsci, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*. México, Edic. ERA e BUAP, 2001.
- Coutinho, Carlos. "Gramsci y el "sur" del mundo". Em: *Poder y Hegemonía hoy*. México, Edic. BUAP, 2004.
- Herrera, Miguel Angel. *Introducción a la praxis política gramsciana: hegemonías y contrahegemonías*. Quito, Edic. CINDES, 2008.
- Hidalgo, Francisco. "Los movimientos indígenas y la lucha por la hegemonía". Em: *Poder y Hegemonía hoy*. México, Edic. BUAP – PyV, 2004.
- Hidalgo, Francisco. *Alternativas al neoliberalismo y bloque popular*. Edic. CINDES, Universidad de Cuenca, CETRI – Ecuador, 2000.
- Kanoussi, Dora. *Una introducción a los Cuadernos de la Cárcel*. México, Edic. Plaza y Valdes – BUAP, 2000.
- Martínez, Fernando. "Necesidad de Gramsci en Cuba". Em: *Poder y Hegemonía hoy*. México, Edic. BUAP – PyV, 2004.
- Massardo, Jaime. "La recepción de Gramsci en América Latina". Prólogo a edição castelhana da biografia de Gramsci, de Antonio Santucci. Em: portal de internet *Gramsci Argentina*, 2000.
- Marquez-Fernandez, A. y Diaz – Montiel, Z. "Estado, poder y pueblo: tres conceptos básicos para el análisis de la situación sócio-política latinoamericana". Em: *Transformaciones Políticas*. México, Edic. Libros en Red, 2005.
- Nogueira, Marco. "Un Estado para la sociedad civil". Em: *Revista del CLAD*, No. 14, junio 1999.
- Sacristán, Manuel. *El orden y el tiempo*. España, Edic. Trotta, 1998.

www.mouro.com.br



Conheça a página na internet da
Revista Mouro
e leia as edições anteriores,
disponíveis em PDF



IDEO
graphos



Caio Prado Júnior

Caldeira e sua Leitura de Caio Prado Júnior: Uma crítica fora do lugar

Francisco José Soares Teixeira
Professor de Economia Política da
Universidade Estadual do Ceará (UECE) e
da Universidade de Fortaleza

1. Convite ao leitor

Caldeira abre seu livro com um convite ao leitor para acompanhá-lo numa viagem de exploração ao Brasil colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII. Sua intenção é mostrar e dar provas de que o mercado interno exerceu papel determinante no desenvolvimento da economia colonial; muito mais do que o setor exportador. Ao final da viagem, que consome um pouco mais de dez páginas, recheada de dados estatísticos, oferece aos seus convidados duas alternativas para a leitura do restante do seu livro. Para aqueles que concordarem com seu relato de viagem, sugere que passem

diretamente para a segunda parte do livro, intitulada “Construção”. Ela contém uma sugestão para explicar melhor o cenário: mostrar a figura do empreendedor como peça central para entender a formação do Brasil colonial ao longo dos três séculos anteriores.¹

Se o cenário desenhado nas primeiras páginas soar estranho ao leitor, Caldeira recomenda-lhe a leitura da primeira parte do livro na qual elabora sua crítica a um tipo de modelo de análise, que assume como:

pressuposto aquilo que é justamente o contrário de uma economia colonial de bom desempenho. Aplicando esse modelo, produzem-se avaliações como: o latifúndio agrário-exportador impediu o desenvolvimento do mercado interno; o sentido da colonização era exportar uns poucos produtos e transferir a riqueza para o exterior, deixando apenas pobreza e devastação; a escravidão era a base do sistema, a exploração direta de produtores, o segredo da economia; a colonização escravista produziu um povo analfabeto e uma elite insensível. Tudo isso constituiria uma base de problemas que desemboca na pobreza nacional e na desigualdade de renda brasileira de hoje.²

Esse tipo de análise, continua ele,

não explica apenas a economia interna. Todo o conjunto social é analisado com vistas ao mau resultado que o modelo descreve: a sociedade que a exploração colonial gerava seria, além de pobre, violenta. Tendo na base a exploração do trabalho escravo, no topo estaria o poder concentrado do latifundiário dominador, capaz de explorar, via dependência pessoal, os homens livres. Assim se montaria um sistema político de dominação política oligárquico, com o controle das eleições pelos senhores. Com tudo isso, o conjunto social não progrediria.³

Entre os paradoxos do modelo, como assim entende Caldeira,

não falta um, o ideológico. Uma grande parte dos estudiosos que empregam o modelo do latifúndio agrário-exportador entende que o sucesso desse modelo é resultado da aplicação do marxismo como metodologia. Trata-se de orgulho justificado pela própria força que o modelo adquiriu - e orgulho que certamente será afetado pela necessidade de sua revisão.⁴

O alvo dessa crítica não é outro que não Caio Prado Júnior (CPJ) que aplicou pela primeira vez à análise da realidade histórica brasileira a concepção materialista da história. Como o autor do presente texto não concorda com o cenário traçado por Caldeira, resolveu aceitar sua sugestão de leitura: deixa-se de lado a segunda parte do livro, para acompanhá-lo na crítica que dirige ao autor de *Evolução Política do Brasil (EPB)* e *Formação do Brasil Contemporâneo (FBC)*, ambos, objetos de sua censura crítica.

Esboçado o plano de leitura, é chegada a hora de acompanhar o desenrolar da crítica que Caldeira dirige a CPJ.

2. Uma Pedra no Começo do Caminho

A primeira parte do seu livro é composta de treze capítulos, todos voltados à crítica das duas primeiras obras de CPJ - *EPB* e *FBC*.

No primeiro capítulo, Caldeira censura o autor de *EPB* por se aventurar a escrever uma obra de História sem nenhum conhecimento anterior com essa ciência. Em tom categórico, afirma que

o emprego de “latifúndio” como categoria central para explicar “Brasil” é geralmente atribuído ao livro *Evolução Política do Brasil*, de autoria de Caio Prado Júnior, 1933. Trata-se de uma atribuição muito fora do comum, e não apenas pelo fato raro de apontar para uma criação excepcional para o entendimento geral como obra de um único autor. Ela seria, mais do que isso, produto da criação de um autor que não tinha nenhuma experiência anterior com História e cuja produção intelectual até então se resumia a um artigo em jornal estudantil, tratando de política. Claro, isso tinha relação com o fato de o autor estar completando 26 anos no dia da entrega dos originais à gráfica.⁵

Se *EPB* é criação de um autor que desconhecia por completo a história da realidade brasileira, como entender que é o próprio Caldeira, no terceiro capítulo do seu livro, *História Do Brasil em Família*, quem reconhece que a formação intelectual de CPJ, dos 10 aos 24 anos de idade, deve-se às leituras que fizera das anotações de pesquisa do seu tio, Paulo Prado? Apesar de suas obrigações com os negócios da família, Paulo Prado estudou com profundidade a história do Brasil. E o fez, escolhendo

um caminho próprio. Passou a financiar todos os trabalhos de pesquisa e publicação das obras de Capistrano de Abreu. Fez isso de maneira profissional: montou uma sólida estrutura para que o beneficiado pudesse encomendar cópias em massa de documentos importantes em arquivos – uma raridade reservada para os muitos ricos, naquele momento. Claro, o patrono recebia também uma cópia pessoal, de forma que teve em casa uma coleção de documentos raros da história brasileira da melhor qualidade. Ao mesmo tempo montou uma riquíssima brasileira.⁶

Mais tarde, Oliveira Viana faria parte dos estudos e debates realizados por Paulo Prado e Capistrano de Abreu. As relações entre os três:

ganharam então uma grande integração. Prado recebia os documentos triados por Capistrano de Abreu, os lia e debatia com o pesquisador; Oliveira Vianna foi se incorporando na conversa, participando de reuniões quando vinha a São Paulo fazer conferências ou tratar da publicação de seus livros.⁷

CPJ foi um frequentador assíduo e disciplinado da biblioteca de seu tio, na qual se encontrava todo o material de pesquisa dos trabalhos que Paulo Prado realizou com Capistrano de Abreu e Oliveira Viana. É daí que vem a formação histórica do autor de *EPB*. Quem o diz é o próprio Caldeira, para quem

mais do que esmiuçar as soluções específicas de cada um dos três (Paulo Prado, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana) para a questão única de que tratavam, interessa aqui notar que Caio Prado Júnior, entre os 10 e 24 anos, teve acesso, na casa do tio – que frequentava regularmente – não apenas a um conjunto de fontes primárias e uma grande biblioteca, mas também aos procedimentos de pesquisa de alguns dos mais treinados homens do tempo e a um permanente debate de história. O resultado mais visível do treino que recebeu está nas fichas de leituras que ele começou a acumular. Elas foram montadas com boa ordem, com os títulos dos livros servindo de base para a organização de aglomerados de informações sobre temas.⁸

Para quem antes afirmou que CPJ não tinha nenhum conhecimento de História, quando escreveu *EPB*, esta última citação desdiz a anterior. Caldeira fere assim o princípio da não-contradição, tão caro a Aristóteles. Com efeito, começa com a afirmação de que o autor de *EPB* nada conhecia de História, para, em seguida, afirmar que esse autor detinha, bem antes de publicar esse seu primeiro livro, um amplo conhecimento da história brasileira, que adquiriu com as leituras do material de pesquisa deixado pelo seu tio, Paulo Prado. Ora, quem afirma e nega o mesmo predicado do mesmo sujeito está a negar a própria racionalidade do discurso. Como diria Cirne-Lima,

um tal vivente, que falando diz e desdiz, não está mais a dizer nada. Ele abandona o discurso racional, ele cai fora da razão, e daí em diante tem que ficar calado que nem uma planta.⁹

Ainda que fira o princípio da não-contradição, não é aconselhável amordaçar Caldeira; emudecê-lo a ponto de transformá-lo numa planta. Afinal, Aristóteles desempenha papel central na crítica que ele faz a CPJ. Uma boa razão para continuar a acompanhá-lo.

3. Proximidade de Caio Prado Júnior com Aristóteles

3.1. CPJ: Discípulo de Aristóteles

No último capítulo da primeira parte de seu livro, *Bactérias e Telescópio*, Caldeira assim resume sua crítica ao autor de *EPB*:

Este brevíssimo resumo do lugar teórico do mercado na estrutura categorial permite verificar que existe uma proximidade muito maior entre Caio Prado Júnior e Aristóteles, do que com Adam Smith ou Marx.¹⁰

Qual é a razão dessa proximidade?

A resposta vem em seguida, quando Caldeira acrescenta que

no modelo de Caio Prado Júnior simplesmente inexistente qualquer espécie de instrumento para descrever a produção como resultado de troca contratual – a não ser pelo extraordinário recurso de colocá-las fora de “Brasil”, e excluir da análise todos os agentes livres e a moeda – enfim, o mercado histórico existente. Não existindo nos instrumentos por definição, não é de estranhar que nem mercado interno nem capital sejam encontrados no estudo empírico. O desaparecimento não se deve à má intenção de pesquisadores.¹¹

Agora, tudo começa a se esclarecer. Como não existe mercado interno na colônia e, conseqüentemente, nem troca de mercadorias e capital, a economia colonial assemelha-se à concepção aristotélica da economia. Como se sabe, para o filósofo grego, a produção de valores de troca é moralmente condenável e deve ser controlada, se não, evitada pelo Estado. O que deve vigorar é a economia natural, isto é, uma economia voltada à produção de valores de uso, isto é, de bens não destinados à venda no mercado. Como o comércio de mercadorias, para CPJ, como assim entende Caldeira, só existe nas relações externas da colônia com sua metrópole, predomina na economia interna uma produção unicamente voltada para atender às necessidades de consumo dos agentes econômicos; não existe, portanto, mercado interno na colônia. Daí a razão por que CPJ estaria mais próximo de Aristóteles do que de Smith e de Marx.

Mas é preciso deixar Caldeira avançar um pouco mais com essa analogia, para que se possa entender mais claramente a razão por que, para ele, CPJ estaria mais próximo de Aristóteles do que de Smith e Marx. Para tanto, faz-se necessário investigar como

esse autor pensa o modelo corporativista de Portugal e sua variante aristotélica e, assim, sua semelhança com a versão do “modelo” de CPJ para explicar a relação entre o Brasil e a metrópole portuguesa.

3.2. A Variante Aristotélica do Modelo Político-Corporativista de Portugal

No capítulo VI do seu livro, *Corporativismo*, Caldeira contrapõe o pensamento político do filósofo grego com o dos teóricos do contrato social. Destaca que a diferença básica entre Aristóteles e os modernos está no fato de que estes últimos partem do princípio de que os homens nascem livres iguais e não naturalmente desiguais, como seria para aquele filósofo. Aos olhos de Caldeira, a filosofia política moderna realizou uma verdadeira “Revolução copernicana”, pois

entender o exercício do poder político como resultante de um contrato entre homens livres e iguais, e não da desigualdade entre os homens, exigia uma revolução no pensamento político: obviamente, colocar o princípio da igualdade no lugar central, substituindo o divino ordenamento da natureza que fez os homens desiguais; a Razão, que preside o encontro dos indivíduos no contrato, substitui o mando incontrastado (sic) e a obediência devida ao superior como virtude fundamental da política. Essas mudanças no modo de conceber a política, proposta pelos primeiros iluministas, provocaram um debate agudo por toda Europa.¹²

Os rumos da política em Portugal tomaram caminho diverso. Esse país assumiu um modelo de gestão política que ficou conhecido pelo nome de corporativismo. Adotou uma amálgama entre o modelo aristotélico e o iluminista que se fez “pelo abrandamento”, diz Caldeira,

da dicotomia aristotélica central entre o senhor e o escravo, mandatário e obediente. O corporativismo concebia um mundo político pela finalidade de manter distinções funcionais entre as partes da sociedade, e não como espaço para impor relações de subordinação entre quem naturalmente manda e quem naturalmente obedece. “Faz parte desse patrimônio doutrinal a ideia de que cada corpo social, cada órgão funcional, tem sua própria função, de modo que cada parte do corpo deve ser conferida a autonomia para que possa funcionar”.¹³

Em seguida, Caldeira qualifica melhor o modelo político corporativista de Portugal. Afirma que, neste modelo,

o ato de governar deixa de ser concebido, como em *Aristóteles*, como aquele no qual o homem livre manda e o servidor – mesmo cidadão – obedece. Passa a ser entendido como uma função específica em meio a uma totalidade de partes distintas. É visto como o exercício do papel de cabeça da sociedade, ato que só ganha sentido na medida em que as distintas partes destas são os órgãos funcionais onde as decisões da cabeça são executadas pelos demais...¹⁴

Ao atribuir ao pensamento político de Aristóteles uma dicotomia entre quem manda e quem obedece, Caldeira entende que o filósofo grego define o poder político como uma relação de dominação ditatorial na qual prevalece o mando de um sobre todo o corpo da sociedade. Ora, uma leitura atenta da *Política*,¹⁵ especialmente dos livros III e IV, revela o contrário do que entende aquele autor. Infelizmente, aqui não há espaço para discussão dessa natureza. Adiante-se apenas que Aristóteles nega toda a forma de governo que toma o *princípio da justiça distributiva* como critério para definir a questão da soberania, ou seja, a quem compete governar. E nega porque o poder não obedece às regras daquele princípio. Se obedecesse, então, os pobres poderiam reclamar para si o direito de governar a cidade, pois constituem a maioria da comunidade. Critério semelhante, diria Aristóteles, poderia ser aplicado à minoria rica da cidade, pois detém a maior parcela da riqueza, conseqüentemente, caberia a ela, e não a maioria o direito de governar. Como sair desse impasse? – Simples: o poder não deve ser exercido para defender as pessoas, mas para assegurar a felicidade de todos,¹⁶ pois a comunidade não é uma associação de pessoas que teria por objetivo a defesa de seus interesses. Que o diga o filho de Estagira, para quem,

a cidade é formada não somente com vistas a assegurar a vida, mas para assegurar uma vida melhor (...), e seu objetivo não é o mesmo de uma aliança militar para defesa contra ofensas de quem quer que seja, e ela não existe por causa do comércio e relações de negócios (...). É claro, portanto, que qualquer cidade digna desta designação e que não seja cidade apenas no nome, deve estar atenta às qualidades de seus cidadãos, pois de outra maneira a comunidade se torna uma simples aliança, deferindo apenas na localização se comparada com as alianças propriamente ditas (...). A lei, então, passa a ser um convênio, ou, na frase do sofista Licofron, “uma garantia de justiça recíproca”, e já não se destina a fazer com que os cidadãos sejam bons e justos.¹⁷

Se a cidade existe para assegurar *uma vida boa*, pergunta então Aristóteles a quem deve caber o exercício da soberania: às massas, aos homens ricos, aos homens bons, ou a um só homem melhor que todos os outros, ou a um tirano? Sua resposta é clara: a nenhum deles, pois não é justo considerar o poder como um bem a repartir segundo o princípio “a cada um segundo o seu mérito”.

Mas não é assim que pensa Caldeira. Ao que tudo indica, ele define o poder político em Aristóteles como se o Estagirita o definisse de acordo com o princípio da justiça distributiva. Talvez a pressa o tenha levado a elaborar uma síntese descuidada da política em Aristóteles, para formular sua tese de que a categoria de totalidade, que preside o pensamento desse filósofo, cai como uma luva para explicar o modelo corporativista português e assim estabelecer uma analogia com a análise que faz CPJ da economia colonial brasileira.

Quanto a isto Caldeira não deixa dúvidas. Referindo-se à variante corporativista do pensamento aristotélico, acrescenta que, nela,

o centro é deslocado da desigualdade natural senhor/escravo (...) para a desigualdade que descreve a superioridade da “cabeça” governamental sobre um “corpo social” composto de proprietários, mas que possui vários “órgãos”. É assim porque já não se trata da cidade-estado, mas de governar sobre impérios, organismos muito mais complexos, compostos de diversas esferas de pessoas e entidades, cuja separação funcional o direito adquirido garante. Com a crescente pressão do iluminismo - e depois do liberalismo - este tipo de pensamento foi sobrevivendo numa definição normativa de Brasil como espaço onde a igualdade iluminista não penetrava.¹⁸

3.3. Caldeira e o “Pensamento Político-Conservador de CPJ”

O cenário está pronto para nele incluir a análise de CPJ. Basta imaginar, diz Caldeira, “que nessa definição, se montasse uma nova versão de ‘Brasil’, não mais como simples objeto normativo”, como o era no pensamento político de Oliveira Vianna,

mas como pretense fruto marxista, e, portanto, com a capacidade de ir além da norma ideológica e descrever processos históricos. E que, nessa montagem, a arte da aquisição ficasse “dentro”, no corpo da colônia, e a arte de enriquecer se reservasse para “fora”, para o cérebro da Metrópole.¹⁹

Partindo daí, Caldeira se pergunta se essa *metáfora corporativa* “seria (...) aplicável a ‘sentido da colonização’?”. Sua resposta é afirmativa. Com base no último capítulo de *FBC*, intitulado *Vida social e política*, cita uma passagem na qual CPJ afirma que o “tom geral da vida social da colônia” é um produto da “obra da colonização portuguesa no Brasil”. “O cumprimento desse propósito”, comenta Caldeira, em seguida,

numa obra marxista, eventualmente poderia levar a pensar numa contextualização histórica das diferenças entre classes sociais nascidas da produção. No entanto, a economia é apenas subsidiária de uma outra ordem de preocupações...²⁰

Aí está a razão da “decepção” de Caldeira. Esperava de CPJ, como um autor marxista, uma análise das diferenças entre classes sociais, tão importantes para o autor de *História do Brasil com empreendedores*, para explicar a formação do mercado interno da colônia. Por isso, esta não teria vida interna própria; sua economia doméstica, diria ele, era uma vasta seara de atividades voltadas à produção de valores de uso, de bens não destinados ao mercado, tal como assim o é no “modelo de economia dual de Aristóteles”, no qual as atividades comerciais são moralmente condenáveis.

Decepcionado com CPJ, de quem esperava uma análise das “diferenças entre as classes sociais nascidas da produção”, Caldeira fecha seu décimo segundo capítulo, da primeira parte do seu livro, com uma crítica cáustica ao autor de *FBC*. Acusa-o de ver a colônia apenas como um imenso sistema em que impera a desagregação social, pobreza e miséria na economia, uma sociedade reduzida quase exclusivamente a tênues laços que resultam do trabalho servil, único setor organizado da colônia. Em meio a tal cenário, diz Caldeira,

Caio Prado Júnior se vê então obrigado a enfrentar a explicação da inserção de “Brasil” na era da acumulação mercantil burguesa com a mais tradicional resposta corporativa: trazer de “fora” as forças que a construíram. Assim o livro termina na análise das “importações de ideias”, sejam maçons, inglesas ou francesas. O último parágrafo, que conclui todo o raciocínio recoloca, com um acento racista, a tese de todos os corporativistas, segundo a qual as ideias liberais, embora importadas, não tinham sentido próprio no Brasil justamente porque a escravidão era a instituição “natural” básica.²¹

E encerra seu “desabafo filisteu de acusações”, com a afirmação de que

tamanha é a homologia entre essa análise e as teses centrais do pensamento conservador, que não se pode ignorar a hipótese de que “sentido da colonização” venha dessa fonte.²²

São acusações muito sérias que mereciam ser discutidas uma a uma. Infelizmente não há espaço para tanto, mesmo porque se pode encontrar em outros estudiosos de CPJ²³ respostas para cada uma delas. Destaque-se apenas o fato de que Caldeira parece desconhecer por completo a literatura que trata do papel desempenhado pelas colônias no processo de acumulação primitiva de capital em escala mundial. Não se dá conta de que o contexto da análise de CPJ é o da ação do capital mercantil sobre a produção. Como apropriadamente esclarece Oliveira,

é a ação do capital mercantil, criando o mercado mundial, que engendra os mercados amplos adequados ao surgimento da manufatura, cujas escalas de produção são relativamente grandes, e é ele, também, que vai alargando os mercados, condição para o crescimento da produção manufatureira. Vale dizer, é o desenvolvimento do capital mercantil que regula e imprime o ritmo de acumulação do capital manufatureiro. E isso é expressão da dominação do capital mercantil sobre o capital industrial, próprio desse momento do processo de constituição do capitalismo.²⁴

É nessa fase de formação do capitalismo que o mercado colonial se constitui como alavanca para o desenvolvimento da produção mercantil das metrópoles, e, assim, condição necessária para a produção manufatureira. Recorrendo mais uma vez a Oliveira, ele esclarece que

os descobrimentos e a corrida colonial marcam o surgimento do mercado mundial. Utilizamos o conceito de mercado mundial não somente pela regularidade com que são mantidas as trocas, ou ainda porque agora o globo participa do comércio, que movimenta valores extremamente superiores aos do comércio medieval. Na verdade, o mercado mundial conforma uma *totalidade orgânica*, pois não se trata simplesmente de estabelecimentos de circuitos comerciais bilaterais entre a Europa e os outros continentes, mas sim da constituição de fluxos mercantis interdependentes já que seria impossível o desenvolvimento de determinados circuitos sem o avanço de

outros, num processo de mútua estimulação. Concretamente, o comércio entre metrópole e colônias era equilibrado pelo fornecimento de escravos enviados às colônias juntamente com produtos europeus. O fornecimento de escravos, por sua vez, era viabilizado pela oferta de produtos coloniais (tabaco, aguardente etc.) na África, que evidentemente conformava uma cadeia de fluxos dependentes entre metrópoles e colônias, feitorias africanas e metrópoles, e ainda colônias e feitorias. De maneira semelhante, o comércio dos europeus com o Oriente, deficitário para os primeiros, dependia, para seu equilíbrio, dos metais preciosos da América, e os produtos orientais, por sua vez, eram também vendidos nas colônias americanas. Em suma, o mercado é mundial não somente porque grandes volumes de mercadorias são transacionados entre os cinco continentes, mas porque é composto de fluxos comerciais interdependentes, o que lhe imprime uma dinâmica específica.²⁵

É uma longa citação, porém necessária, na medida em que ela mostra que o sistema colonial marca a formação do mercado mundial; é dele parte integrante. Ao contrário do que imagina Caldeira, a formação do mercado mundial resulta numa *totalidade organicamente articulada* em que as colônias se inserem de forma subordinada, como força propulsora da acumulação primitiva de capital, particularmente, da Europa. Isto não tem nada a ver com o “modelo corporativista de Portugal” nem tampouco com sua variante aristotélica, se é que existe alguma relação entre o pensamento político de Aristóteles e política moderna, como entende o autor de *História do Brasil com empreendedores*.

E é como parte integrante dessa totalidade orgânica do mercado mundial que CPJ pensa a relação do Brasil com sua metrópole. Em carta dirigida a Lívio Xavier, dirigente da Liga Comunista Internacional (LCI), de 1933, CPJ responde às críticas desse dirigente à *EPB*, que o acusava de ter sido insuficiente na análise da economia do segundo reinado porque nela não está incluída a acumulação capitalista.

Sua resposta:

Se o Brasil, como colônia, semicolônia ou país dependente que sempre foi, serviu como uma das bases de acumulação para os países da Europa, não se pode contudo dizer que houve acumulação primitiva para nós mesmos.²⁶

Ignorar esse processo de subordinação das colônias americanas, asiáticas e africanas à acumulação capitalista, que tem lugar nos países europeus, como assim o faz Caldeira, significa adotar um critério estreito de análise, quando não marcado por viés ideológico. Ainda que o Brasil tenha servido de alavanca para a acumulação primitiva de capital dos países europeus, mesmo assim, CPJ não nega que houve formação do mercado interno durante o período colonial e imperial.²⁷ Não sem razão, *EPB* e *FBC* fazem do início do século XIX, quando se dá a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, ponto de partida de suas análises. Qual é a razão desse marco histórico? Com a resposta CPJ:

O Brasil começa a se renovar (...). Apenas, início de um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado (...). Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mas precisamente uma certa atitude mental coletiva particular. Tudo isso naturalmente já se vem esboçando desde longa data.²⁸

A censura que Caldeira dirige a CPJ, acusando-o de negar que havia vida interna na colônia, é, no mínimo, uma crítica fora do lugar. É desconhecer que, para esse pensador, a *emancipação política* do país se dá num ambiente em que o Brasil já estava geograficamente integrado através de várias vias de comunicação e transporte, além de contar com uma população bem diferenciada e caracterizada, habitando todo o território brasileiro e até mesmo com certa consciência nacional. Exemplo dessa consciência é o projeto constitucional de 1823, marcado que foi por uma profunda xenofobia, que afastou para sempre o perigo da recolonização,

excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos da representação nacional

aos proprietários rurais; concentrando a autoridade política do Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica, o projeto consagra todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais, oprimidos pelo regime de colônia, e que a nova ordem política vinha justamente liberar.²⁹

A ideologia do projeto constitucional de 1823 era extremamente liberal, pois, como o diz CPJ, suprimiu todas as restrições de ordem econômica – monopólios, privilégios etc. – estabelecendo a mais ampla liberdade econômica e profissional. Bem diferente do que pensa Caldeira, para quem, “as ideias liberais, embora importadas, não tinham sentido próprio no Brasil justamente porque a escravidão era a instituição ‘natural’ básica”.³⁰ Ora, não é assim que entende o autor de *EPB*. Para ele, o projeto de 1823,

apesar de todo o seu apregoado liberalismo, não se embaraça com a questão dos escravos, adaptando-lhes a situação às exigências da filosofia rousseauísta, de que fazia timbre em não se afastar, com a eufêmica disposição do art. 265 do projeto: “A constituição reconhece os contratos (!) entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre a sua manutenção”.³¹

E conclui:

É este o mais perfeito retrato do liberalismo burguês...³²

Se as ideias liberais não tinham sentido próprio no Brasil, como entende Caldeira, também não deveriam ter lugar no pensamento político de Locke, considerado por muitos como o fundador do liberalismo político. Este não era contra a escravidão, justifica-a quando afirma que

tendo por culpa própria perdido o direito à vida por algum ato que mereça a morte, aquele a quem a entregou pode, quando o tem entre as mãos, demorar em tomá-la, empregando-o a seu próprio serviço...³³

Certamente, para Locke, os africanos devem ser culpados por sua escravidão, “acovardaram-se” diante dos invasores europeus que, por piedade cristã, “poupavam-lhe a vida” fazendo-os trabalhar em suas colônias do Novo Mundo. Quanta Bondade!. Que dizer da Convenção de Filadélfia, 1787, sete anos depois da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte? A Constituição daí resultante, redigida por grandes proprietários, todos donos de escravos, excluía o povo de participar das deliberações mais importantes uma vez que,

com exceção da Câmara dos Deputados (uma concessão aos liberais), todas as autoridades importantes do governo - presidente, senadores e juizes - não deviam ser escolhidos diretamente pelo povo, mas respectivamente, pelo colégio eleitoral, pelos legislativos estaduais e por nomeação (...) Essa constituição conservadora foi aprovada em grande parte como reação ao que os convencionais consideravam “os excessos do povo” (...), bem como ao perigo que viam na retórica utópico-democrática, da qual a Declaração de Independência seria um documento típico.³⁴

Era uma Constituição liberal, não há dúvida; mas não era para todos. A massa e os escravos, estes últimos que teriam de esperar ainda até 1863 por sua libertação dos grilhões de ferro, estavam dela excluídos. Os federalistas, de ideias democrático-liberais, tinham medo do povo, como assim declarava John Adams, para quem,

os ricos ... têm o direito claro e sagrado de possuir as grandes propriedades como outros têm de possuir as suas, que são pequenas... Os ricos, por conseguinte, devem encontrar na Constituição uma barreira que impeça de serem roubados...³⁵

Com os olhos voltados para as cidades-Estado da Grécia Antiga, os federalistas queriam criar no Novo Mundo

uma elite que chamaram de “aristocracia natural”, baseada na propriedade, na educação e no senso de responsabilidade moral. Acreditavam que, assim, criariam condições para defender a liberdade. Homens sem propriedade, diziam eles, não tinham interesse pela manutenção da ordem social e, portanto, não podiam constituir cidadãos estáveis. Entre outros Madison assim expressa suas preocupações: “no futuro, a grande maioria do povo não terá terra nem qualquer outro tipo de propriedade. Ou ela se associa, influenciada pela sua situação comum - caso em que os direitos de propriedade e a liberdade pública não estarão seguros em sua mão -, ou, o que é mais provável, ela se tornará instrumento de opulência e ambição, caso em que haverá o mesmo perigo. Os federalistas recorriam a exemplos históricos para confirmar suas concepções políticas. As cidades-Estado da Grécia, da Europa medieval e do início da época moderna eram as repúblicas que lhes serviam de modelo...”³⁶

Se os Estados Unidos, considerado como país modelo da democracia-liberal, instituíram sua Constituição quando ainda estavam longe a abolição da escravidão, bem que se poderia perguntar

a Caldeira por que somente no Brasil as ideias liberais não tinham sentido próprio? Será que ele desconhece que todas as democracias liberais do século XIX nascem cercadas das garantias para impedir a participação popular e a dos escravos, considerados que eram como cidadãos desclassificados? Para o liberalismo, liberdade é sinônimo de propriedade, como apropriadamente esclarece Marx, em *O Dezoito de Brumário*, quando se refere à Constituição francesa de 1848. Nele, declarava-se

o inevitável estado-maior das liberdades (...), a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação, de educação, de religião etc., receberam um uniforme constitucional, que as fez invulneráveis (...). O gozo desse direito não sofre qualquer restrição, salvo as impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública. (...) “O ensino é livre. A liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do Estado” (...). “O domicílio de todos os cidadãos é inviolável, exceto nas condições prescritas na lei” (...). A Constituição, por conseguinte, refere-se a futuras leis orgânicas que deverão pôr em prática aquelas restrições e regular o gozo dessas liberdades irrestritas de maneira que não colidam entre si nem com a segurança pública (...). Onde são vedadas inteiramente essas liberdades “aos outros” ou permitido o seu gozo sob condições que passam de armadilhas policiais, isso é feito sempre, apenas no interesse da “segurança pública”, isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição (...). Pois cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese, sua própria Câmara Alta e Câmara Baixa, isto é, a liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem.³⁷

Certamente, nada disso deve ser estranho a Caldeira. Se não o é, sua crítica a CPJ, como diz Marx, referindo-se ao cidadão Weston, no pronunciamento que fez ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1865, “poderia ser condensada a ponto de caber numa casca de noz”.

4. Uma Crítica Fora do Lugar

4.1. Para Início de Conversa

Mas de volta à questão central da acusação que Caldeira faz a CPJ, por ver o Brasil apenas em suas relações com a metrópole, esquecendo a vida interna da colônia, é chegado o momento de acompanhá-lo mais de perto nessa crítica. Para tanto, o restante

deste texto se propõe a examinar até que ponto, como assim entende Caldeira, a riqueza da interpretação de *EPB* decorre não do “método marxista”, mas de uma intuição genial do seu autor. Em segundo lugar, o conhecimento que Caldeira alega ter de Marx é suficiente para acusá-lo de não ter compreendido a teoria do autor de *O Capital*, como se lê no décimo primeiro capítulo do seu livro, *O Ouro Desclassificado*? Noutras palavras, Caldeira conhece suficientemente bem a teoria de Marx para criticar as análises marxistas de CPJ?

4.2. A Questão do Método: Uma Cobrança Indevida

No primeiro capítulo do seu livro, *Pela Primeira Vez Na História do Brasil*, Caldeira afirma que

a grande dificuldade de se fazer uma reconstrução da metodologia de *Evolução Política do Brasil* permite inclusive julgamentos de que, na obra, o marxismo apareceria mais como defeito que virtude – algo perfeitamente possível quando o foco passa da metodologia geral para as formas de ordenação do assunto propriamente dito, isto é, do marxismo para as análises sobre o Brasil.³⁸

Para fundamentar essa afirmação, passa em revista os melhores e principais comentadores da obra de CPJ, tais como Henrique Martinez Teixeira, Paulo Iumatti, Bernardo Ricupero, dentro outros. Não poupa citações desses autores para dar razão às suas argumentações. Para sustentar o que afirmou acima, cita, de Bernardo Ricupero, uma passagem na qual ele comenta que

o pensamento de Caio Prado Jr., tanto no que tem de analítico como no que tem de normativo, está fortemente marcado pela influência marxista. Na análise, Caio Prado utiliza-se do marxismo para explicar Colônia e a grande exploração, elemento mais característico dela, como totalidades e interpreta a transição entre situação colonial e a situação nacional brasileira, de forma similar a Lênin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.³⁹

Esta citação está fora do lugar por duas razões. Primeira, Caldeira não pode inferir dessa passagem, citada da obra de Ricupero, elementos para mostrar as dificuldades de entender as origens marxistas de *EPB*. Por acaso, Lênin não era marxista? Segunda, não se dá conta que o *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* é um exercício rigoroso dos esquemas de reprodução de Marx, livro II, de *O Capital*, aplicados àquele país. Com efeito, em sua crítica

aos populistas russos, principalmente a Vorontsov e Nikolaion, para quem o desenvolvimento do capitalismo na Rússia seria impossível por falta de consumo interno, Lênin responde-lhes que o capitalismo cria seus próprios mercados. Para tanto, lança mão desses esquemas para demonstrar como o capital, na medida em que se desenvolve, é capaz de criar seus mercados para a realização da produção.

Se assim é, será que Caldeira conhece suficientemente a teoria de Marx e de Lênin, para fazer tal afirmação, como volta a repeti-la, quase literalmente, no final do primeiro capítulo do seu livro, onde afirma que *EPB* é uma obra que não “*permite que se demonstre como o método [marxista] gerou sua construção*”?

Quem realmente conhece Marx e o Lênin do *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* sabe muito bem que a passagem que Caldeira cita de Ricupero atenta contra ele mesmo. O autor de *História do Brasil com empreendedores* não desconfia, nem por um instante, que Ricupero afirma o contrário do que ele deduz da passagem citada por ele. Caldeira deveria saber, para seu prejuízo, que não se pode violar impunemente o princípio de não-contradição. Quem comete tamanho desatino, resta-lhe o castigo de ficar calado, mudo feito uma pedra.

Mas Caldeira é um autor abusado. Seguro do que pensa que sabe, acusa CPJ de não ter feito uma aplicação rigorosa do método marxista e de fazer uso de categorias que não encontram respaldo em Marx. Quanto a este último aspecto afirma que o emprego que CPJ faz da categoria latifúndio não encontra “*referência marxista específica*”.⁴⁰

Ora, sabe-se que CPJ era radicalmente contra a importação de esquemas teóricos predeterminados para aplicá-los à realidade do Brasil, como deixa claro em diversas passagens de *A Revolução Brasileira*.⁴¹ Para ele, a solução dos problemas sociais de uma determinada realidade histórica deve ser buscada neles mesmos. “É numa tal linha de pensamento”, comenta o autor de *FBC*,

que se há de fazer a determinação das reformas e transformações da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução *a priori* de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que

não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas.⁴²

Nisto consiste o verdadeiro método dialético. Este somente pode ser aplicado depois de um longo trabalho de pesquisa, que revele as conexões internas dos fatos. Não sem razão, no posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx chama a atenção de seus leitores para a necessidade de distinguir o método de exposição do método de pesquisa. Cabe a este último, diz ele,

captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão interna. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real.⁴³

Sem este trabalho prévio de pesquisa, o leitor pode ser levado a pensar que a exposição das determinações do objeto é produto do pensamento, que pensa separado e acima da intuição e da representação. Para Marx, o método não pode ser indiferente ao seu objeto; não se trata de uma aplicação de “um sistema de lógica”, pronto e acabado, para apreender e explicar o objeto. Pelo contrário, porque o objeto tem sua própria racionalidade, o método deve ser adequado às suas determinações constitutivas, reveladas pelo trabalho de pesquisa. Por isso, a

crítica do capitalismo e da economia política não decorre de uma mera adesão a esse método, como se ele devesse valer por si mesmo, independentemente do objeto a que se aplicasse. Esta indiferença entre método e objeto, forma e conteúdo, seria em si mesmo totalmente não dialética. Ao contrário, é porque seu objeto se constitui de modo contraditório que Marx percebe ter de investigá-lo dialeticamente.⁴⁴

Ora, uma vez que método não pode ser pensado a priori, separado do seu objeto, entende-se por que CPJ se recusava a copiar Marx. E com razão, pois não se podem tomar os fatos históricos ocorridos na Europa, que o autor de *O Capital* tinha como referencial empírico, como

modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida.⁴⁵

É assim mesmo que pensa Marx. Numa carta dirigida ao russo Mikhailovsky que entendia o capítulo XXIV de *O Capital* não

só como um esboço histórico dos primórdios do capitalismo, mas também como elaboração de uma teoria da filosofia da História, Marx responde-lhe que aplicação à Rússia que ele poderia fazer desse “esboço histórico” era

apenas esta: se a Rússia tende a transformar-se numa nação capitalista, à maneira das nações da Europa ocidental – e nos últimos anos ela tem-se dado muito mal nesse sentido – não o conseguirá sem antes transformar uma boa parte de seus camponeses em proletários; e então, uma vez introduzido no seio do regime capitalista, ela experimentará suas leis impiedosas, como ocorreu com outros povos profanos. Isto é tudo. Mas não o é para o meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, para chegar, finalmente, a esta formação econômica que assegure, juntamente com o maior impulso das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. Mas ele que me perdoe: isso, ao mesmo tempo, muito me honra e muito envergonha.⁴⁶

A resposta de Marx ao seu crítico Mikhailovsky bem que poderia ser dirigida a Caldeira, à cobrança que faz a CPJ sobre a origem da categoria latifúndio. Se vivo fosse, o autor de *EPB* certamente ficaria envergonhado com as exigências que lhe faz o autor de *História do Brasil com empreendedores*. Diria a ele que uma coisa é copiar Marx, outra bem diferente é compreender que a “aplicação” do método dialético não significa fazer uso das mesmas categorias empregadas pelo pai do materialismo histórico. Infelizmente, disso Caldeira não demonstra ou não tem o mínimo conhecimento.

4.2. Caldeira e a Formação do Mercado Interno Colonial

Os desatinos teóricos de Caldeira não param por aí. No décimo primeiro capítulo do seu livro, *O Ouro Desclassificado*, acusa CPJ de negligenciar esse metal amarelo como elemento desencadeador do processo de formação do mercado interno colonial. Abusado como sempre, cita uma passagem de *FBC* para concluir que ela

é suficiente para que possamos depreender se o texto do livro que fala do ouro trata de realidades históricas empiricamente verificáveis ou apenas afirma normas ideológicas que não têm relação com a história real.⁴⁷

Obviamente, para Caldeira, o capítulo de *FBC* que fala da atividade mineradora no Brasil-Colônia não passa de um amontoado de “*normas ideológicas que não têm relação com a história real*”. Pensa assim porque

em vez de entender o ouro como moeda e capital, *produto capaz de criar, com sua simples circulação, uma economia interna de mercado*, a definição de Caio Prado Júnior produzirá um milagre econômico normatiivo. O ouro, no lado “interno de ‘Brasil’”, é definido como apenas uma mercadoria, sem outra função que a de ser exportada para alimentar terceiros – como se fosse cana ou tabaco, sem jamais se tornar capital, riqueza mercado. Por definição dessa norma, apesar de desejado por todos, e mesmo circulando livremente na economia colonial como dinheiro, o ouro “não teria relação com a vida social”, não serviria para “satisfazer as necessidades dos moradores” com mercado e enriquecimento. Somente exportado o ouro “ganha sentido” para exercer as funções mais elevadas de dinheiro e capital.⁴⁸

Para encerrar a discussão e dar provas de que CPJ nada entendeu da teoria do dinheiro, Caldeira recorre mais uma vez a Marx. Entende que o autor de *O Capital*

define a moeda como mercadoria com poder fetichista de “projetar entre os homens o caráter social de seus trabalhos como se estes fossem o caráter material dos produtos de seu trabalho”.⁴⁹

Em seguida, cita um trecho daquela obra em que Marx diz que

o intercâmbio de mercadorias começa onde termina a comunidade, onde ela entra em contato com outras comunidades. E, assim que os objetos adquirem o caráter de mercadoria nas relações da comunidade com o exterior, este caráter se adere também, em consequência, na vida interior da comunidade.⁵⁰

Caldeira deveria ter sido mais cuidadoso nas citações e interpretações que faz da teoria do dinheiro em Marx. Na citação referente à nota 46, o autor de *História do Brasil com empreendedores* comete um erro crasso, que deixaria Marx enfurecido se vivo fosse. Não existe na obra do autor de *O Capital* nada parecido com a ideia de que o ouro, como entende Caldeira, é um “*produto capaz de criar, com sua simples circulação, uma economia interna de mercado*”.

Caldeira deveria saber, para seu prejuízo, que o ouro por si só não tem esse poder de se transformar em dinheiro. Quem o diz é proprio Marx, para quem,

a relação-capital durante o processo de produção só aparece porque existe em si no ato da circulação, nas diferenciadas condições econômicas de base em que comprador e vendedor se defrontam, em sua relação de classe. A relação não é dada pela natureza do dinheiro; é antes a existência dessa relação que pode transformar a mera função monetária em função de capital.⁵¹

Mais adiante Marx comenta que a compra e venda de escravos são, formalmente, compra e venda de mercadoria, mas,

sem a existência de escravidão, porém, o dinheiro não pode desempenhar essa função. Havendo escravidão, então o dinheiro pode ser desembolsado na compra de escravos. Inversamente, o dinheiro em mãos do comprador não basta, de maneira alguma, para tornar possível a escravidão.⁵²

Na citação referente à nota 48, Caldeira comete outro desatino teórico que chega a beirar as raias da desonestidade intelectual. Encerra a citação referida no ponto em que Marx afirma que o caráter das relações exteriores de intercambio entre as comunidades penetra na vida interior de cada comunidade. Mas, depois dessa frase, o autor de *O Capital* acrescenta que essa relação quantitativa de troca “*é por enquanto inteiramente casual*”.⁵³

Nessas comunidades, onde a troca ainda não se constituiu na relação social básica e o intercâmbio de mercadorias é inteiramente casual,

o produto aí só se transforma em mercadoria por meio do comércio. Aí é o comércio que leva os produtos a se transformar em mercadorias...

Bem diferente do capitalismo em que é

a mercadoria produzida que, movimentando, forma o comércio.⁵⁴

Disso Caldeira nada sabe; não compreendeu coisa alguma da teoria do dinheiro em Marx. Não pode, portanto, fazer uso dessa teoria para criticar CPJ, acusando-o de ter negligenciado o papel do ouro na formação do mercado interno colonial. Seus descabros teóricos parecem não ter limites, não só contra Marx, como também

contra a obra de quem nacionalizou o marxismo no Brasil de forma autêntica e original. Talvez por isso, o seu livro tenha recebido, com todo merecimento, uma acolhida silenciosa por parte daqueles que realmente conhecem Marx e CPJ.

Essa defesa apaixonada que se faz de CPJ pode parecer sectária, como se o autor de *EPB* já tivesse dito tudo sobre a formação do Brasil e nada do que dissera merece ser julgado por outros estudiosos do assunto. Nada disso! Nem Marx e nem CPJ estão imune à crítica. Mas antes de interpretar e criticar é absolutamente necessário compreender e dar prova de ter compreendido. Sem essa pressuposição, a crítica cai no vazio do silêncio.

Esse é o castigo que merece o autor de *História do Brasil com empreendedores* por parte daqueles que deram prova de ter compreendido CPJ, antes de criticá-lo.

Notas

1. Caldeira, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. – São Paulo: Mameluco, 2009., p. 19.
2. Caldeiras, p. 20.
3. Caldeira, p. 20.
4. Caldeira, p. 21.
5. Caldeira, p. 27.
6. Caldeira, p. 48.
7. Caldeira, p. 50.
8. Caldeira, p. 52.
9. Cirne-Lima, Carlos. *Dialética para principiante*. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996., p. 126.
10. Caldeira, p. 161.
11. Caldeiras, p. 161/62.
12. Caldeira, p. 78.
13. Caldeira, p. 78.
14. Caldeira, p. 79 (Os grifos são por nossa conta).
15. Aristóteles. *Política*. – Editora Universidade de Brasília, 1977.
16. Uma excelente leitura comentada da política em Aristóteles encontra-se em Wolff, Francis. *Aristóteles e a política*. – São Paulo: Discurso Editorial, 2001. Ver também Verniégeres, Solange. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. – São Paulo: Paulus, 1988. – (Ensaio filosóficos).

17. Aristóteles, p. 93/94.
18. Caldeira, p. 148.
19. Caldeira, p. 148.
20. Caldeira, p. 148/49.
21. Caldeira, p. 151.
22. Caldeira, p. 151.
23. A esse respeito recomendam-se os seguintes livros: Secco, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. – São Paulo: Boitempo, 2008. Martinez, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensador crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008. Ricupero, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. – São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo; Fapesp; Ed. 34.2000. Rêgo, Rubem Murilo Leão. *Caio Prado Júnior: - Continuidade e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000. Iumatti, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007 & *Diálogos Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
24. Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. – São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003., p. 48.
25. Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de., p. 108/109 (os grifos são por nossa conta).
26. CPJ Apud Martinez, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008., p. 278.
27. A respeito da discussão do mercado interno em CPJ, ver Secco, Lincoln. *Tradução do Marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior*. In Revista Mouro. SP, Nº. 2, Janeiro de 2010, p. 7.
28. FBC., p. 10.
29. EPB., p. 57.
30. Ver nota nº. 21.
31. EPB., p. 57.
32. EPB., p. 57.
33. Locke, John. *Segundo Tratado sobre o governo*. – São Paulo: Abril Cultural, 1978., p. 43.
34. Jefferson, Thomas. *O Federalista*. – São Paulo: Abril Cultural, 1979., p. XI.
35. *O Federalista*., p. XI.
36. *O Federalista*., p. XI-XII.
37. Marx, Karl. *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. – São Paulo: Editora Alfa-Omega. Obras Escolhidas . Vol. I., p.213.
38. Caldeira., p. 33.

39. Ricupero, Bernardo Apud Caldeira., p. 33.
40. Caldeira., p. 64.
41. Caio Prado Júnior. *A revolução brasileira*. - São Paulo: Brasiliense, 2004.
42. *A revolução brasileira.*, p. 16.
43. Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. - São Paulo: Nova Cultural, 1985., p. 20.
44. Grespan, Jorge. *A dialética do avesso. Crítica Marxista*. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2002., Revista nº. 14., p. 27.
45. *A revolução brasileira.*, p. 33.
46. Marx, Karl. *À Redação de "Otietchestvienniie Zapiski"*, in Fernandes, Rubem César (org). *Dilemas do marxismo: a controvérsia entre Marx e Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.,p. 167.
47. Caldeira., p. 135.
48. Caldeira., p. 141 (os grifos são por nossa conta).
49. Caldeira., p. 140.
50. Marx, Karl Apud Caldeira., p. 140/41.
51. *O Capital*. Livro II, Vol. III., p. 27.
52. *O Capital*. Livro II. Vol. III., p. 28.
53. *O Capital*. Livro I. Vol. I., p. 81/82.
54. *O Capital*. Livro III. Vol. IV., p. 234.

Próxima Edição
Mouro 4
Mulheres



Núcleo de Estudos d'O Capital





Caio Prado Júnior

Caio Prado Júnior e o Socialismo

Luiz Bernardo Pericás

Formado em História pela *George Washington University*, doutor em História Econômica pela USP e pós-doutor em Ciência Política pela FLACSO (México)

Intelectual de prestígio e militante político disciplinado, Caio Prado Júnior, não obstante, foi muito criticado ao longo da vida, sendo acusado por alguns de “burguês” (em virtude de sua origem de classe) e por outros de “reformista”. Mesmo pela própria família por vezes era incompreendido e rotulado de “radical” e “rebelde”. Já marxistas mais ortodoxos chegaram a dizer que ele não seria “comunista”, mas, na prática, um eclético.

O fato é que muitos aspectos da vida e obra de CPJ foram pouco estudados com cuidado, fazendo com que certos comentaristas apressadamente o julgassem sem se aprofundar nas facetas menos conhecidas de seu pensamento. É importante, por isso, reiterar a posição de Prado Júnior como um *revolucionário*, característica da qual determinados autores, em exercício de malabarismo e ginástica intelectual, tentaram destituí-lo, ao apresentá-lo principalmente como um *scholar*, quase dissociado de seu partido e do que ocorria de forma mais ampla no mundo socialista. Para o autor de *Formação do Brasil contemporâneo*, portanto, o marxismo não era acessório, mas um instrumento essencial, não só para compreender o processo histórico nacional, mas como instrumento para a luta pelo socialismo.

Desde seu ingresso no PCB, em 1931, Caio se aprofundará, na medida do possível, nas leituras de clássicos marxistas; militará no Socorro Vermelho Internacional; fundará e será um dos dirigentes do CAM (Clube de Artistas Modernos); fará, dois anos depois, uma viagem importante para a URSS; e será um grande divulgador e defensor do país dos soviets no Brasil. Sua atuação política se aprofundará quando em 1935 se torna vice-presidente da ANL (Aliança Nacional Libertadora) em São Paulo; quando, no exílio na França, entre 1937 e 1939, participa de um comitê em apoio aos refugiados republicanos que lutavam contra as hostes fascistas de Franco na Guerra Civil espanhola; ao manter, na mesma época, ligações com o Partido Comunista da França; ao ser eleito deputado estadual em 1947 (tendo seu mandato cassado no ano seguinte); com sua participação no Congresso da Paz, em Paris; e com suas distintas jornadas pela Tchecoslováquia, Polônia, URSS, China e Cuba.

É bem verdade que em determinado momento veio em Prado Júnior um forte ressentimento em relação a seu partido. Sentia-se mal aproveitado como teórico e dirigente dentro da organização, e por ter sido, em grande medida, relegado a uma posição de segundo plano dentro do PCB, agremiação para a qual, não obstante, sempre contribuiu bastante em termos financeiros. Prado Júnior, para se ter uma ideia, investiu em publicações partidárias; organizou festas para levantar fundo para o PCB; manteve, com seu capital, uma gráfica clandestina; e até mesmo chegou a pedir dinheiro emprestado a conhecidos seus (como a própria família Matarazzo), assim como a familiares, com o intuito explícito de prover os caixas do partido com recursos suficientes para dar continuidade às suas atividades. Tinha um pensamento crítico, original, muitas vezes discordante das posições oficiais defendidas pelo Comintern ou por seu partido.¹ E não temia expor suas ideias, mesmo sabendo que poderia ser repreendido ou ostracizado por alguns camaradas. Em sua célula no partido, militavam também Paulo Alves Pinto, Elias Chaves Neto, Leôncio Basbaum, Carlos Tamagni, Roger Weiller e Gastão Rachou, entre outros, ainda que nas discussões internas, CPJ aparentemente tivesse, de acordo com colegas, uma postura “tolhida”, sem grande eco na direção.²

Filho de uma das mais tradicionais famílias da elite paulista, o autor de *Evolução política do Brasil* certamente teve de enfrentar os preconceitos e visões limitadas de muitos de seus correligionários.

Apesar de quaisquer mágoas e divergências teóricas com o partido (que eram muitas), contudo, CPJ nunca abandonou o PCB nem tampouco criou frações dissidentes ou sectárias. Nem o denunciou publicamente. Enquanto muitos foram expulsos ou decidiram sair de suas fileiras ao longo dos anos (como Hermínio Saccheta, Astrojildo Pereira, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Carlos Marighella, Jacob Gorender, entre tantos outros), CPJ permaneceu no partido até o final da vida.³

Usando como modelo o PCUS, o qual admirava, Prado Júnior afirmaria que o Partido Comunista era o *verdadeiro* instrumento da luta política dos trabalhadores, uma organização onde seus membros seriam militantes ativos, com grande preparo e instrução política, que se entregariam “de corpo e alma” à causa, cuja vida seria submetida a um rigoroso controle e que exigiria deles, por isso, enorme disciplina. Assim, ele também *concordava* com os períodos de depuração, afirmando que expulsões seriam algo *natural*. Só os melhores ficariam dentro da organização. Afinal, o partido não seria como outro qualquer, mas sim, a vanguarda mais consciente e capaz do proletariado, dentro do qual os comunistas deveriam servir sempre como modelo de vida exemplar. Por isso, apoiaria o modelo de partido único da URSS. E quando o Partido Comunista finalmente tomasse o poder, deveria estar presente *em todos os setores* da vida de um país.⁴ Militante exemplar, realizava o trabalho de base (como distribuir panfletos ou colar pôsteres na rua, por exemplo) com o mesmo entusiasmo que produzia seus livros. E era, como já mostramos aqui, assumidamente *marxista*.

Para Carlos Nelson Coutinho, “o estoque de categorias marxistas” que CPJ utilizava não seria muito rico, já que, entre outros motivos, ele nunca teria citado a Gramsci e só mencionado a Lênin “com pouca frequência”, por exemplo.⁵ Já Guido Mantega, afirmava, em linha similar e sem conhecimento de causa, que “não existem evidências ou citações que indicassem que Caio Prado Júnior conhecesse as obras de Lênin”, o que, claramente, não é verdade.⁶

O fato é que CPJ possuía as obras completas de Lênin (as quais havia comprado em 1932), havia visitado a Rússia soviética duas vezes e citado o líder da revolução de Outubro em diferentes ocasiões. O que os críticos talvez não tenham compreendido é que um autor não é mais ou menos marxista pelo número de citações de teóricos socialistas, mas pela correta aplicação do *método*. E

foi Caio Prado Júnior, indubitavelmente, o primeiro a utilizar de forma *sofisticada*, com *êxito* e num trabalho de fôlego o materialismo histórico em nosso país.

A literatura marxista demorou para chegar no Brasil. Depois da revolução russa certamente aumentou o influxo de obras sobre temas correlatos, em grande parte, vindas da Europa, da própria Rússia, da Argentina, do Chile ou do México. *O Manifesto comunista* só seria traduzido para o português no começo da década de 1920, para se ter uma ideia de como textos importantes tardaram a circular por aqui. O que se podia encontrar no Brasil até então eram, basicamente, *divulgadores* do marxismo, ainda que alguns poucos tenham tentado, de forma pioneira (e com méritos, deve-se admitir) aplicar o materialismo dialético já naquela época, como Mário Pedrosa, Lívio Xavier ou Octávio Brandão, mesmo sabendo das limitações das obras destes autores.⁷

Eram poucos os militantes que tinham conhecimentos profundos do marxismo. Não só as obras que chegavam ao Brasil eram escassas em quantidade, como também, traduções em francês, inglês ou espanhol.⁸ Muitas destas, como se pode imaginar, trabalhos de divulgação.

Caio Prado Júnior, por sua situação econômica pessoal, certamente terá mais condições que a maioria dos militantes para superar essa defasagem. Um ano após entrar no PCB, irá adquirir *O capital*, em 14 volumes; as obras políticas, econômicas e filosóficas dos pais do materialismo histórico, ao todo 19 volumes; *Herr Vogt*, em 3 volumes; e a correspondência de Marx e Engels, em 5 volumes.⁹ Ele iria comprar as obras remetendo dinheiro diretamente ao *Bureau D'Editions* do Partido Comunista Francês, que lhe enviaria periodicamente livros e publicações comunistas.¹⁰ Poucos anos mais tarde, ele recomendaria, numa enquete da *Revista Acadêmica*, alguns autores e livros “indispensáveis” para uma boa iniciação à cultura socialista, como Anton Merger e seu *L'Etat socialiste*; Plekhanov e *Princípios fundamentais do marxismo*; Bukhárin e o *Tratado de materialismo dialético*; Lapidus e Ostrovitianov, *Princípios de economia política*; e finalmente, Lênin e seus livros *O Estado e a revolução* e *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Ainda que não falasse russo, recebia periodicamente em sua casa muitas publicações da União Soviética durante anos, para ficar a par do que ocorria nos países da Cortina de Ferro e das discussões políticas e

econômicas na região. As revistas eram, muito provavelmente, lidas por sua segunda esposa, Maria Helena Nioac, mais conhecida como Nena, que falava o idioma.¹¹ Seu diálogo com o que se produzia na URSS se expressa, por exemplo, nas diferentes resenhas de obras publicadas naquele país. Escreveria “A dialética materialista”,¹² como comentário a um editorial da revista *Kommunismus*, e resenhas dos livros de U. P. Icherkov (entre outros), *Materialismo dialético*¹³ e do *Manual de economia política*,¹⁴ da ACUS (a partir da edição em espanhol publicada no México), todos em 1956, assim como de M. M. Rosental e G. M. Straks, *Categorias do materialismo dialético*,¹⁵ também da versão mexicana, traduzida do russo por Adolfo Sánchez Vázquez e Wenceslao Roias, em 1959.

Mas não apenas as leituras serão importantes para formar sua visão socialista. As viagens representarão um elemento essencial para que ele moldasse suas opiniões sobre diversos temas, como a “revolução”, o “partido”, o “socialismo” e o “comunismo”. Todos temas, aliás, que ele se preocupará em discutir em sua obra. Da mesma forma como fazia em seus périplos pelo Brasil, de carro, se embrenhando no interior para ver de perto a realidade nacional e levantar informações para seus textos, o mesmo fará em nações tão distantes como a China ou Cuba. Em cada uma de suas experiências no exterior, fará extensas anotações, fotografará as pessoas, conversará com gente comum. Procurará, neste sentido, fazer o retrato mais fiel possível daquelas realidades, e a partir dele, usar suas conclusões na elaboração de um esboço teórico que permitisse vislumbrar os possíveis caminhos para o socialismo.

Entre maio e junho de 1933, fará sua primeira viagem importante para o mundo do socialismo. Uma verdadeira iniciação. Prado Júnior viaja para a URSS com sua primeira esposa, Hermínia Ferreira Cerquinho, chamada pelos íntimos de Baby. O casal entra no país de trem, por Leningrado, e com um guia, visitará aquela cidade, Moscou, Kiev, Karkov, Rostov sobre o Don, e outras cidades da Rússia, Ucrânia e Cáucaso do Norte. Na União Soviética assistirá a manifestações nas ruas; conversará com operários e camponeses; verá de perto o Kremlin e o Palácio de Inverno; navegará pelo rio Volga; conhecerá comunas agrícolas (como a Comuna Seattle, no Cáucaso do Norte); guardará jornais locais; testemunhará trabalhadores indo a teatros e cinemas; caminhará por diferentes bairros das maiores cidades do país; visitará um profylactorium de prostitutas (onde delegados de várias repúblicas soviéticas debatiam

sobre doenças venéreas); presenciará um julgamento num tribunal¹⁶ e uma cerimônia religiosa na Catedral de Santa Sofia (para se certificar, por um lado, que havia liberdade de religião na URSS, apesar do ateísmo de seus dirigentes e destes não incentivarem os cultos, e por outro, para confirmar a falta de interesse da população pelas igrejas, que, de acordo com CPJ, estavam vazias); perceberá a propaganda antirreligiosa nas ruas,¹⁷ indo a museus públicos sobre o tema;¹⁸ conhecerá um clube de ferroviários, a usina *Selmachstroi*, de construção de máquinas agrícolas, e o sovkhoz *Verblud*, no Cáucaso do Norte, assim como diferentes fábricas, livrarias e bibliotecas populares; e se dirá “encantado” com o nível de politização, de educação e de cultura dos cidadãos soviéticos.

Não custa recordar aqui que as viagens à União Soviética não eram incomuns naquela época. Escritores, jornalistas e militantes políticos de todo o continente americano acorriam à terra de Lênin para conhecer de perto as realizações da revolução. Assim, para lá foram dezenas e dezenas de personalidades de todo o Hemisfério Ocidental, gente como Jay Lovestone, William Z. Foster, William Haywood, Boris Reinstein, Bill Shatov, Albert Rhys Williams, Louise Bryant, John Reed, Haya de la Torre, Vittorio Codovilla, Rodolfo Ghioldi, León Rudnitzky, Elias Castelnuovo, Aníbal Ponce, Julio Antonio Mella, Xavier Guerrero, Charles Shipman, Diego Rivera, Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima, Antônio Bernardo Canellas, Luiz Carlos Prestes, Astrojildo Pereira, Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum e muitos outros. E também Caíto. Desde então, ele *sempre* defenderá a URSS, em todas as décadas subsequentes e em todas as ocasiões, com uma única exceção: foi contra a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas soviéticas em 1968, tornando-se, a partir daí, *persona non grata* para o governo daquele país.¹⁹ Mesmo assim, apesar disso, permaneceu até seus últimos dias de lucidez apoiando o sistema soviético.

Sua primeira viagem à União Soviética resultará em duas palestras lotadas no CAM, em debates acalorados e num livro de relativo sucesso, *URSS, um mundo novo*,²⁰ que terminou de ser escrito em São Paulo, em janeiro de 1934, e que foi publicado em março do mesmo ano, se esgotando rapidamente, e tendo sua segunda edição, de 1935, confiscada quase que imediatamente pela polícia.²¹ A ânsia do público por detalhes sobre a terra de Lênin era grande. Não custa lembrar que o relato de Caíto não foi o único daquele tipo na época. Diversos escritores brasileiros, como Maurício de Medeiros,

Cláudio Edmundo, Juvenal Guanarabino e Osório César, também iriam publicar narrativas de viagem para a Rússia,²² ainda que o livro de CPJ não fosse, necessariamente, um relato memorialístico, mas principalmente a tentativa de mostrar as instituições e a política soviéticas para um público mais amplo.

Entre julho e agosto de 1960, ele iria novamente à URSS, e em seguida, entre agosto e setembro do mesmo ano, à China comunista, experiência que resultou no livro *O mundo do socialismo*,²³ publicado em 1962. Interessante aqui é mencionar que isto ocorreu após o XX Congresso, o processo de desestalinização e já durante o conflito sino-soviético. Sua posição dentro do partido e o fato de visitar um país criticado por Moscou aparentemente não foram empecilho para sua jornada, e não lhe renderam reprimendas dos camaradas ao retornar. Ele também elogiaria o XXII Congresso do PCUS, de outubro de 1961, e o novo programa do partido para o comunismo, em plena era Kruschev, da mesma forma como também elogiou o mesmo documento, por exemplo, Che Guevara, que seguia uma linha bastante diferente do autor brasileiro.²⁴

Em seu *O mundo do socialismo*, publicado quase trinta anos depois de *URSS, um novo mundo* (e que teve duas edições, uma em 1962 e outra em 1967), CPJ parece não mudar muito sua opinião sobre os temas básicos abordados na primeira obra do gênero. Neste livro, certamente pior que o anterior, em alguns momentos ingênuo, em linguagem muitas vezes panfletária e que serve quase como um suporte de propaganda do socialismo real, o historiador paulista continuará apoiando incondicionalmente a experiência soviética, fazendo, para isso, menções a Marx, Engels e Lênin em diversos trechos. Aquele seria, de acordo com ele, um livro “parcial”, escrito por um “comunista”. E nele iria concluir que “toda a humanidade marchava para o socialismo”. Ou seja, Prado Júnior acreditava que *o mundo todo, inclusive o Brasil*, um dia seria socialista. A China aparecerá muito pouco no livro, mas de forma bastante elogiosa (ele iria até mesmo chegar a visitar um templo budista em Hang Tcheu, e a se encontrar com monges lá). O autor brasileiro evitará fazer comparações entre os dois países. E não se encantarão nem se influenciarão, como vários intelectuais da época, com o maoísmo.

Nesta obra, ele afirmará, ingênua ou propositadamente, que o período de repressão violenta na URSS e em outros países da Cortina de Ferro, *necessária no início dos processos revolucionários para garantir a sobrevivência* destes, já havia passado *completamente*, enquanto que,

por outro lado, isto nunca havia ocorrido na China Popular.²⁵ Afinal de contas, “o socialismo, no dia em que se pôde efetivamente realizar e exibir em toda plenitude, não encontrou mais força ponderável que lhe fizesse frente. E dispensou com isso as defesas de que se armara numa primeira fase de incertezas... A severidade e violência que acompanharam no passado a implantação do socialismo nada têm assim a ver com a natureza com regime. Apesar de ainda cercados de um mundo capitalista hostil que não se conforma com a existência e presença do socialismo, apesar das provocações de toda ordem de que são vítimas –a virulenta propaganda anti-comunista generosamente subsidiada que se despeja nos países socialistas entre outros através do rádio e da infiltração de agentes sabotadores-, apesar disso, e de muito mais, os países socialistas já hoje consolidaram e estabilizaram inteiramente sua vida, e os aparelhos especiais de repressão interna desapareceram por completo. Tem-se neles a mais total liberdade de movimentos, e não há sinais de quaisquer restrições além das ordinárias e normais que se encontram em qualquer outro lugar”.²⁶ Nestes países, portanto, ao contrário do mundo capitalista, também haveria muito mais democracia, liberdade de expressão e liberdade de imprensa para seus cidadãos.

Duas viagens menos conhecidas para a Cortina de Ferro são as realizadas entre 1948 (ano em que teve seu mandato de deputado estadual pelo PCB cassado e quando foi preso por três meses) e 1949, para a Tchecoslováquia e para a Polônia, dando origem a um artigo em duas partes publicado na revista *Fundamentos*.²⁷ E então uma viagem para Cuba no final de 1961 e início de 1962. O historiador paulista acreditava que não se devia copiar as experiências socialistas, mas aproveitá-las *convenientemente*. Em outras palavras, tentar construir um socialismo “distinto”. Afinal, o socialismo para Caio Prado Júnior não era um dogma.²⁸

Se as viagens anteriores eram feitas a título pessoal, por sua conta, sem apoio ou ingerência do partido e com seus próprios recursos financeiros, a visita à ilha de Fidel seria bem diferente. Uma delegação de mais de noventa pessoas (entre as quais Caíto, seu filho Caio Graco e sua esposa Susana, Elias Chaves Neto, Anita Leocádia Prestes, Leandro Konder, sindicalistas, parlamentares, políticos, intelectuais, membros do PCB e militantes de outros partidos), a convite do governo cubano, foi para a ilha num avião fretado pelo governo daquele país, chegando lá em 30 de dezembro, justo a tempo para assistir às comemorações de 1º de janeiro de

1962, aniversário da revolução. Esta grande comitiva ficou em Cuba por cinco ou seis semanas. Durante esse tempo, Caio Prado Júnior, juntamente com este grupo, viajou de ônibus para Camaguey, Santiago, Santa Clara e Holguín. Um périplo por várias cidades do país. Mas, diferentemente de alguns membros da delegação, CPJ mostrava sempre enorme interesse por todos os problemas locais e pelas medidas que estavam sendo implementadas pelo governo revolucionário, com o objetivo de conhecer a realidade do país e as vicissitudes da experiência daquela experiência socialista.²⁹ Por isso, como era de praxe, ele iria fotografar profusamente e também estudar com cuidado o caso cubano a partir de livros e matérias na imprensa (guardando dezenas de recortes de jornal sobre o tema), com o objetivo de tentar saber como se desenvolvia o processo revolucionário lá.³⁰ A revolução cubana, portanto, também causou enorme interesse no autor de *História econômica do Brasil*, como nos militantes políticos de todo o continente.

Quando estava em Havana, ficou hospedado no Hotel Riviera, no Malecón. O historiador brasileiro encontrava-se certo dia no saguão do edifício quando Fidel Castro chegou, de surpresa. Prado Júnior saiu do prédio e foi cumprimentar o *Jefe Máximo*, que o esperou sentado no capô de um carro. Conversaram por horas sobre todo tipo de assuntos.³¹

Se CPJ não defendia a guerra de guerrilhas no Brasil, durante o regime militar, isso não significa que não pudesse concordar com o uso da violência e da luta armada em determinados processos revolucionários, dependendo da situação concreta, como foram os casos da Rússia e de Cuba. E isto ele iria expressar em diferentes momentos. No começo da década de 1930, ele afirmaria, em relação à violência, que “ela é a lei das transformações sociais; nenhuma se operou sem o seu concurso. Uma sociedade de classes, fundada em conflitos permanentes, só pelo aguçamento destes conflitos, levados ao extremo da violência, é capaz de se transformar, de evoluir”.³² Para ele, “o socialismo só será realizado pelo partido que seguir as pegadas dos bolchevistas, isto é, *pela insurreição armada, pela tomada violenta do poder*,³³ como se deu na Rússia, e não pela via pacífica da conquista da maioria parlamentar, como quer a social-democracia, os partidos socialistas de todo o mundo”.³⁴

Prado Júnior era claramente contra um “capitalismo reformado” (como afirmou em distintas ocasiões) e contra a livre

iniciativa privada. Ele, *em última instância*, não poderia ser chamado de reformista, pelo menos não em sua forma clássica.³⁵ Mesmo que não tivesse nada contra a violência, sabia que o processo revolucionário poderia se desenvolver de formas *distintas*, dependendo das especificidades de cada caso particular. Assim, as “reformas” poderiam fazer parte de etapas a longo prazo para a construção da revolução socialista, mesmo que não fosse necessariamente insurrecional. Em outras palavras, um processo longo de transformações, no qual as reformas poderiam desempenhar também um papel importante, dependendo das circunstâncias e do contexto específico. Neste caso, o autor de *História e desenvolvimento* poderia ser denominado, até certo ponto, de “revolucionário reformista”, ainda que os dois termos pareçam incompatíveis.³⁶ O que não significa que este processo de mudanças estruturais profundas seja isento de combates e lutas populares. Ou seja, para ele, tanto os movimentos grevistas como as lutas de libertação nacional seriam elementos importantes no combate contra o capitalismo e o neocolonialismo. *A luta social*, portanto, sempre teve um papel fundamental no ideário caiopradiano. “Os pregadores da paz social pregam, pelo que se vê, no deserto”,³⁷ diria ele.

Por outro lado, também comentaria que “o socialismo, ao contrário do que frequentemente se vê afirmado, não constitui uma receita, um dogma, uma norma mais ou menos arbitrariamente escolhida segundo o gosto de reformadores, e a que se trataria de subordinar os fatos humanos e a organização da vida social... O socialismo, como se pode concluir da observação e análise históricas deste último século decorrido, constitui um *processo evolutivo*³⁸ que tem suas raízes no próprio capitalismo. É o capitalismo o principal responsável pelos socialismo cujas formas e forças propulsoras se geraram e desenvolveram precisamente no mesmo capitalismo. O socialismo é a resultante natural do capitalismo que lhe prepara e abre caminho, e que nele desemboca ao se desagregar”.³⁹ Afinal, para ele, o socialismo é “antes um processo, um sistema em transformação. Consiste numa substituição da economia capitalista, fundada na propriedade privada dos meios de produção –solo, subsolo, fábricas etc. –, e caracterizada por formas privadas de atividade econômica, por uma economia que tenha por base a propriedade coletiva e por norma uma atividade econômica também coletiva. Nisto se resume o socialismo. As suas fases são múltiplas. A substituição de um sistema por outro atravessa etapas sucessivas em que vamos encontrar,

lado a lado, em proporções variáveis, caracteres de um e outro: os do primitivo, em vias de desaparecimento, os do novo, desenvolvendo-se continuamente. O desaparecimento total das formas capitalistas coincidirá com o comunismo”.⁴⁰ Neste caso, a intervenção do Estado seria uma exigência e finalidade da ditadura do proletariado.

É certo que Prado Júnior teve atuação parlamentar (que, diga-se de passagem, foi bem curta) e viu nela uma forma de ação política factível e útil para melhorar, mesmo que lentamente, a situação econômica e social, em seu caso, do estado de São Paulo, e, de forma geral, do Brasil. Mas isso era apenas parte da *forma*, e não todo o conteúdo. Se ele era um militante fiel ao partido, iria acatar suas resoluções. E se o jogo parlamentar estivesse vigente e fosse utilizado pelo PCB, ele também participaria dele. Mas ele tinha clara noção das limitações de uma ação desse tipo. Ele diria, nos anos antes de se tornar deputado estadual: “Enquanto a política soviética está inteiramente impregnada por uma orientação proletária, os partidos operários dos países burgueses (operários no sentido de se apoiarem num eleitorado proletário), na medida em que se adaptam à engrenagem parlamentar, isto é, enquanto figuram nos parlamentos não como corpos estranhos e deslocados, mas como forças que efetivamente intervêm no funcionamento das câmaras e não como embaraço dele, estes partidos são incapazes de uma orientação verdadeiramente operária. Enquanto parlamentares, os partidos operários são operários apenas no nome. Isto se torna flagrante quando eles conseguem formar ministérios saídos do seu seio e tomam a seu cargo a direção política do país... Pelo modo com que são constituídos, os parlamentos são incapazes de refletir uma política verdadeiramente classista e proletária”.

Afinal de contas, “nas condições atuais e dentro das funções extraordinariamente desenvolvidas do Estado moderno, o papel de legislar, isto é, de editar normas gerais e abstratas, torna-se função exclusiva de sua aplicação. É esta aplicação, isto é, a forma pela qual se faz, que vai dar às leis, depois de promulgadas, o seu verdadeiro conteúdo, a sua significação concreta e real. Daí o papel predominante que nos regimes burgueses cabe ao aparelhamento administrativo, esta imensa máquina burocrática que praticamente por si só resume todo o Estado moderno. Concentrando em suas mãos todo o funcionamento do Estado, e constituindo como é, em organismo completamente independente do parlamento, nele se perde toda influência que a representação popular pudesse por acaso

ter na direção efetiva do Estado... Mesmo nos regimes parlamentares, onde os governos saem diretamente das câmaras, não são estas, e muito menos o povo, quem por detrás da cortina puxa os cordéis”.⁴¹

Alguns destes comentários, por incrível que pareça, parecem críticas *avant la lettre* ao PT, que chegaria ao poder várias décadas mais tarde. Como aparte aqui, vale recordar que Prado Júnior, diferentemente de muitos intelectuais, não se filiou ao PT na época de sua fundação e não teria gostado de Lula, sobre o qual teceu comentários de desmerecimento e desconfiança.⁴²

Já Lênin, por outro lado, seria sempre uma referência. As menções a ele serão constantes e usadas sempre como o *exemplo* a seguir. Em seu artigo “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”, de 1947, diria que o líder bolchevique “dedicando-se sobretudo a seu país, que se encontrava em grande atraso econômico, social e político relativamente aos demais países da Europa, e ainda em regime nitidamente feudal... teve a necessidade de apreciar de um só golpe as sucessivas etapas de desenvolvimento histórico através das revoluções democrático-burguesa e socialista”.⁴³ A revolução estava na ordem do dia.⁴⁴ E Prado Júnior não só a defendia como apoiava a teoria leninista da revolução ininterrupta. Mas, como ele mesmo comentava, “a questão mais importante não é a do socialismo em si. É a do caminho que para lá conduz”.⁴⁵

Em outra ocasião, CPJ citaria outra frase de Lênin a qual ele concordava plenamente, ao afirmar que a ditadura na União Soviética não queria dizer o oposto da democracia, mas que significava “simplesmente um poder que não é limitado por nenhuma lei, que não é embaraçado por nenhuma regra e que se apoia diretamente na violência”.⁴⁶ Neste sentido, o historiador paulista aprofundaria ainda mais o comentário leniniano ao dizer: “Mas isto não exclui a democracia, pelo contrário, pressupõe-na, porque esta violência e esta força estão nas mãos das classes mais democráticas, a começar pelo proletariado, que delas precisam para destruir uma sociedade, a sociedade burguesa, e construir outra, a sociedade socialista. Uma transformação desta ordem, que vai aos fundamentos da vida coletiva, não seria realizável se encontrasse pela frente, barrando-lhe o caminho, direitos e privilégios individuais. Estes precisam ceder diante dos interesses superiores da revolução”.⁴⁷ Ainda assim, para CPJ, os termos “revolução” e “insurreição” não seriam equivalentes. E no caso brasileiro,

especificamente, a estratégia mais adequada, portanto, não seria a de seguir o caminho da luta armada.⁴⁸

Por este e outros motivos, Caíto seria acusado ao longo da vida por adversários políticos, de “burguês”, “aristocrata”, “positivista”, “revisionista”, “reformista” e “nacional reformista”. De qualquer forma, acusações não são incomuns em casos como este. Lênin, antes da revolução de Outubro, seria acusado de “agente da Alemanha” e durante a NEP, de defender práticas capitalistas. O jornalista e teórico político peruano José Carlos Mariátegui, designado por seus detratores de “europeizante”, “aprista”, “populista” e até mesmo “bolchevique d’annunziano”, entre outros qualificativos do gênero. E Che Guevara, de “trotskista”, “maoísta” e “aventureiro” por seus rivais políticos.

Outro aspecto pouco explorado sobre Caio Prado Júnior é a relativa ligação que teve com o ideário e a imagem de Bukhárin. O líder russo, de fato, estará presente em diversos de seus trabalhos, assim como outros teóricos marxistas, que aparecerão com menor frequência, como Lukács, do qual tinha “apreço”; Sartre, a quem considerava um “bom escritor”;⁴⁹ Stálin, que foi longamente citado favoravelmente como uma autoridade sobre a Rússia soviética;⁵⁰ e Althusser, com o qual discordava completamente, chegando a criticar o autor francês de forma dura e incisiva em um longo artigo.⁵¹

Se Trótsky será lembrado rapidamente e de forma favorável como um crítico da burocracia (ainda que CPJ não quisesse se aprofundar sobre o tema, como se estivesse evitando entrar em polêmicas com os soviéticos) e Lênin, como o grande líder da revolução, Bukhárin, designado de “direitista” e também como “um dos maiores teóricos do marxismo”,⁵² aparecerá em diferentes momentos em sua obra. Vale ressaltar que o *único* livro que traduzirá (provavelmente da versão francesa, já que não falava russo) será justamente *Teoria do materialismo histórico, manual popular de sociologia marxista*, daquele mesmo autor, algo significativo, principalmente se considerarmos que a tradução não lhe foi encomendada, mas que ela a fez por decisão própria.⁵³

A admiração por Bukhárin é, até certo ponto, compreensível. Uma das figuras mais populares da União Soviética, ele havia sido considerado pelo próprio Lênin como “o maior e mais importante teórico do partido”,⁵⁴ e por outros como “o maior marxista vivo do bolchevismo”⁵⁵ e “o teórico mais destacado da Internacional

Comunista”.⁵⁶ É só ler o que dizia outro comunista brasileiro, Heitor Ferreira Lima (que estudou em Moscou por três anos), que descreveu a admiração que ele próprio e os jovens soviéticos tinham por Bukhárin naquela época.⁵⁷ De acordo com Stephen Cohen, “a ele tinha sido atribuído um *status* muito duvidoso, o de ‘clássico’ em seu próprio tempo. Suas obras já eram citadas nos tratados oficiais de economia, filosofia, sociologia, arte literária e crítica marxistas. Sempre que um autor soviético desejava provar que as realizações intelectuais bolcheviques gozavam de ‘renome internacional’, dizia: ‘Basta citar as notáveis obras sociológicas e econômicas de N. I. Bukhárin’... Membro titular da Academia Comunista e de seu *presidium*, Bukhárin foi indicado pelo partido para a Academia Soviética de Ciências, tendo sido o único líder político eleito em 1928-29 – o que atesta de modo honroso e cabal sua proeminência”.⁵⁸

Mas na época que Prado Júnior entra no PCB, e ainda mais quando traduz o livro de Bukhárin, em 1933, a situação era diferente. Em 1929, por exemplo, Bukhárin seria publicamente acusado de desviacionista, removido da editoria do *Pravda* e retirado do Politburo do Comintern. Em 1937 seria expulso do partido, e um ano mais tarde, executado. Os bukharinistas, já no começo dos anos 1930, eram mal vistos pela IC, muitos dos quais seriam expurgados de suas fileiras. Nos Estados Unidos, por exemplo, dois dirigentes importantes do Partido Comunista, Jay Lovestone e Benjamin Gitlow, juntamente como dezenas de seguidores, seriam expulsos, acusados de bukharinistas, enquanto que, somente entre 1929 e 1930, após um processo de “depuração” e expulsões, de um total de 9.300 militantes no PC daquele país, 7.500 permaneceram no partido.⁵⁹ É difícil imaginar que Caio Prado Júnior não soubesse disso. Mesmo assim, traduzirá exatamente aquela obra de divulgação de Bukhárin, obra esta, aliás, desprezada e considerada insatisfatória por muitos intelectuais marxistas em distintas épocas.⁶⁰ Isto, contudo, não foi algo, certamente, que tenha marcado sua carreira de intelectual. Nem aparentemente um trabalho de grande destaque, que tenha influenciado os principais dirigentes ou militantes do partido. Sua tradução muitas vezes é até mesmo negligenciada por aqueles que escrevem sobre CPJ, e certamente vista como uma realização de menor importância. De qualquer forma, a escolha do autor e seu desejo de divulgar suas ideias devem ser notados.

Desde que se tornou marxista, Caio Prado Júnior manteve sempre uma postura crítica e independente em relação à teorias e

práticas “oficiais”. Por outro lado, defendeu, desde a década de 1930 até o final da vida, o processo revolucionário para o socialismo, ainda que apontasse para as sutilezas e especificidades de seu caráter em situações e contextos particulares. E isso é importante quando se quer discutir de forma mais detalhada os diferentes aspectos de seu pensamento.

Notas

1. É só recordar o que Caio Prado Júnior diria, por exemplo, em seu livro *A revolução brasileira*, publicado em 1966. Para ele, “no Brasil, talvez mais que em qualquer outro lugar (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo o pensamento brasileiro de esquerda, e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formados a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é mais grave –, encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Ou melhor, adaptando-se aos conceitos aprioristicamente estabelecidos e de maneira mais ou menos forçada, os fatos reais. Derivou daí um esquema teórico planando em boa parte na irrealdade, e em que as circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política aparecem com frequência grosseiramente deformadas”. Ver Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966, pág. 29.
2. Ver Maria Célia Wider, *Caio Prado Júnior, um intelectual irresistível*, São Paulo, Editora Brasiliense, 2007, pág. 95.
3. Para mais informações sobre a militância de Caio Prado Júnior no PCB, ver Jacob Gorender, “Do pecado original ao desastre de 1964”, in Maria Angela D’Incao (org.), *História e ideal, ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Editora Unesp/Editora Brasiliense, 1989, págs. 259 a 269.
4. Para mais informações sobre as ideias de Caio Prado Júnior em relação ao Partido Comunista, ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, págs. 41 a 51; e Caio Prado Júnior, *O mundo do socialismo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1962, págs. 108 a 123.
5. Ver Carlos Nelson Coutinho, “Uma via “não-clássica” para o capitalismo”, in Maria Angela D’Incao (org.), *História e ideal, ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Editora Unesp/Editora Brasiliense, 1989, pág. 116.
6. Ver Guido Mantega, “Marxismo na economia brasileira”, in João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil, os influxos teóricos, Vol. 2*, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, pág. 110.
7. Para mais informações sobre o panorama geral dos primórdios do marxismo no Brasil, antes da e nas primeiras duas décadas após a revolução russa, ver Evaristo de Moraes Filho, “A proto-história do marxismo no Brasil”, in João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis (orgs.), *História do marxismo no Brasil, o impacto das revoluções, Vol. 1*, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, págs. 11 a 49; e Marcos del Roio, “O

- impacto da revolução russa e da Internacional Comunista no Brasil”, in *Ibid*, págs. 51 a 107. Para mais informações, ainda que resumidas, de alguns pioneiros do marxismo no Brasil, ver Angelo José da Silva, “Tempo de fundadores”, in João Quartim de Moraes e Marcos del Roio (orgs.), *História do marxismo no Brasil, visões do Brasil, Vol. 4*, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, págs. 135 a 159.
8. Para mais informações sobre a literatura marxista no Brasil, ver Edgard Carone, “O marxismo no Brasil: das origens a 1964”, in Lincoln Secco e Marisa Deaecto (orgs.), *Edgard Carone: leituras marxistas e outros estudos*, São Paulo, Xamã, 2004, págs. 17 a 74.
 9. Para uma boa descrição do ambiente cultural e literário marxista naquele período, e os livros que CPJ leu na época, ver Lincoln Secco, *Caio Prado Júnior, o sentido da revolução*, São Paulo, Boitempo, 2008, pág. 35.
 10. Ver Paulo Henrique Martinez, *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2008, 82.
 11. De acordo com Danda Prado, depoimento a Luiz Bernardo Pericás, dezembro de 2009.
 12. Ver Caio Prado Júnior, “A dialética materialista”, in *Revista Brasiliense*, No. 3, janeiro e fevereiro de 1956.
 13. Ver Caio Prado Júnior, “Materialismo dialético”, in *Revista Brasiliense*, No. 4, março e abril de 1956.
 14. Ver Caio Prado Júnior, “Manual de economia política”, in *Revista Brasiliense*, No. 5, maio e junho de 1956.
 15. Ver Caio Prado Júnior, “Categorias do materialismo dialético”, in *Revista Brasiliense*, No. 26, novembro e dezembro de 1959.
 16. Neste caso, ele irá se impressionar com a falta de espetaculosidade e formalismo da justiça burguesa. Ele diria que “os juízes tratam todo mundo e são tratados de igual para igual. Ninguém se levanta à sua entrada ou saída, ou dá quaisquer outras mostras exteriores de respeito ou homenagem. Fuma-se à vontade, e durante os intervalos, advogados, procuradores, funcionários do tribunal, e os próprios juízes deixam os seus lugares e vão se misturar com o público. Mais que uma sessão de tribunal, tem-se a impressão de assistir a uma reunião de amigos e companheiros”. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, págs. 142 e 143.
 17. Em relação à religião e à propaganda antirreligiosa, Prado Júnior afirmaria que “é a atitude lógica e coerente de um regime revolucionário, isto é, transformador, que na realização de sua tarefa precisa neutralizar e destruir todos os obstáculos com que depara no caminho. Ou isto ou a renúncia... Hoje as religiões são, sem exceção, reacionárias. Representam um obstáculo considerável oposto à revolução social. Com suas superstições, com o obscurantismo que as caracteriza e principalmente pela resignação e passividade que infundem nas massas, elas são aliadas naturais da ordem estabelecida, da ordem burguesa. Não é por acaso que todo recrudescimento da reação é sempre acompanhado de um revigoramento da religião. A razão é que esta é sempre um instrumento daquela. E os exemplos neste terreno não faltam. Não precisamos ir longe. Basta-nos observar o que hoje em dia se passa no Brasil”. Ver *Ibid*, págs. 171 e 172. Para ele, “os homens do futuro... não precisarão da fé. Precisarão apenas do adversário irredutível dela: a Ciência”. Ver *Ibid*, pág. 178.

18. Como o museu antirreligioso de Leningrado, instalado na antiga Catedral de Santo Isaac, naquela cidade.
19. Maria Cecília Naclério Homem, depoimento a Luiz Bernardo Pericás, novembro de 2009.
20. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.
21. Foram várias as palestras no CAM sobre a União Soviética. Em 24 de julho de 1933, Jaime Adour da Câmara deu uma conferência sobre as mudanças que vinham ocorrendo na URSS, assim como a organização social daquele país. Em 29 de novembro, juntamente com Flávio de Carvalho, ele apresentaria a palestra “Reconhecimento da URSS pelo Brasil”. A palestra mais concorrida, contudo, foi a de Caio Prado Júnior, intitulada “Rússia e o mundo do socialismo”, proferida em 6 de setembro de 1933. O interesse por aquele assunto foi tão grande que nove dias depois ele daria uma nova conferência. Ver Graziela Naclério Forte, *CAM e SPAM: arte, política e sociabilidade na São Paulo moderna, no início dos anos 1930*, São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2008, pág. 109. Ver também Maria Célia Wider, *Caio Prado Júnior, um intelectual irresistível*, São Paulo, Editora Brasiliense, 2007, pág. 43.
22. Ver *Ibid*, pág. 111.
23. Ver Caio Prado Júnior, *O mundo do socialismo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1962.
24. Ver Che Guevara, *Textos econômicos*, São Paulo, Edições Populares, 1982, pág. 145. Ver também Luiz Bernardo Pericás, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, São Paulo, Xamã, 2004, pág. 161.
25. Ver Caio Prado Júnior, *O mundo do socialismo*, pág. 58.
26. *Ibid*, pág. 59.
27. Ver Caio Prado Júnior, “Através das democracias populares: Checoslováquia e Polônia”, in *Fundamentos*, São Paulo, No. 11, janeiro de 1950, págs. 4 a 13; e Caio Prado Júnior, “Através das democracias populares: Checoslováquia e Polônia”, in *Fundamentos*, São Paulo, No. 12, fevereiro de 1950, págs. 31 a 36.
28. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, pág. 81.
29. Anita Leocádia Prestes, correspondência com Luiz Bernardo Pericás, novembro de 2009.
30. Danda Prado, depoimento a Luiz Bernardo Pericás, dezembro de 2009.
31. Susana Prado, depoimento a Luiz Bernardo Pericás, novembro de 2009. Isso era algo muito comum. Anita Leocádia Prestes afirma que “o Fidel realmente costumava chegar de surpresa ao hotel onde estávamos, o Havana Riviera, altas horas da noite, para conversar com delegados estrangeiros. Uma madrugada, quando eu já dormia em meu quarto, fui acordada por um secretário do Fidel, dizendo que ele queria falar comigo. Tive que descer rapidamente para encontrá-lo. Queria mandar um recado para meu pai... Nesses momentos havia grande rebuliço, pois todo mundo queria ver o Fidel”. Anita Leocádia Prestes, correspondência com Luiz Bernardo Pericás, janeiro de 2010.
32. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, pág. 24.

33. Grifo nosso.
34. Ibid, pág. 230.
35. Opinião distinta tem Marcos del Roio. Para ele, “no campo teórico do marxismo, essa concepção de revolução [de CPJ], na mesma medida em que se afasta da concepção leniniana, por exemplo, se aproxima bastante da visão reformista predominante na Segunda Internacional, particularmente em Bernstein”. Continua: “Essa observação parece se confirmar no momento em que Caio Prado Júnior procura desqualificar a validade de se questionar científica e politicamente o “caráter” ou a “natureza” da revolução em curso, advogando que só saberemos a resposta ao final do processo, composto por lutas e objetivos imediatos que prescindem de qualquer ligação com o objetivo histórico do socialismo. Parece dizer que o objetivo final para pouco ou nada serve diante das agruras da luta econômica cotidiana, reafirmando o equívoco do poeta que avisava ao caminhante que em não havendo caminhos, esses seriam construídos no próprio ato de caminhar (mesmo sem se saber para onde, poderia ter respondido o caminhante na ocasião)”. E completa: “Na verdade, desde o início, a concepção teórica de revolução brasileira de Caio Prado Júnior menospreza a questão crucial de toda a revolução que é a tomada do poder político por uma classe ou aliança de classes em detrimento de outra”. Ver Marcos del Roio, “A teoria da revolução brasileira, tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”, in João Quartim de Moraes e Marcos del Roio (orgs.), *História do marxismo no Brasil, visões do Brasil, Vol. 4*, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, pág. 107. Por outro lado, Caio Prado Júnior diria: “O comunismo, como regime econômico e social, foi previsto e prognosticado por Marx. Mas nem em Marx, nem nos seus sucessores e continuadores se fez da maneira de o realizar objeto de especulações abstratas e apriorísticas. Nem tampouco – a não ser nos primeiros e imaturos momentos da revolução socialista, e unicamente em algumas raras e esporádicas instâncias logo repelidas –, se tentou introduzir esquemas teóricos e fórmulas comunizantes. Das premissas teóricas do marxismo se concluiu, como Marx já o fizera, que da revolução socialista, isto é, da tomada do poder pelo proletariado e da consequente socialização dos meios de produção, resultaria o comunismo. Mas a maneira como se realizaria essa transformação, isso somente a experiência derivada do próprio desenvolvimento da revolução socialista poderia dar a resposta”. Ou seja, “cuidaram assim os teóricos e políticos marxistas orientadores e dirigentes da revolução socialista, unicamente de realizarem essa mesma revolução, centrada na abolição da propriedade privada dos meios de produção e da livre iniciativa econômica, a serem respectivamente substituídas pela propriedade coletiva e pela iniciativa social planificada; bem como no desenvolvimento das forças produtivas e elevação do nível material e cultural da população trabalhadora. Mas não se cogitou do comunismo e de sua implantação. Foi no curso do processo revolucionário socialista, e como resultante dele, que se desenvolveram e afinal destacaram certas formas econômicas, sociais e políticas que devidamente observadas, apreendidas e analisadas pelos teóricos e políticos da revolução socialista, lhes permitiram esboçar os primeiros traços concretos do comunismo, e formularem a linha de desenvolvimento e da ação política no rumo da transformação comunista. Esboço e formulação essas que se fundem e inspiram na própria dinâmica natural e espontânea daquelas formas anunciadoras e precursoras do comunismo”. Ver Caio Prado Júnior, *O mundo do socialismo*, págs. 141 e 142.
36. Um autor que defende de forma convincente esta ideia é Lincoln Secco em seu *Caio Prado Júnior, o sentido da revolução*. Ver também Luiz Bernardo Pericás, “Um homem por inteiro”, in *Correio Braziliense*, Brasília, 21 de fevereiro de 2009, pág. 5.

37. Ver Caio Prado Júnior, *O mundo do socialismo*, pág. 6.
38. Grifo nosso.
39. Ibid, pág. 9.
40. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, págs. 62 e 63.
41. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, págs. 33 a 35.
42. Maria Cecília Naclério Homem, depoimento a Luiz Bernardo Pericás, novembro de 2009.
43. Ver Caio Prado Júnior, “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”, publicado originalmente na *Classe Operária*, de 19 de abril de 1947, e reproduzido in Bernardo Ricupero, *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34, 2000, pág. 200.
44. Durante décadas, diferentes intelectuais e grupos políticos discutiram o caráter da revolução brasileira, desde Octávio Brandão e Luiz Carlos Prestes a Nelson Werneck Sodré, com *Introdução à revolução brasileira*, de 1958, e Luiz Alberto Moniz Bandeira, com seu *O caminho da revolução brasileira*, de 1962, entre tantos outros. Para mais informações sobre as discussões em relação à “revolução brasileira”, ver, por exemplo, Nelson Werneck Sodré, *Quem é o povo no Brasil?*, publicação dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; Bolívar Costa, *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*, nos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; Franklin de Oliveira, *Que é a Revolução Brasileira?*, nos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Vol. 9, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963; Franklin de Oliveira, *Revolução e contra-revolução no Brasil*, nos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Volume Avulso, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; e Angélica Lovatto, *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*, tese de doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, 2010.
45. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, pág. 229.
46. Ibid, pág. 23.
47. Ibid.
48. Ver os comentários de Bernardo Ricupero in Ibid, pág. 202, e Lincoln Secco, *Caio Prado Júnior, o sentido da revolução*, pág. 117. Já uma dura crítica às concepções caiopradianas sobre a revolução podem ser encontradas em Marcos del Roio, “A teoria da revolução brasileira, tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”, in João Quartim de Moraes e Marcos del Roio (orgs.), *História do marxismo no Brasil, visões do Brasil, Vol. 4*, págs. 102 a 114.
49. Ver Lincoln Secco, *Caio Prado Júnior, o sentido da revolução*, pág. 121.
50. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, págs. 204 a 206.
51. Ver Caio Prado Júnior, “O marxismo de Louis Althusser”, in Caio Prado Júnior, *Estruturalismo de Levi-Strauss, Marxismo de Louis Althusser*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1971, págs. 71 a 108.
52. Ver Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo*, pág. 121.
53. Ver Nicolai Bukhárin, *Teoria do materialismo histórico, manual popular de sociologia marxista*, São Paulo, Caramuru, 1933.

54. Ainda que o mesmo Lênin tenha dito que “é muito duvidoso que se possa considerar plenamente marxistas suas posições teóricas”. Ver Stephen Cohen, *Bukhárin, uma biografia política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pág. 178.
55. Ibid, pág. 257.
56. Ibid.
57. Ver Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. Heitor Ferreira Lima também chegou a escrever um artigo exclusivamente sobre Bukhárin. Ver Heitor Ferreira Lima, “Bukhárin, teórico e revolucionário bolchevique”, publicado originalmente in *Revista de Cultura e Política*, No. 5 e 6, Paz e Terra, 1981, págs. 105 a 129, e reproduzido in Paulo Sérgio Pinheiro e Marcos del Roio (orgs.), *Combates na história, a trajetória de Heitor Ferreira Lima*, Rio de Janeiro e São Paulo, Paz e Terra/Fapesp, 1990, págs. 101 a 137.
58. Ver Stephen Cohen, Ibid.
59. Ver Fraser M. Ottanelli, *The Communist Party of the United States*, New Brunswick e Londres, Rutgers University Press, 1991, págs. 14 e 15.
60. Para conhecer as discussões e críticas ao livro de Bukhárin, ver Georg Lukács, “Tecnologia e relações sociais”, in Vários, *Bukhárin, teórico marxista*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989, págs. 41 a 51; Antonio Gramsci, “Notas críticas sobre uma tentativa de ensaio popular de sociologia”, in Ibid, págs. 83 a 127; e Aldo Zanardo, “*El Manual de Bujárin visto por los comunistas alemanes y por Gramsci*”, in Nicolai Bukhárin, *Teoria del materialismo histórico, ensayo popular de sociología marxista*, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, No. 31, 1972, págs. 5 a 29. Para discussões sobre a vida e pensamento de Bukhárin, ver A. G. Löwy, *El comunismo de Bujarin*, Barcelona e México, Ediciones Grijalbo, 1973; Roy Medvedev, *Os últimos dias de Bukhárin*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980; Francesco Benvenuti, “Bukhárin e a história soviética dos anos vinte”, in Vários, *Bukhárin, teórico marxista*, págs. 129 a 137; Mario Telo, “Análise do capitalismo e teoria da revolução em Bukhárin, dirigente da Komintern”, in Ibid, págs. 139 a 172; Lisa Foa, “Bukhárin entre a teoria do colapso e a estabilização”, in Ibid, págs. 173 a 186; Mario Telo, “Bukhárin: economia e política na construção do socialismo”, in Eric J. Hobsbawm (org.), *História do marxismo, vol. 7*”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, págs. 159 a 201; e Stephen Cohen, *Bukhárin, uma biografia política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

OS CANGACEIROS



ensaio de interpretação histórica

Luiz Bernardo Pericás

O fenômeno do cangaço “independente”, que começou na segunda metade do século XIX e durou até cerca de 1940, foi tema de uma grande diversidade de livros. No entanto, boa parte destas obras é de caráter basicamente narrativo e por vezes, escrita em linguagem quase literária.

O historiador Luiz Bernardo Pericás foi além da constatação desta lacuna bibliográfica. O resultado desse trabalho é agora publicado pela Boitempo no livro *Os cangaceiros – ensaio de interpretação histórica*, no qual analisa as bases históricas e a atuação dos grupos do cangaço, como aqueles chefiados por Antonio Silvino, Sinhô Pereira, Corisco e Lampião. Para o

historiador João José Reis, “há tempos precisávamos de um livro que fizesse um balanço exaustivo do que se escreveu sobre este fascinante fenômeno social e cultural do Brasil no século passado. Luiz Bernardo Pericás revira uma vasta bibliografia sobre o cangaço para estabelecer uma certa ordem, e um método, na discussão e compreensão do mundo de Lampião e outros cangaceiros... O livro eleva a análise do cangaço a um patamar superior e serve como inspiração para se pensar outros tipos de banditismo, inclusive nos dias que correm”.

BOITEMPO
EDITORIAL



DT 30 Anos

Hegemonia e Democracia

Ensaio sobre o PT no seu trigésimo aniversário

Eduardo Bellandi

Bacharel em Filosofia pela USP e Membro do
Núcleo de Estudos d'O Capital

“... seria, numa primeira instância, uma república democrática, numa segunda uma transição de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária popular e, finalmente, uma ditadura do proletariado ou, como na expressão que recorda as opiniões de Blanqui e que refletiu a temporária proximidade dos dois (Marx) grandes revolucionários no pós 1848 imediato: a revolução permanente”.

(Eric J. Hobsbawm em A Era do Capital, p. 46)

Quando da vitória do Capitalismo na Guerra Fria, em 1991, com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já era decorrido pelo menos quinze anos que no Brasil a esquerda havia sido derrotada na luta armada pela então vigente ditadura militar.

Fruto da primeira, a *guerra quente* que se travava então, com os últimos focos da Guerrilha (rural) no Araguaia, deixava em frangalhos a esquerda – quer aquela que se entregara à luta armada como alternativa de contraposição ao regime militar, quer a outra (como o PCB) que apenas e novamente mergulhara na clandestinidade imposta por exigência da *guerra fria* (que variava de temperatura conforme a região geográfica do globo onde era travada e) que opunha blocos Capitalista e Socialista desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Aquilo que restava em frangalhos era a alternativa *ortodoxa*¹ da luta revolucionária pelo Socialismo, em nada adaptada a uma sociedade de caráter ocidental, afeita à tradição da disputa *democrática*² própria de modelos de sociedades burguesas onde o poder político era definido em eleições, com sufrágio universal e secreto.

Porém, foi com a (primeira e segunda) crise³ do petróleo – nos anos de 1973 e 1979 respectivamente – que o fator que viria a resultar no início do longo processo de superação – que arriscamos supor ainda não terminado – da ditadura militar em uma democracia de modelo ocidental de caráter representativo parlamentar e burguês, teria seu início.

O movimento social que daí resultou, de modo a abarcar as camadas da sociedade, que até então, a luta armada não conseguira convulsionar, tomou o nome de *Greves do ABC*, como referência às cidades que formavam o pólo industrial paulista, localizado no entorno da cidade de São Paulo, onde se deu.

A massa de trabalhadores industriais que se mostrara indiferente até aquele determinado momento, se não mesmo desconhecadora da luta armada contra a ditadura que até a pouco se travara; economicamente afetada pela crise energética que, por sua vez, levava a um aperto (aumento nos juros) monetário, no centro do sistema capitalista e que teve como consequência a majoração da dívida externa com que a ditadura militar sustentara o desenvolvimento econômico até então – fator amortecedor de qualquer espécie de descontentamento social – ocasionou as respectivas desvalorização da moeda, surto inflacionário e descontentamento social, levando às ruas os milhares de trabalhadores que iniciariam o movimento político destinado a por termo à ditadura militar.

Desse movimento surgiu o *Partido dos Trabalhadores*, que teve sua trajetória inscrita nesse modelo de redemocratização, limitada ao jogo eleitoral. Como partido de esquerda e representante de uma classe trabalhadora que aparecera como um sujeito político de existência concreta e efetiva, apenas muito recentemente; encontrava-se, desde seu nascimento, o PT, alijado das alternativas da luta de classes que se mostraram eficazes e efetivas – mesmo em nossa América Latina (como mostra o exemplo cubano) – na superação do Capitalismo.

Não obstante esses fatores limitadores de sua trajetória, soube o PT, fazer uso do potencial da classe que coube representar, no estabelecimento da hegemonia⁴ social que viria a realizar junto à sociedade brasileira, desde então.

O *caráter pedagógico do PT* – implementado ao longo da década de oitenta do século passado e estendendo-se até a eleição de Lula à presidência da república, já no ano de 2002; corresponde ao fator do *convencimento* da classe trabalhadora, um dos pólos pelo qual esse partido estabeleceu sua *hegemonia* junto à sociedade brasileira.

Longe de ser a afamada ‘Carta aos brasileiros’ o fator determinante – como aliás queria fazer crer a mídia conservadora dos donos do poder – na eleição presidencial de 2002, da vitória do PT.

Tal vitória, foi sim e muito pelo contrário, fruto da trajetória desse partido (ao longo de seus vinte e dois anos de história) como defensor maior do emprego e da renda da classe trabalhadora no momento do auge das políticas neoliberais de desemprego e precarização do trabalho, resultante dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso à frente do governo federal; os motivos que levaram à escolha de Lula, como aquele dentre os demais candidatos à presidência da república, o mais credenciado para a resolução dos problemas – do desemprego e da queda drástica da renda da classe – que, então, fizeram a diferença na escolha e atribuição do voto.

Este caráter pedagógico que a classe trabalhadora exerceu por meio do PT, ao longo de sua trajetória pode ser representado em outros e mais variados exemplos, como aqueles da Campanha das Diretas Já, Colégio Eleitoral, Assembleia Nacional Constituinte e primeira eleição de Lula a presidência da república (somente para assinalar, destes, os mais importantes), ainda na década de oitenta do século passado; a oposição programática ao neoliberalismo, variadas disputas eleitorais e primeiras vitórias à frente de governos municipais e, logo depois, estaduais, com a implementação do ‘modo petista de governar’, durante a década seguinte (a última do século XX) além de outras duas derrotas de Lula à presidência da república, são os demais exemplos que distinguiram, junto à classe trabalhadora, o PT, como seu legítimo representante.

Apenas quatro anos após a eleição de Lula como presidente da república e durante sua campanha de reeleição, em 2006; quando da explicitação do outro caráter hegemônico – aquele *coercitivo* – que a classe trabalhadora fez exercer junto à sociedade, por meio de seu partido de classe; é que ficou claramente transparente o caráter pedagógico a que nos referimos, exercido pelo PT, como fator do convencimento da classe trabalhadora, que a mídia burguesa conseguira obliterar da vista da sociedade.

Foram vários os especialistas, representantes dos mais variados institutos de pesquisa eleitoral, assim como acadêmicos dos mais variados matizes, durante aquela campanha; todos empenhados em explicar os fatores pelo qual, a maioria do eleitorado – a classe trabalhadora – não seguia a orientação dos meios de comunicação social, em mãos da burguesia dominante, na orientação pelo voto conservador, determinante até então e estabelecendo, a partir daquele momento, uma verdadeira geografia ideológica do voto.⁵

Como tais fatores, assinalavam, desde um maior convívio com (os vinte anos de) a democracia eleitoral, ou o aumento da escolaridade e da prática do voto; a mídia classista relacionou todos esses e demais fatores, como característicos da autonomização do voto – dado à reeleição presidencial – por parte da classe trabalhadora. Deixou de considerar, contudo, o mais óbvio de todos, porém o único que a mídia, assim como a burguesia não pode (e não quis) considerar, ou seja, a existência de um partido de classe trabalhadora como resultado da consciência política da mesma classe trabalhadora.

Foi então – ao longo da disputa eleitoral do ano de 2006 – que o caráter pedagógico exercido pelo PT junto à classe trabalhadora, transformou-se – por meio da expressão da consciência de classe – em fator coercitivo desta classe sobre outra: a burguesia, legitimamente representada por seu partido da ordem – a mídia burguesa. Expressou-se desse modo a hegemonia estabelecida pelo PT junto à sociedade brasileira, que se desdobra ainda hoje nos índices de aprovação do governo Lula.

Nascido nos momentos finais da existência do socialismo como proposta efetivamente histórica para a humanidade, vigente até a década de oitenta do século passado, primeira década de existência do PT, como também a década que terminou com a queda do muro de Berlim; deverá o partido, retomar a luta pelo socialismo, presente em mais de um aspecto de sua trajetória política até então, na

certeza de que não apenas um governo dos trabalhadores (o governo Lula), resolveria melhor as demandas atuais da classe trabalhadora: emprego, salário e desenvolvimento com distribuição de renda, fora do âmbito do capitalismo; como a certeza de que essas demandas, assim como os demais anseios da classe trabalhadora somente serão alcançados, em uma sociedade socialista.

A *radicalização da democracia* eleitoral burguesa em uma democracia efetivamente popular – e por esse termo queremos nos referir à utilização dos mais variados instrumentos de participação popular e politização da classe trabalhadora, dentre os quais, mas não apenas e para começar, aqueles inscritos na Constituição de 1988, e ainda (após vinte anos) sequer regulamentados, tais como plebiscito, referendo e projeto de lei de iniciativa popular – assim como a percebeu *Marx* (e *Engels* pode constatar com otimismo,⁶ em seu prefácio de *06 de Março de 1895*, à obra de seu companheiro *Lutas de Classe em França*) e o revolucionário *Blanqui* (na epígrafe de *Hobsbawm*, acima citada), no *pós 1848 imediato*; como porta de entrada à *revolução permanente*, é o caminho que se faz necessário trilhar, por um partido que queira permanecer representante da classe trabalhadora, como o PT parece ter sido até aqui.

Tal possibilidade – qual seja aquela da utilização dos mais variados instrumentos na *radicalização da democracia* – já o perceberam (e dele fazem uso) quantos governos populares (e referimo-nos em especial à Bolívia e Venezuela) que nesta América Latina, assumiram o poder desde o final do século passado.

Mesmo aqueles detentores do pendor sempre moralizador (e algo conservador) da sociedade, como os que apresentaram e fizeram, recentemente aprovar o projeto *ficha limpa* no Congresso Nacional, já perceberam o potencial que a iniciativa democrática popular pode ter mesmo para fazer realizar projetos potencialmente conservadores e prejudiciais à classe trabalhadora.

Acreditamos porém, que a politização da classe trabalhadora, para a qual a realização efetiva de uma *república democracia* constitui o mais eficiente instrumento, deverá contribuir e mesmo efetivar o retorno do socialismo como horizonte dessa classe trabalhadora no século XXI.

Notas

1. Referência que se faz ao modelo da Revolução Russa de 1917, para a qual a Partido Bolchevique - partido de quadros, de modelo adequado à intervenção em sociedades de caráter oriental, afeito à tomada violenta do poder, por meio de um golpe ou revolução próprio a uma sociedade de caráter despótico pouco ou nada esclarecido, onde deveria atuar uma máquina político partidária azeitada e ágil – serve de modelo e instrumento revolucionário.
2. Não resta ilusão com relação àquilo que aqui leva o nome democrático: refere-se ao modelo ocidental de representação parlamentar burguesa, que de democrático tem, quando muito, a eleição, pelo voto, de tempos em tempos, de uma elite – nome pouco apropriado por sinal – de supostos representantes a ocupar cargos de poder estatal, constituindo verdadeira oligarquia a alijar do poder a participação popular.
3. A crise que por esse nome se denomina, queremos crer, não foge ao modelo, cíclico, das crises típicas do sistema Capitalista, como veremos sucintamente, a seguir.
4. Quando nos referimos ao termo *hegemonia*, o fazemos conforme o conceito estabelecido por Gramsci, que o compreende como síntese dialética de dois termos – *coerção e convencimento* – antitéticos; assim como Hegel estabelece, na lógica dialética, a oposição entre vida e morte, que podem ser sintetizados no sentimento da dor.
5. Assim definimos a orientação ideológica do voto característico de uma determinada *consciência de classe*, ou na famosa atribuição que Marx nos legou: ‘classe para si’.
6. Otimismo, que ressaltamos, seria posto duramente à prova, no decorrer do século XX, como mostra a história da *revolução e contra revolução na Alemanha*.

Juventude Metalúrgica e Sindicato

ABC Paulista, 1999-2001



Agnaldo dos Santos

Agnaldo dos Santos

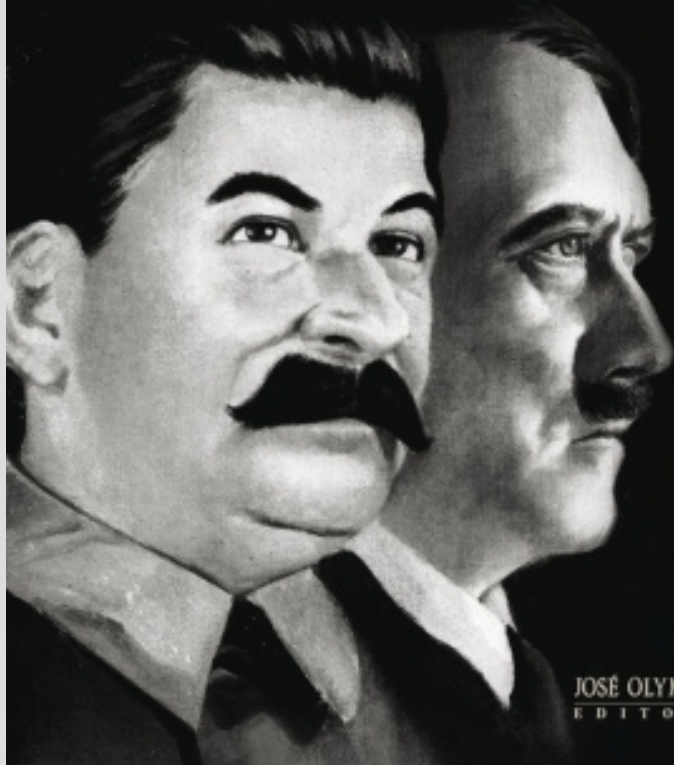
Juventude Metalúrgica e Sindicato ABC Paulista 1999-2001

"Livro desenvolvido a partir das pesquisas do autor durante seu mestrado em sociologia na USP, **Juventude metalúrgica e sindicato no ABC Paulista (1999-2001)** procura desenvolver uma reflexão sobre a relação existente entre trabalhadores identificados como jovens e seus canais de representação trabalhista. O autor discute também as várias concepções de juventude adotadas ao longo dos dois últimos séculos e o papel destinado a ela nos debates políticos e acadêmicos, bem como o impacto das transformações socioeconômicas recentes no mundo do trabalho".

Richard Overy

OS DITADORES

A RÚSSIA DE **STALIN** E A ALEMANHA DE **HITLER**



JOSÉ OLYMPIO
EDITORA

Os Ditadores: a Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler

Nadia Saito

Formada em História pela Unesp e
pós-graduanda em História Social na USP

O tema das grandes guerras mundiais atrai muitos pesquisadores e é dos mais polêmicos por ser ele um daqueles que supostamente apontaria a história como o tribunal da verdade legitimada pelos fatos passados e que (re)posicionaria continuamente os atores no cenário internacional.

Richard Overy,¹ na obra “Os Ditadores: a Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler”, produziu uma extensa compilação de documentos tanto da Alemanha sob o nazismo quanto da URSS no período stalinista, com o intuito de caminhar para uma história comparativa centrando-se na imagem dos governantes.²

A obra apresenta-se aos historiadores como fonte de referências e está organizada nos seguintes argumentos gerais: os sistemas frente ao “cientismo”,³ ao antiliberalismo e ao coletivismo, e à construção da utopia para justificar a ditadura. Inicialmente, a literatura traz consigo uma pretensa análise biográfica das duas personalidades. Não obstante, traz um agudo caráter jornalístico caracterizado pela postura com que discute as informações cedidas pelo grande número de fontes. Os capítulos que se seguem descrevem as metodologias e culturas políticas de cada governo, seguindo o fio condutor do culto à personalidade relacionada à política de Estado.

Overy constrói uma narrativa em que expõe “os ditadores” como imagens construídas e evidencia que o controle total da sociedade foi inexequível; no entanto ressalta que as personalidades tiveram papel preponderante ao cenário econômico em vigência.

Na construção desta obra, o autor considera que o termo totalitarismo, mais difundido nos anos do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, é insuficiente e propõe um novo conceito que é o de holismo, no qual procura explicitar a aderência “não forçada” da população ao sistema, com a finalidade de desmistificar a ilusão de totalidade que delinea os chefes de Estado, seriam como responsáveis e fundamentais por todo o regime instaurado.⁴ Pretende com isso tratar a centralidade dos chefes de forma a encará-los como protagonistas de seu cenário nacional, que para ele é sua contribuição mais valiosa para historiografia referente ao assunto. Em consequência privilegia uma óptica particularizante em contraposição a uma análise estrutural da economia e daquele panorama mundial, frente aos interesses políticos envolvidos de cada nação; atendendo, assim, a uma superficial diferenciação entre Hitler e Stalin. Tal artifício permite que as duas autoridades possam ser aproximadas em uma mesma tipologia de governo, desviando-se da questão ontológica de cada caso. O texto apologético de Overy, previsivelmente, começa com uma pergunta que contém uma prosaica retórica, isto é, “... pode-se comparar as ditaduras de Stalin e Hitler? Elas devem ser comparadas? Tzvetan Todorov, num livro recente sobre a crise do século XX, respondeu que sim a ambas, baseando-se em que partilharam as características comuns de um único gene político: o totalitarismo.” (p.15).⁵ Para Overy, apenas o fato de ter havido, aquilo que ele chama de, *distorções da verdade* naqueles regimes foi fator basilar para aproximar os dois numa mesma tipologia.

O autor ressaltou a história de vida das personalidades tornando a obra um trabalho de pesquisa minucioso sobre os arquivos de Estado abertos até então, tanto russos quanto alemães. Em sua opinião, perseguir os vestígios que não puderam ser registrados seriam essenciais para a reconstituição da história, e, sobretudo, ele toma como obrigatória a imersão nos arquivos pessoais para que a verossimilhança possa ser alcançada. Esforço que visaria *desmascarar* a figura dos líderes de tal forma a se reconhecer um conteúdo humano atrás dos estereótipos estabelecidos com fins político-ideológicos específicos. Contudo, no percurso de sua exposição, o excesso de detalhamento acaba descompassando-se da realidade conjuntural daquele período,

algumas vezes considerando a contingência como único fator autêntico, a ser ponderado no trajeto destes governantes ao poder.

Overy, apostando na comparação, concluiu que ambos os *ditadores* têm em comum um padrão ideológico totalitário/holístico, apesar de apresentarem peculiaridades em suas sociedades. Uma importante consideração a ser feita é a de que o diagnóstico teve como modelo o regime nazista, demonstrando depois as regularidades entre os dois sistemas. A vasta descrição justaposta das semelhanças e diferenças entre os instrumentos de controle e de coação, não atende às definições estruturais de cada um, como por exemplo de que modo os dois sistemas seriam produto de forças sociais e de ideologias diversas, apesar da comparação.⁶ Ambos os sistemas não podem ser reduzidos apenas aos seus crimes, estatísticas e descrições de seus aparatos de poder, há de se observar que ambas nações estavam envoltas num panorama comum – aquele mundial – mas que ainda assim conservavam suas diferenças de origem e de teor ideológico determinantes para o rumo político dos atores, em projeção nacional e internacional.

A composição personalista de Overy, quando apresentada pela primeira vez nos anos 1980, causou grande polêmica – pois se sustentava hegemonicamente uma análise em que se favorecia uma visão político-econômica da história – e começou a ganhar espaço a partir dos anos 1990, ventilando o assunto entre os estudiosos.⁷ Neste ínterim, o autor acaba consentindo a uma análise que valoriza a ditadura a partir mais das intenções dos líderes em relação aos interesses da nação (da relação entre ideal e realidade) e menos da conexão que possa existir, a exemplo, do nazismo com um fenômeno maior que atende aos interesses da sociedade do capital. A liderança do chefe, neste sentido, seria o principal diferencial de ação dos Estados de Hitler e de Stalin. Para ilustrar a importância dirigente, Overy reserva descomunal número páginas de seu capítulo “Arte de governar” para descrever aqueles que faziam parte do *entourage* de cada governante e suas funções perante o “ditador”; ou ainda como no capítulo “O universo moral da ditadura”, evidenciando o modo como os discursos do poder dos respectivos líderes forjaram e edificaram sua sociedade.

Oportunamente, o autor utiliza o método comparativo para revisitar a caracterização das personalidades e da relação dos sistemas com a ciência, e para analisar como as populações responderam aos estímulos destes sob o nome de uma revolução contra o

individualismo e o sistema capitalista; privilegiando a descrição do comportamento do chefe de Estado (estratégias políticas e sociais, padrões comuns de autoridade e participação popular) frente às ações de que ele necessitava naquele momento (ou seja, a forma com que eles conseguiam *deturpar a verdade*) e desautorizando a possibilidade de leitura que compreenda a base econômica e os imperialismos como questões políticas anteriores.

“O caminho para a ditadura trilhado pelos dois homens foi imprevisível e não planejado. Os dois eram impelidos por uma notável determinação de ocupar o que viam como um lugar necessário na História, mas essa vontade sem remorso casava-se com uma obsessão com os detalhes táticos da luta política, um ressentimento não natural com qualquer um que comprometesse ou obstruísse suas ambições políticas e uma busca sem princípios de estima pública. Era uma combinação impiedosa. Era fácil deplorar a fraqueza da oposição que enfrentavam, mas é impossível manobrar homens que julgavam carregar o peso da história nas costas e dispostos a usá-lo, se pudessem, para esmagar os homens ou circunstâncias em seu caminho. Embora oportunidades imprevistas e sorte pura e simples desempenhassem um papel na explicação de suas histórias pessoais, Stalin e Hitler não foram ditadores acidentais.” (p.74) “Os dois foram produto de um determinado momento na história que permitiu a criação de um elo único entre a população e líder que sobreviveu enquanto eles continuaram vivos.” (p.115)

Ao fim, a obra manifesta que o debate acerca do totalitarismo e sobre os dois fatos históricos ainda não são consensuais. A publicação, ainda que contenha uma análise cirúrgica das personalidades inseridas na conjuntura político-econômica, desvirtua uma apreciação mais profunda às fontes de maneira que compromete o debate historiográfico devido a sua amplitude privada de rigor científico.

OVERY, Richard; SANTARRITA, Marcos (trad.). *Os Ditadores: a Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. Edição inglesa de 2004.

Notas

1. Historiador inglês, professor e pesquisador em História Moderna na King's College (Londres, Reino Unido).
2. “Os Ditadores foi escrito com dois objetivos em mente: primeiro, fornecer base empírica sobre a qual construir qualquer discussão sobre o que tornou os dois sistemas semelhantes ou diferentes; segundo, escrever uma história ‘operacional’ comparativa dos dois sistemas, a fim de responder à grande pergunta histórica sobre como a ditadura pessoal de fato funcionava. A resposta a esta pergunta é fundamental para compreender como as duas ditaduras surgiram e o que manteve suas existências até a morte dos ditadores.” (p.17)
3. Richard Overy descreve que o cientismo seria a sanção das leis da natureza e da história através da ciência, que legitimaria as ações daqueles líderes políticos, a partir do entendimento de que as sociedades seriam um organismo social em que o indivíduo estaria suprimido.
4. O conceito de totalitarismo, em nossa opinião, trouxe contribuições pouco frutíferas para o estudo histórico comparativo, já partindo de um pressuposto ontológico superficial e que teoriza sobre uma essência criminalizante do fato social. Substituir o conceito de totalitarismo para o de holismo tão pouco resolveria a controvérsia que se dá no âmbito teórico-metodológico e não naquele da nomenclatura.
5. “por que, nos anos após a Primeira Guerra Mundial, surgiram duas formas extremas de ditadura, ampla e popularmente endossadas, cujos líderes pregaram a ideias de uma comunidade exclusiva, holística, unida coletivamente na busca de uma utopia absoluta?” (p.644).
6. Neste sentido, é importante ressaltar a consideração de Enzo Traverso, em “Il totalitarismo”, obra publicada em 2002: “I concetti di non-contemporaneità o di patologia della modernità possono probabilmente essere applicati sia allo stalinismo sia al nazismo, ma occorre pur sempre precisare la natura della patologia e definire gli elementi eterogenei che entrano in contatto e si articolano all'interno di uno stesso sistema. In questa prospettiva, stalinismo e nazismo rivelano le loro differenze: uno deportava, schiavizzava e usava milioni di esseri umani per costruire ferrovie e industrie chimiche, l'altro utilizzava reni e prodotti chimici per uccidere degli esseri umani. Il fatto che queste due forme di dominio siano all'origine di milioni di morti li rende senza ombra di dubbio ugualmente condannabili – non vi è gerarchia dell'orrore, né vittime più degne di altre di memoria o rimpianto – ma non elimina questa differenza che deriva, in ultima istanza, dal loro rapporto antinomico con il razionalismo dei Lumi, di cui l'uno si voleva erede, l'altro affossatore. È precisamente questa differenza che la nozione di totalitarismo, limitandosi a sottolineare gli elementi comuni a questi due regimi, tende a occultare.” (pp.170 e 171).
7. Conferir debate entre Timothy Mason e Richard Overy.



Simón Bolívar

Resenha: Simón Bolívar por Karl Marx

Agnaldo dos Santos

Doutor em sociologia pela FFLCH-USP e
membro do Núcleo de Estudos d'O Capital

Este pequeno texto de Marx, escrito sob forma de verbete no final dos anos 1850 para uma enciclopédia estadunidense, é extremamente interessante para ser lido em um contexto de 200 anos dos processos de independência latino-americanos, comemorados agora em 2010. O texto de Marx, em si, pode causar certo estranhamento para aqueles habituados a ver na figura de Simón Bolívar um mítico líder americano, comprometido com a emancipação nacional dos povos então sob o jugo das metrópoles europeias. Por conta disso, o pequeno texto vem acompanhado de dois outros providenciais, uma introdução do marxista argentino José Aricó e um prólogo assinado por Marcos Rosenmann e Sara Cuadrado, ambos da Universidade Complutense de Madrid. Esses textos nos servem para situar com a maior precisão possível o contexto político e intelectual no qual Marx escreveu seu verbete sobre o “Libertador”.

Em uma rápida leitura, já nos primeiros parágrafos, notamos a singularidade do texto: o intelectual socialista não poupa críticas a Bolívar, classificando-o como o “mais covarde, brutal e miserável dos canalhas”. Passa boa parte de seu escrito tentando provar que os feitos de Bolívar foram ora produtos do acaso, ora consequência de traições ou golpes aplicados pelo líder venezuelano. Em outras passagens Marx parece não se incomodar com os

comentários indisfarçavelmente preconceituosos com relação aos latino-americanos, como na seguinte passagem: “Entretanto, como a maioria de seus compatriotas, ele era avesso a qualquer esforço prolongado, e sua ditadura não tardou a degenerar numa anarquia militar (...)”.

Para aqueles militantes latino-americanos habituados a ver no “bolivarianismo” uma vertente crioula do socialismo, tal escrito não deixará de causar grande desconforto. É nesse momento que os textos supra-citados chegam para nosso auxílio. Aricó explica que o verbete de Marx sobre Bolívar, que não foi publicado à época e só foi descoberto nos anos 1930, era normalmente explicado pelos cânones soviéticos como algo inconcluso, fruto de pesquisas inacabadas de Marx, que naquele momento não dispunha de material suficiente para uma qualidade mais próxima de seus textos clássicos. O marxista argentino não aceita essa tese, tampouco aquela associada ao eurocentrismo oitocentista do qual Marx seria partícipe. Para Aricó, a avaliação de Marx sobre Bolívar deve ser explicada tanto por uma vertente política (crítica às formas bonapartistas de governo) quanto por outra filosófica (a influência hegeliana quanto à incompletude histórica dos “povos sem história” e a negação das teses de Hegel quanto ao Estado formador da sociedade civil). Fundamentalmente, a aversão de Marx por Bolívar derivava da avaliação que ele fazia do panorama latino-americano, de uma região onde a sociedade civil (leia-se relações econômicas) não estava suficientemente madura para alavancar uma luta de classes com protagonistas bem definidos – burguesia e proletariado. Só restaria, nesses cenários, o advento de figuras caudilhescas apartadas dos processos sociais, promotoras de estruturas estatais hipertrofiadas.

O leitor de um texto como o *18 Brumário* não deixará passar a semelhança com a crítica a Luís Napoleão, o chefe do lumpemproletariado francês tão odiado por Marx. Mas Aricó não deixa de criticar a falta de rigor de Marx nesse texto, algo que não fizera em tantos outros, inclusive no citado *18 Brumário*. As fontes usadas pelo velho intelectual alemão eram francamente parciais, contra Bolívar, e principalmente faltou a “análise concreta da situação concreta” latino-americana, sua marca em boa parte da obra que nos legou, mas ausente nesse texto. Deixou de perceber o significado da luta de emancipação nacional que, mesmo sendo elaboração da elite crioula, possuía potencialidades para além desse projeto, por si portador de contradições. Um exemplo: o presidente

do Haiti à época ofereceu ajuda a Bolívar, em troca da promessa de promover a abolição da escravidão nas colônias espanholas. Mesmo sendo Bolívar um latifundiário e proprietário de escravos (promessa, alias, não respeitada)! Aricó deixa claro que esse tipo de contradição e suas possibilidades não passavam despercebidas de Marx quando analisava outros contextos, mas aqui sua opção político-filosófica o impossibilitou de aprofundar a análise.

Já Rosenmann e Cuadrado, mesmo considerando a pertinência das críticas de Aricó, exploram uma outra frente aberta pelo texto de Marx: a iconoclastia dos mitos fundadores. A construção da figura do “Libertador” foi obra das elites nativas latino-americanas, chegando quase à unanimidade (o que tornou o verbete de Marx ainda mais estranho à época). Não raro se comparou Bolívar com outros protagonistas do período, como o príncipe D. Pedro de Portugal que manteve a dinastia dos Bragança no Brasil recém-independente, este visto como um olhar bem menos positivo. O grande mérito do texto de Marx, segundo os pesquisadores madrilinhos, foi apontar como Bolívar era representante de uma elite que aceitaria um monarca nativo substituindo a Espanha do mesmo modo que aceitou um formato republicano, desde que preservado o *status quo* e o controle das massas escravas e indígenas. O correto seria compreender o processo de independência em um contexto mais amplo, desmistificando a figura de Bolívar que, mesmo sendo um portador a contra-gosto de legítimas aspirações americanas, estava preocupado de fato com a manutenção da ordem nas antigas colônias.

Enfim, o texto de Marx e dos seus comentadores é uma ótima oportunidade para refletirmos sobre o papel que a América Latina desempenhou no passado e que virá a desempenhar no plano político e econômico internacionais, ora gravitando em torno dos interesses britânicos, ora dos interesses estadunidenses, mas agora buscando um papel mais soberano ante os poderes do Norte. Muitas das nossas virtudes e de nossas mazelas sociais podem ser explicadas pelas opções políticas tomadas pelos nossos “pais fundadores”, cujas figuras foram apropriadas tanto por forças à esquerda quanto à direita, mas que possuíam projetos bastante claros e que Marx não deixou escapar.

MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2008, 76 páginas.



Mao Tse-Tung

O Senhor da Verdade

Wilson do Nascimento Barbosa

Para o camarada Mao Tse-Tung

*Cantam a mentira em todas as línguas
E no mais alto tom
Simplesmente porque não podem colocá-la em tua boca
São escoltados
Por milhares de filósofos sem ideias,
Juizes tão capazes e que julgam tão rápido
Que já esmiuçaram cada parágrafo que escreveste
E o condenaram
São tão brancos estes juizes que têm os olhos queimados
Pela neve
Carregam em si a sabedoria dos cães cegos,
Que nada entendem de tudo que leem em todas as línguas
Ajuntam-se a eles
Para te caçar, para te buscar,
Cem mil legiões de lanceiros, duzentas mil de alabardeiros,
E milhões de publicistas advogados, padres de todos os tipos
E, mesmo, jornalistas
Apesar dessas forças terríveis
Que amealharam contra ti,
Não te podem enxergar
Enquanto tu lhes sorris
Com teus olhos repuxados
E teu cabelo de asa negra*

(18/09/1986)



IDEO
graphos